

**Índice das notas explicativas**

Informações gerais.....	Nota 01
Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.....	Nota 02
Sumário das práticas contábeis	Nota 03
Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2013	Nota 04
Medida Provisória 627 e instrução normativa 1.397.....	Nota 05
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 06
Investimentos de curto prazo	Nota 07
Títulos e valores mobiliários	Nota 08
Contas a receber de clientes.....	Nota 09
Impostos a recuperar	Nota 10
Ativo financeiro da concessão	Nota 11
Investimentos.....	Nota 12
Imobilizado.....	Nota 13
Intangível.....	Nota 14
Fornecedores	Nota 15
Tributos e contribuições sociais a recolher.....	Nota 16
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	Nota 17
Provisão para gastos ambientais	Nota 18
Provisão de constituição de ativos.....	Nota 19
Taxas regulamentares e setoriais	Nota 20
Adiantamento de clientes.....	Nota 21
Empréstimos e financiamentos	Nota 22
Debêntures.....	Nota 23
Provisões para litígios	Nota 24
Patrimônio líquido	Nota 25
Resultado por ação	Nota 26
Receita operacional líquida.....	Nota 27
Suprimento de energia e energia comprada para revenda.....	Nota 28
Custos e despesas operacionais.....	Nota 29
Receitas e despesas financeiras.....	Nota 30
Imposto de renda e contribuição social.....	Nota 31
Partes relacionadas.....	Nota 32
Instrumentos financeiros	Nota 33
Informações por segmento.....	Nota 34
Benefícios a empregados	Nota 35
Compromissos.....	Nota 36
Seguros.....	Nota 37
Eventos subsequentes	Nota 38



1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP na Av. Dr. Cardoso de Melo, n. 1855, Bloco I, 9º andar, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 3 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A..

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas:

Concessões de linhas de transmissão

A Companhia possui aproximadamente 5.665 km de linhas de transmissão, sendo aproximadamente 4.950 km em operação e 715 km em fase pré-operacional, com voltagens entre 230 kV e 525 kV. Os sistemas de transmissão das controladas da Companhia tem prazo de concessão de 30 anos, e estão localizados na região Norte e Nordeste do país, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará; na região Sul, no Estado de Santa Catarina; na região Sudeste, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; no Centro-Oeste, no Estado do Mato Grosso; e, futuramente, nos Estados do Amazonas e Roraima (TNE). A Companhia possui 51% de participação acionária na Transchile, que opera uma linha de transmissão de 200 km Temuco-Charrua, localizada no Chile.

As tabelas abaixo apresentam a relação dos ativos de transmissão de energia elétrica:

Empresas	Localização / Conexão
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	Irapé (MG) - Araçuaí (MG)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	Juba (MG) - Juína (MG)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE (**)	Subestação Santos Dummond (MG)
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	Subestação Várzea Grande (MT)
Transnorte Energia S.A. - TNE	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE	Sub. Abdon Batista / Gaspar (SC)
Transchile Charrúa Transmisión S.A. (*)	Charrúa - Nueva Temuco



Empresas	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da Operação	Extensão da Linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2013-2014)	Índice de Reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão Tarifária prevista
		Início	Fim							
ETEP	043/2001	12/06/01	12/06/31	25/08/02	323 km	345/138 Kv	77.376	IGP-M	Sim	Não
ENTE	085/2002	11/12/02	11/12/32	12/02/05	464 km	500 Kv	177.716	IGP-M	Sim	Não
ERTE	083/2002	11/12/02	11/12/32	15/09/04	179 km	230 Kv	39.892	IGP-M	Sim	Não
EATE	042/2001	12/06/01	12/06/31	10/03/03	924 km	500 Kv	339.626	IGP-M	Sim	Não
ECTE	088/2000	01/11/00	01/11/30	26/03/02	252,5 km	525 Kv	75.000	IGP-M	Sim	Não
STN	005/2004	18/02/04	18/02/34	01/01/06	541 km	500 Kv	142.193	IGP-M	Sim	Não
Transleste	009/2004	18/02/04	18/02/34	18/12/05	150 km	345 Kv	32.212	IGP-M	Sim	Não
Transudeste	005/2005	04/03/05	04/03/35	23/02/07	140 km	345 Kv	19.965	IGP-M	Sim	Não
Transirapé	012/2005	15/03/05	15/03/35	23/05/07	65 km	230 Kv	17.810	IGP-M	Sim	Não
STC	006/2006	27/04/06	27/04/36	08/11/07	195 km	230 Kv	32.009	IPCA	Sim	Não
Lumitrans	007/2004	18/02/04	18/02/34	03/10/07	51 km	525 Kv	21.013	IGP-M	Sim	Não
ETES	006/2007	20/04/07	20/04/37	12/12/08	107 km	230 Kv	11.856	IPCA	Sim	Sim
EBTE	011/2008	16/10/08	16/10/38	11/07/11	775 km	230 Kv	36.698	IPCA	Não	Sim
TME	025/2009	19/11/09	19/11/39	22/11/11	348 km	500 Kv	35.559	IPCA	Não	Sim
ESDE (**)	025/2009	19/11/09	19/11/39	05/02/13	Subestação	345/138 Kv	5.396	IPCA	Não	Sim
ETEM	005/2010	12/07/10	12/07/40	16/12/11	235 km	230 Kv	10.699	IPCA	Não	Sim
ETVG	018/2010	23/12/10	23/12/40	23/12/12	Subestação	230/138 Kv	3.619	IPCA	Não	Sim
TNE	003/2012	25/01/12	25/01/42	Pré Operacional	715 km	500 Kv	126.300	IPCA	Não	Sim
ETSE	006/2012	10/05/12	10/05/42	Pré Operacional	Subestação	525/230 Kv	15.784	IPCA	Não	Sim
Transchile (*)	Não Aplicável	16/06/05	Não Aplicável	21/01/10	200 km	220 Kv	Não Aplicável	CPI-USA	Não	Sim
Total					5.665 km		1.220.722			

(*) As linhas de transmissão da Transchile estão localizadas no Chile. Certas regras de concessão aplicáveis no Chile divergem das aplicáveis no Brasil, como exemplo podemos citar o fato dos ativos da Transchile não apresentarem reversão ao Poder Concedente do Chile e o prazo de concessão ser indeterminado.

(**) A Companhia entrou em operação parcialmente

Concessões de geração de energia elétrica

A Companhia detém os direitos de concessão de 6 PCHs, 4 UHEs e um projeto eólico (10 parques eólicos), que totalizam 794 MW. Os sistemas de geração que a Companhia opera, por meio de contratos de concessões com prazo de 30 e 35 anos, estão localizados nos Estados do Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, e, futuramente, nos Estados do Amapá (Ferreira Gomes), Rio Grande do Sul (Forquilha IV), Goiás (Verde 8), Minas Gerais (Água Limpa) e Ceará (Eólicas). A Companhia também possui o controle da Risaralda Energia SAS/ESP (Colômbia) e La Virgen S.A.C (Peru).

As tabelas abaixo apresentam a relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Empresas	Localização
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)
Ijuí Energia S.A.	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)
Ferreira Gomes Energia S.A.	Rio Araguari - Ferreira Gomes (AP)
Energia dos Ventos I S.A.	Aracati (CE)
Energia dos Ventos II S.A.	Aracati (CE)
Energia dos Ventos III S.A.	Aracati (CE)
Energia dos Ventos IV S.A.	Aracati (CE)
Energia dos Ventos V S.A.	Fortim (CE)
Energia dos Ventos VI S.A.	Fortim (CE)
Energia dos Ventos VII S.A.	Fortim (CE)
Energia dos Ventos VIII S.A.	Fortim (CE)
Energia dos Ventos IX S.A.	Aracati (CE)
Energia dos Ventos X S.A.	Aracati (CE)
Genpower termoelétricas e participações S.A.	Rio de Janeiro (RJ)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*)	Colômbia
Forquilha IV Energia S.A.	Rio Forquilha - Machadinho (RS) e Maximiliano de Almeida (RS)
Verde 8 Energia S.A.	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)
Água Limpa S.A.	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)
La Virgen S.A.C.	Peru



Empresas	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão/ Autorização		Início da Operação	Capacidade Instalada - MW	Energia Assegurada - MW
		Início	Fim			
Foz do Rio Claro Energia S.A.	005/2006	15/08/06	15/08/41	12/02/10	68,4	41,0
Ijuí Energia S.A.	006/2006	15/08/06	15/08/41	06/04/11	51,0	30,4
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	139/2004	06/04/04	06/04/34	08/12/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	138/2004	06/04/04	06/04/34	09/03/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A	002/2010	09/11/10	09/11/45	Pré Operacional	252,0	150,2
Energia dos Ventos I S.A.	Portaria 431	17/07/12	17/07/47	Pré Operacional	19,20	9,90
Energia dos Ventos II S.A.	Portaria 428	16/07/12	16/07/47	Pré Operacional	12,60	5,80
Energia dos Ventos III S.A.	Portaria 433	19/07/12	19/07/47	Pré Operacional	16,00	8,50
Energia dos Ventos IV S.A.	Portaria 442	24/07/12	24/07/47	Pré Operacional	27,00	13,90
Energia dos Ventos V S.A.	Portaria 432	17/07/12	17/07/47	Pré Operacional	19,20	9,00
Energia dos Ventos VI S.A.	Portaria 459	08/08/12	08/08/47	Pré Operacional	28,80	12,80
Energia dos Ventos VII S.A.	Portaria 458	08/08/12	08/08/47	Pré Operacional	28,80	14,10
Energia dos Ventos VIII S.A.	Portaria 446	25/07/12	25/07/47	Pré Operacional	19,20	9,30
Energia dos Ventos IX S.A.	Portaria 409	05/07/12	05/07/47	Pré Operacional	19,20	9,90
Energia dos Ventos X S.A.	Portaria 435	19/07/12	19/07/47	Pré Operacional	14,40	7,30
Genpower termoeletricas e participações S.A.	Não Aplicável	Não aplicável		Pré Operacional	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*)	Não Aplicável	Não aplicável		Pré Operacional	28,0	16,8
Forquilha IV Energia S.A.	Em andamento	Em andamento		Pré Operacional	13,0	6,0
Verde 8 Energia S.A.	006/2013	29/08/13	29/08/48	Pré Operacional	30,0	18,7
Agua Limpa S.A.	010/2013	13/12/13	13/12/48	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C.(*)	Não Aplicável	Não aplicável		Pré Operacional	64,0	40,4
					793,8	458,7

(*) A concessão da Risaralda e de La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Perú respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis na Colômbia e no Peru divergem das regras aplicáveis no Brasil.

A Alupar está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

Em março de 2012, a Companhia constituiu a empresa Boa Vista Participações S.A. ("Boas Vista"). A Boa Vista tem como objeto: i) geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia; ii) construção de rede de energia e sistemas elétricos; e iii) serviços de engenharia, consultoria e projetos na área do setor elétrico. O capital social da Boa Vista, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 9 de outubro de 2012, a Companhia obteve mediante resolução autorizativa ANEEL nº 3.702 a autorização para a exploração e implantação da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Verde 8, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica – PIE, localizada nos municípios de Santa Helena de Goiás, no estado de Goiás.

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia sagrou-se vencedora do Leilão 06/2013- ANEEL, mediante a negociação de 13,1 MW médios da PCH Verde 8. O valor da energia negociada no Leilão foi de R\$ 130,00/MWh (cento e trinta reais por megawatt hora) pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir de 01 de janeiro de 2018.



Em 04 de outubro de 2013, a Companhia constituiu a empresa Forquilha IV Energia S.A. ("Forquilha IV"). A Forquilha IV tem como objeto: a implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Forquilha IV, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica – PIE, I, aprovado por nos termos do Despacho - ANEEL nº 2.955, de 22 de agosto de 2013. A obtenção da outorga para a exploração da PCH Forquilha IV se encontra em andamento perante a ANEEL.

Em 11 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu 65% (sessenta e cinco por cento) do capital total e votante da empresa La Virgen S.A.C. que é detentora, segundo as leis peruanas, da concessão por prazo indefinido do projeto da hidroelétrica La Virgen, com capacidade de 64 MW (sessenta e quatro megawatts) aproximadamente, localizada na província de Chanchamayo, Perú, a ser desenvolvido em virtude do "Contrato de Concesión de Generación No. 253-2005, datado de 07 de outubro de 2005 firmado com o Ministério de Minas e Energia" e o "Contrato de Concesión de Transmisión No. 313-2008, datado de 11 de junho de 2008, firmado com o Ministério de Minas e Energia". O projeto compreenderá, ademais, a linha de transmissão 138 kV La Virgen - Caripa, de aproximadamente 62,57 km de extensão, assim como as obras elétricas complementares para a conexão: (i) na nova Subestação Elétrica La Virgen 13,8/138 kV., e (ii) na ampliação da Subestação Caripa 138 kV .

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia sagrou-se vencedora do Leilão 10/2013- ANEEL, mediante a negociação de 6,0 MW médios da PCH Água Limpa. O valor da energia negociada no Leilão foi de R\$ 138,00/MWh (cento e trinta e oito reais por megawatt hora) pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir de 01 de maio de 2018.

2.Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

Através da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi autorizada a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 27 de fevereiro de 2014.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis ("informações contábeis") da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compreendem:

- a) As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board - (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado".
- b) As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora" ou "Individuais".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.



As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e comprada, não foram abrangidos pelo escopo dos nosso auditores independentes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.



2.3. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de suas controladas e investidas com controle compartilhado, com exceção da controlada La Virgen e da investida com controle compartilhado Transchile, cuja moeda funcional é dólar norte-americano (US\$) e da controlada Risaralda, cuja moeda funcional é peso colombiano. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.4. Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia deixou de consolidar de forma proporcional as controladas cujo controle era em conjunto, vide nota explicativa 3.1.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.



A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas a seguir e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas:

Descrição	Atividade	Participação (%)		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<u>Controladas diretas:</u>				
Alupar Inversiones Peru	Holding	99,99	99,99	99,99
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02	70,02
Boa Vista Participações S.A.	Holding	80,00	80,00	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	50,01	50,01	50,01
Ijuí Energia S.A.	Geração	50,01	50,01	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	42,51	35,01	25,01
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	42,51	35,01	25,01
Ferreira Gomes Energia S.A	Geração	99,99	99,99	99,99
Genpower termoeletricas e participações S.A.	Geração	51,00	51,00	51,00
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	Geração	99,89	99,89	99,86
Forquilha IV Energia S.A.	Geração	99,99	-	-
Verde 8 Energia S.A.	Geração	99,90	-	-
Agua Limpa S.A.	Geração	99,99	-	-
La Virgen S.A.C.	Geração	65,00	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	Transmissão	50,02	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	Transmissão	51,00	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	Transmissão	99,99	99,99	99,99
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	Transmissão	50,02	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	Transmissão	50,01	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	Transmissão	50,01	50,01	50,01
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Transmissão	47,52	45,02	42,51
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	Transmissão	62,06	60,00	60,00
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	Transmissão	99,99	99,99	99,99
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	Transmissão	15,00	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	Transmissão	20,00	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	Comercializadora Serviços	99,90	99,99	99,99
AF Energia S.A.		99,99	99,99	99,99
<u>Controladas indiretas:</u>				
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (i)	Transmissão	25,51	25,51	25,51
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (i)	Transmissão	40,02	40,02	40,02
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (i)	Transmissão	40,02	40,02	40,02
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (ii)	Transmissão	28,71	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé (ii)	Transmissão	28,71	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (ii)	Transmissão	28,71	-	-
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE (iii)	Transmissão	50,02	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE (iv)	Transmissão	47,52	45,02	42,51
(i) Controladas diretamente pela Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE				
(ii) Controlada diretamente pela Transminas Holding S.A.				
(iii) Controlada diretamente pela Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP				
(iv) Controlada diretamente pela Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE				



As seguintes controladas em conjunto estão registradas no consolidado através do método da equivalência patrimonial:

Descrição	Atividade	Data que passou a ser controlada	Participação (%)		
			31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<u>Controladas diretas em conjunto:</u>					
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Energia dos Ventos V S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Energia dos Ventos VI S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Energia dos Ventos VII S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Energia dos Ventos IX S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Energia dos Ventos X S.A.	Geração	N/A	50,99	50,99	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	Transmissão	N/A	46,00	46,00	46,00
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	Transmissão	N/A	51,00	51,00	-
Transnorte Energia S.A. - TNE	Transmissão	N/A	51,00	51,00	-
<u>Controlada indireta:</u>					
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (i)	Transmissão	17/10/2013	-	28,71	28,71
(i) Controlada diretamente pela Transminas Holding S.A.					

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, são destacadas na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.



Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro .

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.



3.1.2 Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efetivos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e em 1º de janeiro de 2012, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

3.1.3 Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e em 1º de janeiro de 2012, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.

3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.



3.1.5 Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Contratos de concessão

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devam ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

3.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

3.3 Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 13, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2013.



O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos por:

Direito de concessão – uso do bem público

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.



Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação, são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2013, 2012 e em 1º de janeiro de 2012 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia e das suas controladas considera que todas as usinas e as linhas de transmissão compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.



3.6.1 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6.2 Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.6.3 Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.



A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.9 Tributação

3.9.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado aonde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto as controladas, que estão sob o regime de apuração com base no lucro presumido conforme detalhado na nota explicativa 31. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Atualmente, a Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- Lucro Presumido: Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 4.000 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n.º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e investidas com controle compartilhado que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.



- **Lucro Real** - Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas investidas com controle compartilhado que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.9.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.



3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.



Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.14.1 Receita de transmissão de energia elétrica

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infra-estrutura
- Remuneração do ativo do financeiro da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receita de transmissão de energia
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

3.14.2 Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração energia entregue conforme as bases contratadas ocorre em bases mensais.



3.14.3 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.16 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.17 Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.



3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisões para litígios, passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.18.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 3.3, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. A Companhia entende que esses critérios refletem adequadamente a vida útil de seus ativos.

3.18.2 Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.



3.18.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.18.4 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.18.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.18.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.



3.18.7 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.18.8 Determinação das receitas de infraestrutura

As controladas abrangidas pelo escopo do ICPC 01 (R1), registram a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1). De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.18.9 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.19 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia e suas controladas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.



A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

Aquisição ECTE

A partir de 01 de janeiro de 2012 a Companhia passou a consolidar de forma integral a controlada ECTE. Este procedimento de consolidação passou a ser adotado em função do acordo de acionistas firmado entre a Companhia e a MDU Resources Luxemburgo II LLC (“MDU”) prever que após a primeira transferência de ações a MDU obriga-se a votar em bloco com a Companhia em todas as matérias de Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias. Não houve ajustes relevantes no valor justo dos ativos e passivos registrados e não foram identificados ativos intangíveis.



Aquisição Transudeste

Como consequência da aquisição de 10% das ações da Transudeste pela controlada EATE, a maioria das ações com direito a voto da Transudeste passaram a ser detidas indiretamente pela Companhia. Dessa forma, a partir de 17 de outubro de 2013, a controlada Transminas Holding passou a deter o controle da Transudeste. Em decorrência dessa transação, a Transudeste passou a ser consolidada de forma integral na Transminas Holding, que por sua vez é consolidada integralmente na Companhia.

Aquisição La Virgen

Em 11 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu 7.176.000 ações ordinárias de emissão da sociedade peruana La Virgen S.A.C., as quais representam 65% do capital social total e votante da referida sociedade e que eram de titularidade da Peruana de Energía S.A.A.. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de US\$ 3.525, correspondente a R\$ 8.319, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R\$ 6.164. Esta perda de capital foi registrada no ativo não circulante na rubrica de investimentos, tendo em vista que a Companhia adquiriu o controle integral da controlada La Virgen.

A La Virgen S.A.C. é detentora, segundo as leis peruanas, da concessão por prazo indefinido do projeto da hidroelétrica La Virgen, com capacidade de 64 MW (sessenta e quatro megawatts) aproximadamente, localizada na província de Chanchamayo, Perú, a ser desenvolvido em virtude do "Contrato de Concesión de Generación No. 253-2005, datado de 07 de outubro de 2005 firmado com o Ministério de Minas e Energia" e o "Contrato de Concesión de Transmisión No. 313-2008, datado de 11 de junho de 2008, firmado com o Ministério de Minas e Energia". O projeto compreenderá, ademais, a linha de transmissão 138 kV La Virgen - Caripa, de aproximadamente 62,57 km de extensão, assim como as obras elétricas complementares para a conexão: (i) na nova Subestação Elétrica La Virgen 13,8/138 kV, e (ii) na ampliação da Subestação Caripa 138 kV. O investimento total previsto neste novo empreendimento é de aproximadamente US\$ 105.000.

4. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2013

4.1 Pronunciamentos que entraram em vigor em 2013

Em 1º de janeiro de 2013 entraram em vigor e foram adotadas pela Companhia novas normas e revisões emitidas pelo IASB, com correspondentes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, requeridos para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 de forma retroativa a partir de 01 de janeiro de 2012, data de transição para adoção inicial.

Dentre os novos requerimentos normativos está contemplada a revisão do IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto e IAS 28 / CPC 18 – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento em conjunto. Com a adoção deste pronunciamento a equivalência patrimonial passou a ser obrigatória para os participantes de empreendimentos controlados em conjunto. Desta forma, a Companhia deixou de consolidar de forma proporcional as controladas Transudeste, TME, TNE, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV, Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VI, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII, Energia dos Ventos IX, Energia dos Ventos X e Transchile (vide nota nº2.4) e passou a efetuar o reconhecimento do investimento, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com base na equivalência patrimonial.



Os impactos no ativo, passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012, e em 1º de janeiro de 2012 e na demonstração do resultado e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em função da adoção deste CPC é como segue:

Consolidado			
31/12/2012			
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 18 (R2)	Reapresentado
ATIVO			
CIRCULANTE	1.864.685	(48.510)	1.816.175
Caixa e equivalentes de caixa	52.791	(12.068)	40.723
Investimento de curto prazo	497.025	(6.882)	490.143
Títulos e valores mobiliários	8.292	(888)	7.404
Contas a receber de clientes	124.146	(3.428)	120.718
Impostos a recuperar	47.782	(446)	47.336
Adiantamento a fornecedores	74.368	(187)	74.181
Estoques	23.118	(396)	22.722
Despesas pagas antecipadamente	841	(34)	807
Ativo financeiro da concessão	1.010.364	(24.020)	986.344
Outros ativos	25.958	(161)	25.797
NÃO CIRCULANTE	5.591.370	(102.829)	5.488.541
Contas a receber de clientes	7.689	(98)	7.591
Partes relacionadas	-	1.254	1.254
Títulos e valores mobiliários	77.955	(6.238)	71.717
Impostos a recuperar	23.065	-	23.065
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.313	(1.852)	461
Adiantamento a fornecedores	2.562	-	2.562
Estoques	8.418	-	8.418
Cauções e depósitos judiciais	10.243	-	10.243
Ativo financeiro da concessão	3.222.187	(170.657)	3.051.530
Outros ativos	2.632	(34)	2.598
Investimentos	5.862	170.520	176.382
Imobilizado	2.076.841	(71.911)	2.004.930
Intangível	151.603	(23.813)	127.790
ATIVO TOTAL	7.456.055	(151.339)	7.304.716



Consolidado		
31/12/2012		
Originalmente emitido	Ajustes do CPC 18 (R2)	Reapresentado
1.141.797	(22.550)	1.119.247
255.905	(5.431)	250.474
432.810	(1.143)	431.667
110.669	(7.037)	103.632
10.833	(360)	10.473
80.159	(671)	79.488
27.165	-	27.165
120.314	(1.527)	118.787
35.522	-	35.522
31.324	(671)	30.653
4.373	(4.284)	89
20.668	(564)	20.104
12.055	(862)	11.193
3.239.994	(128.789)	3.111.205
1.312.937	(107.929)	1.205.008
1.446.386	(18.434)	1.427.952
500	-	500
24.358	48	24.406
383.984	(2.230)	381.754
3.498	1	3.499
14.215	3.307	17.522
6.882	-	6.882
453	(116)	337
13.344	-	13.344
33.437	(3.436)	30.001
1.634.131	-	1.634.131
804.001	-	804.001
70.230	-	70.230
759.900	-	759.900
1.440.133	-	1.440.133
		-
3.074.264	-	3.074.264
		-
7.456.055	(151.339)	7.304.716



Alupar

Consolidado				
31/12/2012				
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 18 (R2)	Reclassificação (*)	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.258.640	(57.416)	-	1.201.224
CUSTO DO SERVIÇO				
Custo com energia elétrica				
Energia comprada para revenda	(23.316)	-	-	(23.316)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	-	(7.611)	(7.611)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	-	(1.744)	(1.744)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	-	113	(5.094)	(4.981)
Custo de operação				
Custo dos serviços prestados	(96.355)	2.814	9.355	(84.186)
Custo de infraestrutura	(134.720)	22.870	-	(111.850)
Depreciação / amortização	(35.782)	2.257	-	(33.525)
	(290.173)	28.054	(5.094)	(267.213)
LUCRO BRUTO	968.467	(29.362)	(5.094)	934.011
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Administrativas e gerais	(37.460)	1.540	-	(35.920)
Pessoal e administradores	(40.368)	1.386	-	(38.982)
Equivalência patrimonial	-	16.186	-	16.186
Outras receitas	180	-	-	180
Outras despesas	(9.686)	-	5.094	(4.592)
	(87.334)	19.112	5.094	(63.128)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	881.133	(10.250)	-	870.883
Despesas financeiras	(278.008)	10.038	-	(267.970)
Receitas financeiras	45.255	(1.078)	-	44.177
	(232.753)	8.960	-	(223.793)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	648.380	(1.290)	-	647.090
Imposto de renda e contribuição social correntes	(75.859)	910	-	(74.949)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.583)	380	-	(33.203)
	(109.442)	1.290	-	(108.152)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	538.938	-	-	538.938
Atribuído a sócios da empresa controladora	220.408	-	-	220.408
Atribuído a sócios não controladores	318.530	-	-	318.530
	538.938	-	-	538.938

(*) Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações nos saldos da demonstração de resultado de 31 de dezembro de 2012: i) saldo no montante de R\$ 5.094 da rubrica de outras despesas foi reclassificado para a rubrica de Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE, (ii) saldo no montante de R\$ 7.611 da rubrica de custos dos serviços prestados foi reclassificado para a rubrica Encargos do uso da rede elétrica - CUST e (iii) saldo no montante de R\$ 1.744 da rubrica de custos dos serviços prestados foi reclassificado para a rubrica Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH.



Alupar

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e acionistas não controladores

ITENS QUE NÃO AFETAM AS DISPONIBILIDADES

Depreciação e amortização

Equivalência patrimonial

Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias e cambiais, líquidas)

Outras variações monetárias e cambiais líquidas

Receitas financeiras

Baixas do ativo imobilizado e intangível

(AUMENTO) REDUÇÃO NO ATIVO

Contas a receber de clientes

Ativo financeiro da concessão

Impostos a recuperar

Adiantamentos a fornecedores

Estoques

Outros ativos

AUMENTO (REDUÇÃO) NO PASSIVO

Fornecedores

Taxas regulamentares e setoriais

Salários, férias e encargos sociais

Contribuições e impostos a recolher

Provisões de constituição dos ativos

Adiantamentos de clientes

Outros passivos

CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO NAS) DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de controladas

Resgate de aplicações financeiras

Investimentos em aplicações financeiras

Caixa adquirido em combinação de negócios

Aquisições de imobilizado

Aquisições de intangível

CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO NAS) DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO NAS) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Aumento de capital / Emissão de ações

Adiantamento para futuro aumento de capital

Dividendos e juros sobre capital próprio pagos

Empréstimos tomados e arrendamento mercantil

Juros pagos (encargos de dívidas)

Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil

CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo no início do exercício

Saldo no final do exercício

AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Pagamento de imposto de renda

Pagamento de contribuição social

Consolidado		
31/12/2012		
Originalmente emitido	Ajustes do CPC 18 (R2)	Reapresentado
648.380	(1.290)	647.090
36.584	(2.257)	34.327
-	(16.186)	(16.186)
263.407	(12.539)	250.868
-	2.676	2.676
(38.029)	987	(37.042)
22.646	(114)	22.532
932.988	(28.723)	904.265
(862)	1.711	849
(207.830)	29.995	(177.835)
13.325	160	13.485
(33.669)	(70)	(33.739)
242	61	303
(6.244)	(4)	(6.248)
(235.038)	31.853	(203.185)
42.838	1.093	43.931
6.283	(392)	5.891
1.353	(248)	1.105
(84.669)	669	(84.000)
(41.050)	-	(41.050)
15.308	(710)	14.598
9.696	663	10.359
(50.241)	1.075	(49.166)
647.709	4.205	651.914
(88.369)	-	(88.369)
1.694.778	(9.596)	1.685.182
(1.810.425)	11.071	(1.799.354)
3.967	(3.093)	874
(356.168)	1.399	(354.769)
(19.654)	-	(19.654)
(575.871)	(219)	(576.090)
4.499	(30.719)	(26.220)
-	(1.255)	(1.255)
(285.468)	8.623	(276.845)
1.282.067	(59.219)	1.222.848
(1.046.688)	807.709	(238.979)
	(740.945)	(740.945)
(45.590)	(15.806)	(61.396)
26.248	(11.820)	14.428
26.543	(248)	26.295
52.791	(12.068)	40.723
26.248	(11.820)	14.428
21.289	(942)	20.347
24.983	(696)	24.287



ATIVO

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa
Investimento de curto prazo
Títulos e valores mobiliários
Contas a receber de clientes
Impostos a recuperar
Adiantamento a fornecedores
Estoques
Despesas pagas antecipadamente
Ativo financeiro da concessão
Outros ativos

NÃO CIRCULANTE

Contas a receber de clientes
Títulos e valores mobiliários
Impostos a recuperar
Imposto de renda e contribuição social diferidos
Estoques
Cauções e depósitos judiciais
Ativo financeiro da concessão
Outros ativos
Investimentos
Imobilizado
Intangível

ATIVO TOTAL

Consolidado		
01/01/2012		
Originalmente emitido	Ajustes do CPC 18 (R2)	Reapresentado
1.553.746	(34.352)	1.519.394
26.597	(302)	26.295
159.943	(8.645)	151.298
177.967	-	177.967
124.137	(2.581)	121.556
60.695	(271)	60.424
42.385	(9)	42.376
23.360	(335)	23.025
948	(1)	947
918.820	(23.582)	895.238
18.894	1.374	20.268
4.991.218	(71.710)	4.919.508
2.245	-	2.245
87.762	(827)	86.935
32.170	-	32.170
228	-	228
3.773	-	3.773
6.631	(1)	6.630
3.105.901	(141.100)	2.964.801
2.182	(5)	2.177
5.756	70.380	76.136
1.631.339	(155)	1.631.184
113.231	(2)	113.229
6.544.964	(106.062)	6.438.902



PASSIVO

CIRCULANTE

	939.253	(57.264)	881.989
Empréstimos e financiamentos	356.457	(41.864)	314.593
Debêntures	234.663	-	234.663
Fornecedores	58.586	(7.439)	51.147
Salários, férias e encargos sociais	9.153	(87)	9.066
Tributos e contribuições sociais a recolher	92.303	(557)	91.746
Provisões de constituição dos ativos	53.379	-	53.379
Dividendos a pagar	79.106	(5.620)	73.486
Provisão para gastos ambientais	10.072	-	10.072
Taxas regulamentares e setoriais	27.117	(279)	26.838
Provisões para litígios	48	-	48
Adiantamento de clientes	3.738	(30)	3.708
Outras obrigações	14.631	(1.388)	13.243

NÃO CIRCULANTE

	2.726.344	(48.798)	2.677.546
Empréstimos e financiamentos	1.394.025	(48.116)	1.345.909
Debêntures	889.769	-	889.769
Fornecedores	500	-	500
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.575	-	16.575
Imposto de renda e contribuição social diferidos	348.830	(373)	348.457
Provisões para litígios	2.840	-	2.840
Adiantamento de clientes	19.343	-	19.343
Taxas regulamentares e setoriais	452	(115)	337
Provisões de constituição dos ativos	26.681	-	26.681
Outras obrigações	27.329	(194)	27.135

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	1.533.133	-	1.533.133
Capital social	804.001	-	804.001
Reserva de capital	84.946	-	84.946
Reservas de lucros	644.186	-	644.186

Participação de acionistas não controladores	1.346.234	-	1.346.234
--	-----------	---	-----------

Patrimônio líquido + participação de acionistas não controladores	2.879.367	-	2.879.367
--	------------------	----------	------------------

PASSIVO TOTAL

	6.544.964	(106.062)	6.438.902
--	------------------	------------------	------------------

Os demais pronunciamentos contábeis tais como: CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, que também passaram a vigorar em exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2013 não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.



4.2 Pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39 em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alteração ao IFRS 10 - Entidades para Investimentos — Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades e IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas: Entidades de investimentos.

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. As alterações destas normas são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que as alterações para entidades de investimento trarão efeitos sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo, uma vez que a Companhia não é uma entidade de investimento.

Alteração do IAS 32 – Instrumentos financeiros: Compensação de ativos e passivos financeiros.

Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que faria com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A aplicação das alterações do IAS 32 são efetivas para os exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia acredita que a adoção dessas alterações do IAS 32 não tragam impactos materiais em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRIC 21 – Tributos

O IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo. Para um tributo cujo o pagamento decorre do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A aplicação dessa norma passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a adoção dessa norma tenha impactos significantes em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



IAS 39 – Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de hedge – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que estas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IAS 36 – Redução ao valor recuperável dos ativos - Divulgação dos valores recuperáveis para ativos não financeiros.

Em 29 de maio de 2013 o IASB emitiu uma emenda à IAS 36 – ‘Imparidade de ativos’, altera as exigências de divulgação, quanto à mensuração do valor recuperável de ativos, quando este é determinado com base no justo valor menos custos estimados da venda. Essa alteração será efetiva para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia espera que essa alteração da divulgação dos valores recuperáveis para ativos não financeiros não seja relevante em suas demonstrações contábeis.

5. Medida provisória 627 e Instrução normativa 1.397

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado prepararam um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluíram que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado, aguardam a definição das emendas à MP 627 para que possam optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.



6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI			Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa						
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	-	392	203	95
Fundos de investimento (*)	101,00%	-	-	238.333	-	-
Certificados de depósitos bancários	101,00%	100,00%	-	10.658	21.276	-
Operações compromissadas	100,00%	-	-	114.823	-	-
Aplicações automáticas	20,00%	-	20,00%	458	-	634
Total				364.664	21.479	729

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa				Reapresentado		
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	-	26.316	7.105	13.877
Fundos de investimento (*)	101,00%	-	-	238.333	-	-
Certificados de depósitos bancários	96,39%	99,89%	99,00%	108.101	23.762	10.043
Operações compromissadas	100,00%	-	-	130.247	-	-
Outros fundos de investimento	100,74%	99,00%	98,32%	13.861	2.097	1.211
Aplicações automáticas	20,00%	49,20%	20,00%	3.196	7.759	1.164
Total				520.054	40.723	26.295

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, operações compromissadas e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

(*) Referem-se ao fundo exclusivo FI – Energia, cuja composição da carteira é assim como segue:

	Controladora / Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Composição da carteira			
Operações compromissadas - Notas do tesouro nacional	259.094	14.192	11.235
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	227.824	202.541	138.954
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	31.356	75.464	20.542
Valores a pagar	(17)	(7)	-
Disponibilidades	(1)	-	-
Total - FI Energia	518.256	292.190	170.731
Registrado em caixa e equivalentes de caixa	238.333	-	-
Registrado em investimentos de curto prazo	279.923	292.190	196
Registrado em títulos e valores mobiliários	-	-	170.535
Total - FI Energia	518.256	292.190	170.731



7. Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo:	Remuneração média - % CDI			Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo						
Fundos de investimento (*)	101,00%	100,00%	101,50%	279.923	292.190	196
Certificados de depósitos bancários	-	99,00%	-	-	14.214	19.762
				<u>279.923</u>	<u>306.404</u>	<u>19.958</u>

Investimentos de curto prazo:	Remuneração média - % CDI			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo				Reapresentado		
Fundos de investimento (*)	101,00%	100,00%	99,90%	279.923	292.190	196
Certificados de depósitos bancários	-	97,70%	100,36%	-	194.863	146.353
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	-
Outros fundos de investimento	-	-	104,05%	-	-	4.749
Títulos públicos	-	99,00%	-	-	3.090	-
				<u>279.923</u>	<u>490.143</u>	<u>151.298</u>

Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo:

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundo exclusivo investido primordialmente em títulos do Tesouro Brasileiro (vide abaixo), e outros fundos de investimento em CDI, e são considerados instrumentos financeiros disponíveis para venda.

(*) Referem-se ao fundo exclusivo FI – Energia, vide composição na nota explicativa 6.

8. Títulos e valores mobiliários

a) A composição da carteira dos títulos e valores mobiliários é assim como segue:

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários				Reapresentado		
Circulante						
Certificados de depósitos bancários	-	99,50%	99,50%	-	739	518
Fundos de investimento	-	98,31%	99,84%	-	6.665	177.449
Operações compromissadas	99,00%	-	-	3.336	-	-
				<u>3.336</u>	<u>7.404</u>	<u>177.967</u>
Não circulante						
Certificados de depósitos bancários	99,00%	99,67%	99,12%	6.471	9.020	8.715
Fundos de investimento	92,59%	89,59%	97,99%	47.756	42.754	52.016
Operações compromissadas	100,00%	100,00%	99,81%	10.838	11.607	14.940
Aplicações automáticas	70,00%	70,00%	70,00%	8.834	8.336	11.264
				<u>73.899</u>	<u>71.717</u>	<u>86.935</u>
				<u>77.235</u>	<u>79.121</u>	<u>264.902</u>



b) A composição da conta de títulos e valores mobiliários por Empresa é como segue:

Circulante

Alupar Investimento S.A. (i)
 Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (ii)
 Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (iv)
 Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (iv)
 Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (iv)
 Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé (iv)

Não circulante

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (ii)
 Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (ii)
 Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE (ii)
 Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES (ii)
 Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM (ii)
 Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A - ETVG (ii)
 Foz do Rio Claro Energia S.A. (ii)
 Ijuí Energia S.A. (ii)
 Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (ii)
 Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (ii)
 Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (iii)
 Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (iii)
 Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (iii)
 Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN (iii)
 Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (iv)
 Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (iv)
 Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (iv)
 Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé (iv)

Circulante

Não circulante

Consolidado		
31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Reapresentado		
-	-	170.535
-	-	6.914
-	739	518
-	4.625	-
3.336	-	-
-	2.040	-
3.336	7.404	177.967
6.821	7.286	6.913
2.996	3.002	2.138
1.215	-	-
2.034	1.838	2.028
1.931	1.931	-
807	-	-
10.086	9.453	9.578
8.834	8.336	11.264
5.633	5.942	5.897
5.205	5.665	6.191
16.666	15.452	14.297
3.048	4.047	3.843
2.152	2.747	6.803
6.471	6.018	6.617
-	-	2.098
-	-	4.514
-	-	2.852
-	-	1.902
73.899	71.717	86.935
77.235	79.121	264.902
3.336	7.404	177.967
73.899	71.717	86.935
77.235	79.121	264.902

- i) Os Títulos e valores mobiliários registrado na Companhia referem-se à integralização de capital efetuado pelo acionista FI-FGTS, em 28 de setembro de 2009, no montante de R\$ 400.000. Em cumprimento ao acordo de acionistas firmado entre a Companhia e o FI-FGTS, o valor integralizado pelo FI-FGTS ficou retido, e depositado em Fundo Exclusivo, cuja composição esta detalhada na nota explicativa nº 7. A liberação do valor da integralização do FI-FGTS se deu em 5 tranches de R\$ 80.000, com a condicionante da apresentação de comprovação de dispêndios realizados com os valores já liberados. Em 31 de dezembro de 2012, já havia sido liberado as 5 “tranches” e seus respectivos rendimentos.
- ii) Essas aplicações financeiras referem-se a constituição de contas reservas definidas nos contratos de empréstimos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos, financiamentos.
- iii) Aplicação destinada ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).
- iv) Aplicações financeiras resgatadas, em função da liquidação dos empréstimos e financiamentos que as mesmas estavam vinculadas.



9. Contas a receber de clientes

a) As contas a receber de clientes estão compostas como a seguir:

	Consolidado					Total 31/12/2013
	Saldos vincendos	Saldos vencidos (*)				
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	
Sistema de transmissão de energia						
Encargos de uso da transmissão faturados	109.091	517	142	2.358	5.215	117.323
Encargos de uso da transmissão a faturar	11.090	-	-	-	-	11.090
(-) Provisão de parcela variável	(412)	-	-	-	-	(412)
Contrato de conexão do sistema de transmissão - CCT	92	-	-	-	-	92
	119.861	517	142	2.358	5.215	128.093
Sistema de geração de energia						
Contrato bilateral - ambiente regulado	10.068	1.210	3	-	211	11.492
Contrato bilateral - ambiente livre	9.092	-	-	-	50	9.142
MRE e Spot (energia de curto prazo)	1.258	-	-	-	-	1.258
Outros	-	-	-	-	-	-
	20.418	1.210	3	-	261	21.892
	140.279	1.727	145	2.358	5.476	149.985
Circulante						128.818
Não circulante						21.167
Total						149.985

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, mesmo com relação aos itens vencidos há mais de 360 dias, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas nas contas a receber, uma vez que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

	Consolidado					Total 31/12/2012
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	
						Reapresentado
Sistema de transmissão de energia						
Encargos de uso da transmissão faturados	91.027	1.132	125	2.116	4.488	98.888
Encargos de uso da transmissão a faturar	10.966	-	-	-	-	10.966
(-) Provisão de parcela variável	(267)	-	-	-	-	(267)
Contrato de conexão do sistema de transmissão - CCT	8	-	-	-	-	8
	101.734	1.132	125	2.116	4.488	109.595
Sistema de geração de energia						
Contrato bilateral - ambiente regulado	7.105	3.566	-	420	36	11.127
Contrato bilateral - ambiente livre	7.578	-	-	-	-	7.578
Outros	9	-	-	-	-	9
	14.692	3.566	-	420	36	18.714
	116.426	4.698	125	2.536	4.524	128.309
Circulante						120.718
Não circulante						7.591
Total						128.309



Sistema de transmissão de energia

Encargos de uso da transmissão faturados
Encargos de uso da transmissão a faturar
Contrato de conexão do sistema de transmissão - CCT

Sistema de geração de energia

Contrato bilateral - ambiente regulado
Contrato bilateral - ambiente livre

Circulante
Não circulante
Total

Consolidado					
Saldos vencidos	Saldos vencidos				Total
	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	01/01/2012
					Reapresentado
89.965	135	95	2.552	3.252	95.999
10.857	-	-	-	-	10.857
8	-	-	-	-	8
100.830	135	95	2.552	3.252	106.864
6.806	3.315	-	36	-	10.157
6.780	-	-	-	-	6.780
13.586	3.315	-	36	-	16.937
114.416	3.450	95	2.588	3.252	123.801
					121.556
					2.245
					123.801

b) A movimentação das contas a receber de clientes é como segue:

Sistema de transmissão de energia

Encargos de uso da transmissão faturados
Encargos de uso da transmissão a faturar
(-) Provisão de parcela variável
Contrato de conexão do sistema de transmissão - CCT

Sistema de geração de energia

Contrato bilateral - ambiente regulado
Contrato bilateral - ambiente livre
MRE e Spot (energia de curto prazo)
Outros

Consolidado								
31/12/2012	Provisão	Reversão da provisão	Faturamento	Recebimento	Transferência de adiantamento de clientes	Baixas	Contas a receber de clientes adquiridos em transação de capital	31/12/2013
Reapresentado								
98.888	208	-	949.509	(948.465)	14.942	(274)	2.501	117.309
10.966	-	-	11.090	(10.952)	-	-	-	11.104
(267)	303	(383)	-	-	-	267	(332)	(412)
8	-	-	1.194	(1.110)	-	-	-	92
109.595	511	(383)	961.793	(960.527)	14.942	(7)	2.169	128.093
11.127	-	(192)	95.632	(95.075)	-	-	-	11.492
7.578	84.781	(84.643)	98.186	(96.760)	-	-	-	9.142
-	8.706	(1.773)	-	(5.675)	-	-	-	1.258
9	-	-	-	-	-	(9)	-	-
18.714	93.487	(86.608)	193.818	(197.510)	-	(9)	-	21.892
128.309	93.998	(86.991)	1.155.611	(1.158.037)	14.942	(16)	2.169	149.985

Sistema de transmissão de energia

Encargos de uso da transmissão faturados
Encargos de uso da transmissão a faturar
(-) Provisão de parcela variável
Contrato de conexão do sistema de transmissão - CCT

Sistema de geração de energia

Contrato bilateral - ambiente regulado
Contrato bilateral - ambiente livre
MRE e Spot (energia de curto prazo)
Outros

Consolidado						
01/01/2012	Provisão	Reversão da provisão	Faturamento	Recebimento	Baixas	31/12/2012
Reapresentado			Reapresentado			
95.999	-	-	927.197	(923.202)	(1.106)	98.888
10.857	-	-	10.966	(10.857)	-	10.966
-	(267)	-	(13)	-	13	(267)
8	-	-	1.062	(1.062)	-	8
106.864	(267)	-	939.212	(935.121)	(1.093)	109.595
10.157	-	(6.692)	100.781	(93.119)	-	11.127
6.780	24.968	(18.577)	74.564	(80.157)	-	7.578
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	81	(72)	-	9
16.937	24.968	(25.269)	175.426	(173.348)	-	18.714
123.801	24.701	(25.269)	1.114.638	(1.108.469)	(1.093)	128.309



10. Impostos a recuperar

Por força de determinações legais, a Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado, sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante						
					Reapresentado	
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	-	1.346	3.626	10.625
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	-	544	1.443	8.696
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	27.146	21.649	17.245	30.943	25.117	23.547
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	559	2.519	2.067
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	2.850	12.518	10.440
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	-	466	303	113
Outros	-	-	-	1.395	1.810	4.936
	<u>27.146</u>	<u>21.649</u>	<u>17.245</u>	<u>38.103</u>	<u>47.336</u>	<u>60.424</u>
Não circulante						
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	-	576	2.174	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	-	766	417	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	-	3.399	250	-
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	4.782	3.531	5.718
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	22.975	16.267	26.340
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	-	89	187	112
Outros	-	-	-	238	239	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.825</u>	<u>23.065</u>	<u>32.170</u>

11. Ativo financeiro da concessão

a) Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

As controladas da Companhia realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas e controladas em conjunto da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nestas controladas e controladas em conjunto. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.



As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas e controladas em conjunto são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico.
- Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

b) Critério de reajuste das tarifas de transmissão

Os contratos de concessão estabelecem os valores de receita que as controladas de transmissão receberão ao longo do período de concessão, sendo tais valores estáveis e previsíveis. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo os contratos de transmissão das controladas, as RAPs são ajustadas anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IGP-M ou IPCA, conforme contrato. As controladas ETEM, ETES, ETVG, TME e TNE estão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 5 anos, até que complete o 15º ano de concessão, o que implica em um reajuste adicional relacionado essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado apenas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão. Os contratos de concessão da EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, ETES, STN, Transirapé, Transleste, Transudeste, Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. O contrato de concessão da EBTE dispõem RAP linear durante todo o prazo da concessão.

Os contratos de concessão outorgados pela ANEEL, anteriores à publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 230, de 12 de setembro de 2006, que foi revogada pela Resolução Normativa nº. 490, de 29 de maio de 2012, não contêm previsão que autoriza a revisão tarifária periódica da RAP. Isso porque os respectivos editais de licitação não continham tal previsão, permitindo aos licitantes que projetassem a RAP constante de suas propostas financeiras sem levar em consideração eventuais revisões periódicas.



c) Reforços, Melhorias e Receita em função destas obras

O Poder Concedente poderá alterar, unilateralmente, os contratos de concessão, inclusive quando houver alteração do projeto ou das especificações anteriormente previstas (reforços). À concessionária é garantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e, conseqüentemente, é conferida uma receita adicional para amortização dos investimentos realizados para a implementação de tais alterações.

Já as melhorias, em tese, encontram-se abrangidas pelo objeto de cada concessão e servem para a continuidade da prestação do serviço adequado. Melhoria compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, de acordo com o respectivo contrato de concessão e os Procedimentos de Rede. Os custos incorridos com melhorias são registrados de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para que sejam considerados nas revisões da RAP subsequentes.

Reforço é a implementação de novas instalações de transmissão, substituição ou adequação em instalações existentes, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, ainda, que resulte em alteração física da configuração da rede elétrica ou de uma instalação. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

d) A composição e a movimentação do ativo financeiro da concessão por Empresa é como segue:

Consolidado								
Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.a	31/12/2012	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Ativo financeiro adquirido em transação de capital	Recuperação do ativo financeiro (baixa)	31/12/2013	
Controladas diretas:	Reapresentado							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	35,09%	949.869	31.815	308.752	246	-	(327.693)	962.989
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	21,55%	661.143	16.379	134.545	186	-	(138.004)	674.249
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	33,55%	547.524	16.764	171.395	7.856	-	(172.884)	570.655
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	14,16%	221.657	5.287	31.915	247	-	(33.333)	225.773
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	32,56%	212.453	6.480	64.462	282	-	(72.733)	210.944
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	37,06%	198.028	10.591	65.664	-	-	(75.112)	199.171
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	27,20%	138.869	7.652	35.961	603	-	(38.647)	144.438
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	12,55%	94.589	1.850	12.481	1.127	-	(10.370)	99.677
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	22,92%	93.932	3.153	20.965	3	-	(20.399)	97.654
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	12,99%	85.039	2.362	10.095	77	-	(11.919)	85.654
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	15,20%	27.873	725	3.859	797	-	(3.554)	29.700
		3.230.976	103.058	860.094	11.424	-	(904.648)	3.300.904
Controladas indiretas:								
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE	8,37%	499.289	8.581	46.684	213	-	(37.890)	516.877
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	22,48%	152.086	3.797	31.774	-	-	(31.297)	156.360
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	21,55%	-	654	5.660	-	99.313	(4.990)	100.637
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	19,25%	88.111	2.358	18.840	173	-	(17.522)	91.960
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE	16,54%	63.379	546	11.793	9.906	-	(4.838)	80.786
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE	16,54%	4.033	-	2.570	62.757	-	-	69.360
		806.898	15.936	117.321	73.049	99.313	(96.537)	1.015.980
		4.037.874	118.994	977.415	84.473	99.313	(1.001.185)	4.316.884
Circulante		986.344						1.069.548
Não circulante		3.051.530						3.247.336
		4.037.874						4.316.884



Consolidado						
Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.a	01/01/2012	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Recuperação do ativo financeiro (baixa)	31/12/2012
	Reapresentado					Reapresentado
34,04%	943.098	28.159	291.004	-	(312.392)	949.869
23,88%	647.505	16.855	125.789	1.253	(130.259)	661.143
30,10%	544.324	14.966	151.386	-	(163.152)	547.524
15,17%	216.344	4.044	32.069	828	(31.628)	221.657
31,08%	205.493	6.013	69.580	-	(68.633)	212.453
34,54%	198.369	8.786	62.231	-	(71.358)	198.028
23,88%	108.041	5.292	31.374	26.939	(32.777)	138.869
12,99%	84.767	4.701	8.017	6.840	(9.736)	94.589
18,34%	93.927	2.439	16.943	-	(19.377)	93.932
9,95%	85.338	2.361	8.648	142	(11.450)	85.039
12,99%	7.088	-	2.606	18.229	(50)	27.873
	3.134.294	93.616	799.647	54.231	(850.812)	3.230.976
8,24%	478.559	7.962	42.377	4.317	(33.926)	499.289
20,63%	149.576	3.431	28.866	-	(29.787)	152.086
26,72%	84.801	2.371	15.475	1.821	(16.357)	88.111
16,99%	12.809	-	3.043	47.527	-	63.379
16,99%	-	-	79	3.954	-	4.033
	725.745	13.764	89.840	57.619	(80.070)	806.898
	3.860.039	107.380	889.487	111.850	(930.882)	4.037.874
	895.238					986.344
	2.964.801					3.051.530
	3.860.039					4.037.874

Em 31 de dezembro de 2013, não há itens vencidos registrados no ativo financeiro de concessão.

e) Revisão tarifária das transmissoras

Os contratos de concessão, assinados pelas transmissoras com a União - representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - estabelecem a composição das tarifas e as fórmulas dos reajustes anuais e em algumas dessas transmissoras, exigem revisões tarifárias periódicas que ocorrem de 5 em 5 anos nos primeiros 15 anos de operação.

Na data de "aniversário" do contrato de concessão, ocorre o reajuste anual das tarifas, onde se é aplicada a variação do índice de inflação correspondente previsto nos contratos de concessão. A revisão tarifária periódica tem o objetivo de atualizar o custo do capital de terceiros, conforme regra estabelecida nos editais de licitação de cada uma das transmissoras. Basicamente é realizada uma atualização na média móvel da taxa de TJLP dos últimos 60 meses.

Em 27 de junho de 2013, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.559, que estabeleceu as receitas anuais permitidas (RAP) pela disponibilização das instalações, para o ciclo 2013-2014, compreendendo o período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.



A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão do Grupo Alupar de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.559 de 27 de junho de 2013 é como segue:

Ciclo 2013-2014	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido
	RBL ^(a)	RBNl ^(b)	RBL ^(a)	RBNl ^(b)	RPEC ^(c)	RCDM ^(d)			
Concessão									
EATE	333.241	6.385	-	-	-	-	339.626	(10.246)	329.380
ENTE	177.716	-	-	-	-	-	177.716	(5.361)	172.355
STN	142.193	-	-	-	-	-	142.193	(4.290)	137.903
ETEP	77.376	-	-	-	-	-	77.376	(2.334)	75.042
ECTE	75.000	-	-	-	-	-	75.000	(2.263)	72.737
ERTE	31.406	8.486	-	-	-	-	39.892	(853)	39.039
EBTE	32.629	1.584	2.144	-	341	-	36.698	1.928	38.626
STC	21.242	-	5.777	1.638	259	3.093	32.009	(441)	31.568
Transleste	32.212	-	-	-	-	-	32.212	(972)	31.240
Lumitrans	21.013	-	-	-	-	-	21.013	(634)	20.379
Transudeste (**)	19.965	-	-	-	-	-	19.965	(602)	19.363
Transirapé	13.746	-	3.132	-	255	677	17.810	(246)	17.564
ETSE (*)	12.970	-	-	1.988	826	-	15.784	-	15.784
ETES	6.643	75	-	3.557	-	1.581	11.856	(218)	11.638
ESDE	6.922	-	3.081	-	753	-	10.756	70	10.826
ETEM	10.699	-	-	-	-	-	10.699	(315)	10.384
ETVG	1.046	-	2.191	-	382	-	3.619	(165)	3.454
Total	1.016.019	16.530	16.325	7.183	2.816	5.351	1.064.224	(26.942)	1.037.282

(*) Prevista para entrada em operação em julho de 2014.

(**) A RAP da Transudeste passou a ser considerada a partir de outubro de 2013.

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão do Grupo Alupar de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012 era como segue:

Ciclo 2012-2013	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido
	RBL (a)	RBNl (b)	RBL (a)	RBNl (b)	RPEC (c)	RCDM (d)			
Concessão									
EATE	313.737	6.011	-	-	-	-	319.748	(12.843)	306.905
ENTE	167.314	-	-	-	-	-	167.314	(6.715)	160.599
STN	133.871	-	-	-	-	-	133.871	(5.372)	128.499
ETEP	72.847	-	-	-	-	-	72.847	(2.926)	69.921
ECTE	70.610	-	-	-	-	-	70.610	(2.836)	67.774
ERTE	29.568	7.990	-	-	-	-	37.558	(1.187)	36.371
EBTE	30.636	531	2.013	-	320	-	33.500	(2.801)	30.699
STC	19.945	-	5.425	1.537	243	2.904	30.054	(347)	29.707
Transleste	30.326	-	-	-	-	-	30.326	(1.285)	29.041
Lumitrans	19.783	-	-	-	-	-	19.783	(794)	18.989
Transirapé	12.942	-	2.948	-	240	637	16.767	(241)	16.526
ETES	6.237	70	-	3.340	-	1.485	11.132	(849)	10.283
ESDE	6.499	-	2.893	-	707	-	10.099	-	10.099
ETEM	10.046	-	-	-	-	-	10.046	(130)	9.916
ETVG	982	-	2.057	-	359	-	3.398	-	3.398
Total	925.343	14.602	15.336	4.877	1.869	5.026	967.053	(38.326)	928.727

(a) Rede Básica Licitada

(b) Rede Básica Novas Instalações

(c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas

(d) Receita das Demais Instalações de Transmissão

(e) Demais Instalações de Transmissão



12. Investimentos

As movimentações dos investimentos é como segue:

Controladora:

Descrição	Controladora								Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Reserva para reinvestimento	AFAC não integralizado	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:									
Alupar Inversiones Peru	(7)	-	-	-	-	-	-	(86)	(93)
Transminas Holding S.A.	66.944	-	-	-	-	-	(8.649)	15.362	73.657
Foz do Rio Claro Energia S.A.	120.980	-	-	-	-	-	-	3.215	124.195
Ijuí Energia S.A.	237.814	-	-	-	-	-	-	592	238.406
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (*)	52.742	6.175	-	-	(1.234)	-	(1.336)	7.933	64.280
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (*)	77.662	5.376	-	-	(844)	-	(1.176)	9.649	90.667
Ferreira Gomes Energia S.A	152.023	161.000	-	-	-	-	-	(1.025)	311.998
Genpower termoeletricas e participações S.A.	(99)	-	-	-	-	-	-	-	(99)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	432.123	-	145	-	-	-	(135.397)	134.353	431.224
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	199.053	-	-	-	-	-	(39.422)	47.115	206.746
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	52.923	-	-	-	-	-	(2.887)	6.885	56.921
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	89.005	-	-	-	-	-	(19.179)	24.868	94.694
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	184.727	-	413	-	-	-	(40.264)	60.681	205.557
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	41.973	-	-	-	-	-	(9.370)	14.405	47.008
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE (*)	53.125	4.430	-	-	(1.373)	-	(15.425)	15.656	56.413
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	30.689	1.046	-	-	-	-	(1.158)	5.044	35.621
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	59.899	-	-	-	-	-	(2.818)	11.863	68.944
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	11.628	201	-	-	-	-	(93)	1.387	13.123
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	13.317	-	-	-	-	-	(2.002)	2.820	14.135
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	43.716	-	-	-	-	-	(4.242)	5.708	45.182
Transnorte Energia S.A. - TNE	27.481	14.767	-	-	-	-	-	3.076	45.324
AF Energia S.A.	39	-	-	-	-	-	(40)	168	167
ACE Comercializadora Ltda.	(114)	-	-	-	-	-	-	(1.202)	(1.316)
Energia dos Ventos I S.A.	61	296	-	(5)	-	-	-	(34)	318
Energia dos Ventos II S.A.	61	204	-	(5)	-	-	-	(33)	227
Energia dos Ventos III S.A.	61	270	-	(5)	-	-	-	(36)	290
Energia dos Ventos IV S.A.	61	362	-	(5)	-	-	-	(38)	380
Energia dos Ventos V S.A.	61	270	-	(5)	-	-	-	(34)	292
Energia dos Ventos VI S.A.	61	321	-	(5)	-	-	-	(37)	340
Energia dos Ventos VII S.A.	61	357	-	(5)	-	-	-	(36)	377
Energia dos Ventos VIII S.A.	61	250	-	(5)	-	-	-	(34)	272
Energia dos Ventos IX S.A.	61	285	-	(5)	-	-	-	(36)	305
Energia dos Ventos X S.A.	61	245	-	(5)	-	-	-	(34)	267
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	7.685	5.114	-	-	-	-	-	(1.639)	11.160
Transchile Charrúa Transmisión S.A. (*)	60.464	-	-	-	(10.044)	5.274	-	1.369	57.063
Forquilha IV Energia S.A.	-	10	-	-	-	-	-	-	10
La Virgen S.A.C.	-	8.319	-	-	-	13	-	(132)	8.200
	2.016.402	209.298	558	(50)	(13.495)	5.287	(283.458)	367.713	2.302.255
Terrenos	5.862	3.230	-	-	-	-	-	-	9.092
Outros	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	2.022.265	212.528	558	(50)	(13.495)	5.287	(283.458)	367.713	2.311.348



Controladora								
Descrição	Saldo em 01/01/2012	Adições	AFAC não integralizado	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ganho/Perda de capital na tradução de balanços	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2012
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:								
Alupar Inversiones Peru	(1.041)	1.219	-	-	-	-	(185)	(7)
Transminas Holding S.A.	63.740	-	-	-	-	(7.502)	10.706	66.944
Foz do Rio Claro Energia S.A.	70.039	-	50.870	-	-	-	71	120.980
Ijuí Energia S.A.	94.099	-	146.176	-	-	-	(2.461)	237.814
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (*)	12.146	7.168	36.536	(1.891)	-	-	(1.217)	52.742
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (*)	12.039	6.528	65.084	(1.632)	-	-	(4.357)	77.662
Ferreira Gomes Energia S.A.	117.624	35.000	-	-	-	-	(601)	152.023
Genpower termoeletricas e participações S.A.	(70)	-	-	-	-	-	(29)	(99)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	394.228	-	-	-	-	(86.151)	124.046	432.123
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	188.227	-	-	-	-	(32.059)	42.885	199.053
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	47.650	-	-	-	-	(107)	5.380	52.923
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	84.455	-	-	-	-	(18.700)	23.250	89.005
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	169.327	-	-	-	-	(41.514)	56.914	184.727
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	38.149	-	-	-	-	(8.251)	12.075	41.973
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE (*)	48.798	4.923	-	(1.616)	-	(16.526)	17.546	53.125
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	23.394	3.703	-	-	-	-	3.592	30.689
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	47.535	4.505	-	-	-	-	7.859	59.899
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	6.403	2.896	-	-	-	-	2.329	11.628
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	6.577	6.299	-	-	-	(903)	1.344	13.317
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	22.271	16.800	-	-	-	(1.702)	6.347	43.716
Transnorte Energia S.A. - TNE	-	26.903	-	-	-	-	578	27.481
AF Energia S.A.	-	39	-	-	-	-	-	39
ACE Comercializadora Ltda.	-	1	-	-	-	-	(115)	(114)
Energia dos Ventos I S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos II S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos III S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos IV S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos V S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos VI S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos VII S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos IX S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos X S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	-	8.763	-	-	1.219	-	(2.297)	7.685
Transchile Charrúa Transmisión S.A. (*)	-	69.750	-	(11.454)	(720)	-	2.888	60.464
	1.445.590	195.107	298.666	(16.593)	499	(213.415)	306.548	2.016.402
Terrenos	5.756	106	-	-	-	-	-	5.862
Outros	1	-	-	-	-	-	-	1
	1.451.347	195.213	298.666	(16.593)	499	(213.415)	306.548	2.022.265

(*) O resultado da compra das ações das controladas Queluz, Lavrinhas, ECTE e da investida com controle compartilhado Transchile está detalhado na nota nº 25



Consolidado:

Os investimentos em controladas, investidas com controle compartilhado e coligadas estão apresentadas a seguir:

Consolidado									
Descrição	Saldo em 31/12/2012	Adições	AFAC não integralizado	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Investimentos baixados em transação de capital	Saldo em 31/12/2013
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Reapresentado								
Controladas indiretas:									
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)	22.065	-	-	-	-	(4.037)	3.943	(21.971)	-
Controladas diretas:									
Transmissora Matogrossense de Energia S.A - TME	59.899	-	-	-	-	(2.818)	11.863	-	68.944
Transnorte Energia S.A. - TNE	27.481	14.767	-	-	-	-	3.076	-	45.324
Energia dos Ventos I S.A.	61	296	(5)	-	-	-	(34)	-	318
Energia dos Ventos II S.A.	61	204	(5)	-	-	-	(33)	-	227
Energia dos Ventos III S.A.	61	270	(5)	-	-	-	(36)	-	290
Energia dos Ventos IV S.A.	61	362	(5)	-	-	-	(38)	-	380
Energia dos Ventos V S.A.	61	270	(5)	-	-	-	(34)	-	292
Energia dos Ventos VI S.A.	61	321	(5)	-	-	-	(37)	-	340
Energia dos Ventos VII S.A.	61	357	(5)	-	-	-	(36)	-	377
Energia dos Ventos VIII S.A.	61	250	(5)	-	-	-	(34)	-	272
Energia dos Ventos IX S.A.	61	285	(5)	-	-	-	(36)	-	305
Energia dos Ventos X S.A.	61	245	(5)	-	-	-	(34)	-	267
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	60.464	-	-	(10.044)	5.274	-	1.369	-	57.063
Investimentos indiretos									
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (**)	-	5.754	-	-	-	(298)	210	-	5.666
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (**)	-	2.723	-	-	-	-	155	-	2.878
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé (**)	-	2.794	-	-	-	(159)	118	-	2.753
	170.519	28.898	(50)	(10.044)	5.274	(7.312)	20.382	(21.971)	185.696
Terrenos	5.862	3.230	-	-	-	-	-	-	9.092
Outros	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	176.382	32.128	(50)	(10.044)	5.274	(7.312)	20.382	(21.971)	194.789

(*) Controlada diretamente pela Transminas Holding S.A.

(**) Participação indireta proveniente da controlada EATE

Consolidado								
Descrição	Saldo em 01/01/2012	Adições	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ganho/Perda de capital na tradução de balanços	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Outros	Saldo em 31/12/2012
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Reapresentado				Reapresentado			
Controladas indiretas:								
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)	22.844	-	-	-	(4.531)	4.861	(1.109)	22.065
Controladas diretas:								
Transmissora Matogrossense de Energia S.A - TME	47.535	4.505	-	-	-	7.859	-	59.899
Transnorte Energia S.A. - TNE	-	26.903	-	-	-	578	-	27.481
Energia dos Ventos I S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos II S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos III S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos IV S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos V S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos VI S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos VII S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos IX S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Energia dos Ventos X S.A.	-	61	-	-	-	-	-	61
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	-	69.750	(11.454)	(720)	-	2.888	-	60.464
	70.379	101.768	(11.454)	(720)	(4.531)	16.186	(1.109)	170.519
Terrenos	5.756	106	-	-	-	-	-	5.862
Outros	1	-	-	-	-	-	-	1
	76.136	101.874	(11.454)	(720)	(4.531)	16.186	(1.109)	176.382

(*) Controlada diretamente pela Transminas Holding S.A.



As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das controladas e investidas com controle compartilhado estão demonstradas a seguir:

Controladora:

Controladora				
31/12/2013				
Empresas controladas / coligadas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia		
		Ordinárias	Preferenciais	Total
Alupar Inversiones Peru	3.612.792	3.612.791	-	3.612.791
Transminas Holding S.A.	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	41.008.200	-	41.008.200
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	42.058.410	-	42.058.410
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	10.959.038	7.666.463	18.625.501
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.136	11.300.320	7.905.292	19.205.612
Ferreira Gomes Energia S.A.	314.081.529	314.081.528	-	314.081.528
Genpower termoeletricas e participações S.A.	1.200	612	-	612
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	198.000.000	100.979.997	-	100.979.997
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	36.940.800	18.475.373	-	18.475.373
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	42.095.000	20.003.429	-	20.003.429
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	42.172.251	26.172.251	-	26.172.251
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	9.398.795	9.398.794	-	9.398.794
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	57.576.059	8.635.982	-	8.635.982
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	162.340.000	32.468.000	-	32.468.000
Transnorte Energia S.A. - TNE	81.705.100	41.669.601	-	41.669.601
AF Energia S.A.	40.000	39.997	-	39.997
ACE Comercializadora Ltda.	1.000	999	-	999
Energia dos Ventos I S.A.	690.000	351.831	-	351.831
Energia dos Ventos II S.A.	510.000	260.049	-	260.049
Energia dos Ventos III S.A.	640.000	326.336	-	326.336
Energia dos Ventos IV S.A.	820.000	418.118	-	418.118
Energia dos Ventos V S.A.	640.000	326.336	-	326.336
Energia dos Ventos VI S.A.	740.000	377.326	-	377.326
Energia dos Ventos VII S.A.	810.000	413.019	-	413.019
Energia dos Ventos VIII S.A.	600.000	305.940	-	305.940
Energia dos Ventos IX S.A.	670.000	341.633	-	341.633
Energia dos Ventos X S.A.	590.000	300.841	-	300.841
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	13.492	13.482	-	13.482
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	56.407.271	28.767.708	-	28.767.708
Boa Vista Participações S.A.	1.000	800	-	800
Forquilha IV Energia S.A.	10.000	9.999	-	9.999
Verde 8 Energia S.A.	1.000	999	-	999
Água Limpa S.A.	10.000	9.999	-	9.999
La Virgen S.A.C.	11.040.000	7.176.000	-	7.176.000



Controladora									
31/12/2013									
Empresas controladas / coligadas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	AFAC Alupar não integralizado	Participação da Alupar		Dados das controladas / coligadas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do período
Alupar Inversiones Peru	(95)	-	-	99,99%	(93)	240	335	-	(88)
Transminas Holding S.A.	105.198	-	-	70,02%	73.657	110.421	5.223	-	21.945
Foz do Rio Claro Energia S.A.	162.505	-	85.870	50,01%	124.195	389.332	226.827	61.232	6.429
Ijuí Energia S.A.	270.619	-	206.176	50,01%	238.406	463.500	192.881	41.480	1.185
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	101.804	-	36.536	42,51%	64.280	244.603	142.799	39.797	13.238
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	125.271	-	65.084	42,51%	90.667	299.693	174.422	38.780	11.645
Ferreira Gomes Energia S.A.	311.997	-	-	99,99%	311.998	1.258.492	946.495	-	(1.026)
Genpower termoeletricas e participações S.A.	(195)	-	-	51,00%	(99)	99	294	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	862.143	-	-	50,02%	431.224	1.545.740	683.597	317.271	268.610
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	405.382	-	-	51,00%	206.746	712.436	307.054	141.357	92.382
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	56.920	-	-	99,99%	56.921	91.586	34.666	11.688	6.884
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	189.329	-	-	50,02%	94.694	281.040	91.711	70.938	49.723
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	411.022	-	-	50,01%	205.557	611.495	200.473	183.775	121.334
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	93.993	-	-	50,01%	47.008	159.709	65.716	41.536	28.802
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	118.717	-	-	47,52%	56.413	292.367	173.650	66.076	33.957
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	57.397	-	-	62,06%	35.621	104.129	46.732	14.722	8.128
Transmissora Matogrossense de Energia S.A - TME	149.881	-	-	46,00%	68.944	324.731	174.850	47.432	25.790
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	13.123	-	-	99,99%	13.123	31.412	18.289	5.129	1.980
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	94.240	-	-	15,00%	14.135	106.865	12.625	22.676	18.800
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	225.915	-	-	20,00%	45.182	240.808	14.893	35.089	28.542
Transnorte Energia S.A. - TNE	88.870	-	-	51,00%	45.324	93.233	4.363	43.248	6.032
AF Energia S.A.	167	-	-	99,99%	167	1.066	899	4.715	168
ACE Comercializadora Ltda.	(1.317)	-	-	99,99%	(1.316)	102	1.419	101	(1.203)
Energia dos Ventos I S.A.	623	-	-	50,99%	318	6.157	5.534	-	(33)
Energia dos Ventos II S.A.	445	-	-	50,99%	227	3.805	3.360	-	(33)
Energia dos Ventos III S.A.	569	-	-	50,99%	290	5.570	5.001	-	(37)
Energia dos Ventos IV S.A.	746	-	-	50,99%	380	8.075	7.329	-	(36)
Energia dos Ventos V S.A.	574	-	-	50,99%	292	6.396	5.822	-	(32)
Energia dos Ventos VI S.A.	669	-	-	50,99%	340	8.721	8.052	-	(34)
Energia dos Ventos VII S.A.	738	-	-	50,99%	377	8.889	8.151	-	(34)
Energia dos Ventos VIII S.A.	534	-	-	50,99%	272	6.311	5.777	-	(32)
Energia dos Ventos IX S.A.	600	-	-	50,99%	305	6.497	5.897	-	(34)
Energia dos Ventos X S.A.	523	-	-	50,99%	267	4.945	4.422	-	(34)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	11.168	-	-	99,89%	11.160	16.742	5.574	-	(1.979)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	111.887	-	-	51,00%	57.063	206.863	94.976	15.451	891
Forquilha IV Energia S.A.	10	-	-	99,99%	10	10	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	-	-	-	99,90%	-	1	1	-	-
La Virgen S.A.C.	3.132	6.164	-	65,00%	8.200	17.552	14.420	-	(203)
					<u>2.302.255</u>				



Controladora				
31/12/2012				
Empresas controladas / coligadas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia		
		Ordinárias	Preferenciais	Total
Alupar Inversiones Peru	3.612.792	3.612.791	-	3.612.791
Transminas Holding S.A.	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	41.008.200	-	41.008.200
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	42.058.410	-	42.058.410
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	10.959.038	4.380.836	15.339.874
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.136	11.300.320	4.517.310	15.817.630
Ferreira Gomes Energia S.A.	153.081.529	153.081.528	-	153.081.528
Genpower termoelétricas e participações S.A.	1.200	612	-	612
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	180.000.010	46.020.150	44.011.570	90.031.720
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	198.000.000	100.979.997	-	100.979.997
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	45.000.010	13.505.150	9.001.845	22.506.995
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	100.840.000	50.431.144	-	50.431.144
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	36.940.800	18.475.367	-	18.475.367
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	42.095.000	18.950.002	-	18.950.002
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	42.172.251	25.303.351	-	25.303.351
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	9.197.292	9.197.291	-	9.197.291
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	57.576.059	8.635.982	-	8.635.982
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	162.340.000	32.468.000	-	32.468.000
Transnorte Energia S.A. - TNE	71.501.000	36.465.510	-	36.465.510
AF Energia S.A.	40.000	39.997	-	39.997
ACE Comercializadora Ltda.	1.000	999	-	999
Energia dos Ventos I S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos II S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos III S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos IV S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos V S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos VI S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos VII S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos VIII S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos IX S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos X S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	6.911	6.901	-	6.901
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	56.407.271	28.767.708	-	28.767.708
Boa Vista Participações S.A.	1.000	800	-	800



Alupar

Controladora								
31/12/2012								
Empresas controladas / coligadas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	AFAC Alupar não integralizado	Participação da Alupar		Dados das controladas / coligadas			
			no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Alupar Inversiones Peru	(7)	-	99,99%	(7)	234	48	-	(179)
Transminas Holding S.A.	95.610	-	70,02%	66.944	99.902	4.292	-	17.940
Foz do Rio Claro Energia S.A.	70.206	85.870	50,01%	120.980	387.528	231.452	49.281	696
Ijuí Energia S.A.	63.258	206.176	50,01%	237.812	471.312	201.878	39.142	(4.762)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	55.174	36.536	35,01%	52.742	243.662	151.952	35.338	6.612
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	51.308	65.084	35,01%	77.662	299.278	182.886	36.943	3.171
Ferreira Gomes Energia S.A.	152.022	-	99,99%	152.022	715.371	547.349	-	(532)
Genpower termoeletricas e participações S.A.	(195)	-	51,00%	(99)	99	294	-	(58)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	863.940	-	50,02%	432.123	1.480.539	616.599	296.741	239.667
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	390.299	-	51,00%	199.053	704.487	314.188	134.643	84.089
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	52.923	-	99,99%	52.923	90.049	37.126	10.334	5.273
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	177.954	-	50,02%	89.005	275.891	97.937	65.965	46.484
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	369.372	-	50,01%	184.728	590.310	220.938	154.802	113.805
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	83.926	-	50,01%	41.974	168.388	84.462	61.286	24.141
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	118.013	-	45,02%	53.126	303.362	185.349	4.033	40.574
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	50.279	-	60,00%	30.688	98.758	48.479	18.908	5.987
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	130.216	-	46,00%	59.899	310.588	180.372	48.854	17.086
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	11.628	-	99,99%	11.628	28.776	17.148	20.825	2.329
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	88.789	-	15,00%	13.318	101.554	12.765	18.011	8.964
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	218.582	-	20,00%	43.716	241.342	22.760	34.698	22.743
Transnorte Energia S.A. - TNE	53.884	-	51,00%	27.481	55.862	1.978	38.958	1.133
AF Energia S.A.	39	-	99,99%	39	39	-	-	-
ACE Comercializadora Ltda.	(114)	-	99,99%	(114)	95	209	70	(115)
Energia dos Ventos I S.A.	119	-	50,99%	61	394	275	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	119	-	50,99%	61	284	165	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	119	-	50,99%	61	356	237	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	119	-	50,99%	61	527	408	-	-
Energia dos Ventos V S.A.	119	-	50,99%	61	341	222	-	-
Energia dos Ventos VI S.A.	119	-	50,99%	61	446	327	-	-
Energia dos Ventos VII S.A.	119	-	50,99%	61	478	359	-	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	119	-	50,99%	61	348	229	-	-
Energia dos Ventos IX S.A.	119	-	50,99%	61	363	244	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	119	-	50,99%	61	309	190	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	7.694	-	99,89%	7.685	10.193	535	-	(2.590)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	118.556	-	51,00%	60.464	204.602	86.046	14.284	1.394
				<u>2.016.402</u>				

Controladora				
01/01/2012				
Empresas controladas / coligadas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia		
		Ordinárias	Preferenciais	Total
Alupar Inversiones Peru	625.179	625.178	-	625.178
Transminas Holding S.A.	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	41.008.194	-	41.008.194
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	42.058.404	-	42.058.404
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	10.959.036	-	10.959.036
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.135	11.300.318	-	11.300.318
Ferreira Gomes Energia S.A.	118.081.525	118.081.525	-	118.081.525
Genpower termoeletricas e participações S.A.	1.200	612	-	612
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	180.000.010	46.020.150	44.011.570	90.031.720
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	198.000.000	100.979.997	-	100.979.997
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	29.064.000	29.064.000	-	29.064.000
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	45.000.010	13.505.150	9.001.844	22.506.994
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	100.840.000	50.431.144	-	50.431.144
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	32.645.372	18.475.367	-	18.475.367
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	42.095.000	17.896.575	-	17.896.575
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	32.001.000	22.578.506	-	22.578.506
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	80.000.000	40.479.999	-	40.479.999
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	2.001.000	7.300.997	-	7.300.997
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	28.070.000	4.572.179	-	4.572.179
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	61.360.000	15.668.000	-	15.668.000



Alupar

Controladora						
01/01/2012						
Empresas controladas / coligadas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	AFAC Alupar não integralizado	Participação da Alupar		Dados das controladas / coligadas	
			no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo
Alupar Inversiones Peru	(1.041)	-	99,99%	(1.041)	279	1.320
Transminas Holding S.A.	91.031	-	70,02%	63.740	93.361	2.330
Foz do Rio Claro Energia S.A.	70.063	35.000	50,01%	70.039	403.515	298.452
Ijuí Energia S.A.	68.185	60.000	50,01%	94.099	483.098	354.913
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	48.562	-	25,01%	12.146	247.903	199.341
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	48.137	-	25,01%	12.039	302.964	254.827
Ferreira Gomes Energia S.A.	117.626	-	99,99%	117.624	351.043	233.417
Genpower termoeletricas e participações S.A.	(137)	-	51,00%	(70)	99	236
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	788.319	-	50,02%	394.228	1.337.593	549.274
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	369.072	-	51,00%	188.227	688.547	319.475
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	47.650	-	99,99%	47.650	91.902	44.252
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	168.858	-	50,02%	84.455	278.910	110.052
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	338.579	-	50,01%	169.327	599.870	261.291
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	76.278	-	50,01%	38.149	125.372	49.094
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	114.882	-	42,51%	48.798	233.503	118.621
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	38.990	-	60,00%	23.394	85.914	46.924
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	103.336	-	46,00%	47.535	290.971	187.635
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	6.403	-	99,99%	6.403	9.220	2.817
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	43.848	-	15,00%	6.577	101.527	57.679
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	111.345	-	20,00%	22.271	238.979	127.634
				<u>1.445.590</u>		

Consolidado:

Consolidado				
31/12/2013				
Empresas controladas / coligadas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia e pela controlada EATE		
		Ordinárias	Preferenciais	Total
Controladas diretas:				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051
Transnorte Energia S.A. - TNE	81.705.100	41.669.601	-	41.669.601
Energia dos Ventos I S.A.	690.000	351.831	-	351.831
Energia dos Ventos II S.A.	510.000	260.049	-	260.049
Energia dos Ventos III S.A.	640.000	326.336	-	326.336
Energia dos Ventos IV S.A.	820.000	418.118	-	418.118
Energia dos Ventos V S.A.	640.000	326.336	-	326.336
Energia dos Ventos VI S.A.	740.000	377.326	-	377.326
Energia dos Ventos VII S.A.	810.000	413.019	-	413.019
Energia dos Ventos VIII S.A.	600.000	305.940	-	305.940
Energia dos Ventos IX S.A.	670.000	341.633	-	341.633
Energia dos Ventos X S.A.	590.000	300.841	-	300.841
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	56.407.271	28.767.708	-	28.767.708
Investimentos indiretos				
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (*)	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé (*)	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049

(*) Participação indireta proveniente da controlada EATE



Alupar

Consolidado							
31/12/2013							
Empresas controladas / coligadas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Participação da Alupar e da EATE		Dados das controladas / coligadas			
		no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do período
Controladas diretas:							
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	149.881	46,00%	68.944	324.731	174.850	47.432	25.790
Transnorte Energia S.A. - TNE	88.870	51,00%	45.324	93.233	4.363	43.248	6.032
Energia dos Ventos I S.A.	623	51,00%	318	6.157	5.534	-	(33)
Energia dos Ventos II S.A.	445	51,00%	227	3.805	3.360	-	(33)
Energia dos Ventos III S.A.	569	51,00%	290	5.570	5.001	-	(37)
Energia dos Ventos IV S.A.	746	51,00%	380	8.075	7.329	-	(36)
Energia dos Ventos V S.A.	574	51,00%	292	6.396	5.822	-	(32)
Energia dos Ventos VI S.A.	669	51,00%	340	8.721	8.052	-	(34)
Energia dos Ventos VII S.A.	738	51,00%	377	8.889	8.151	-	(34)
Energia dos Ventos VIII S.A.	534	51,00%	272	6.311	5.777	-	(32)
Energia dos Ventos IX S.A.	600	51,00%	305	6.497	5.897	-	(34)
Energia dos Ventos X S.A.	523	51,00%	267	4.945	4.422	-	(34)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	111.887	51,00%	57.063	206.863	94.976	15.451	891
Investimentos indiretos							
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (*)	113.286	10,00%	5.666	166.801	53.515	33.398	25.039
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)	57.536	10,00%	2.878	107.930	50.394	20.344	13.565
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé (*)	55.030	10,00%	2.753	104.107	49.077	20.148	13.398
			185.696				

(*) Participação indireta proveniente da controlada EATE

Consolidado				
31/12/2012				
Empresas controladas / coligadas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia e pela controlada Transminas		
		Ordinárias	Preferenciais	Total
Controladas indiretas:				
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)	30.000.000	12.300.000	-	12.300.000
Controladas diretas:				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051
Transnorte Energia S.A. - TNE	71.501.000	36.465.510	-	36.465.510
Energia dos Ventos I S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos II S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos III S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos IV S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos V S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos VI S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos VII S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos VIII S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos IX S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Energia dos Ventos X S.A.	110.000	56.089	-	56.089
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	56.407.271	28.767.708	-	28.767.708

(*) Controlada diretamente pela Transminas Holding S.A.



Alupar

Consolidado								
31/12/2012								
Empresas controladas / coligadas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	AFAC Alupar não integralizado	Participação da Alupar e da Transminas		Dados das controladas / coligadas			
			no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas indiretas:								
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)	53.817	-	41,00%	22.065	110.840	57.023	19.001	11.853
Controladas diretas:								
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	130.216	-	46,00%	59.899	310.588	180.372	48.854	17.086
Transnorte Energia S.A. - TNE	53.884	-	51,00%	27.481	55.862	1.978	38.958	1.133
Energia dos Ventos I S.A.	119	-	51,00%	61	394	275	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	119	-	51,00%	61	284	165	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	119	-	51,00%	61	356	237	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	119	-	51,00%	61	527	408	-	-
Energia dos Ventos V S.A.	119	-	51,00%	61	341	222	-	-
Energia dos Ventos VI S.A.	119	-	51,00%	61	446	327	-	-
Energia dos Ventos VII S.A.	119	-	51,00%	61	478	359	-	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	119	-	51,00%	61	348	229	-	-
Energia dos Ventos IX S.A.	119	-	51,00%	61	363	244	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	119	-	51,00%	61	309	190	-	-
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	118.556	-	51,00%	60.464	204.602	86.046	14.284	1.394
				170.519				

(*) Controlada diretamente pela Transminas Holding S.A.

Consolidado				
01/01/2012				
Empresas controladas / coligadas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia e pela controlada Transminas		
		Ordinárias	Preferenciais	Total
Controladas indiretas:				
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)	30.000.000	12.299.998	-	12.299.998
Controladas diretas:				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	80.000.000	40.479.999	-	40.479.999

(*) Controlada diretamente pela Transminas Holding S.A.

Consolidado					
01/01/2012					
Empresas controladas / coligadas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Participação da Alupar e da Transminas		Dados das controladas / coligadas	
		no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo
Controladas indiretas:					
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)	55.721	41,00%	22.844	103.891	48.170
Controladas diretas:					
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	103.336	46,00%	<u>47.535</u>	290.971	187.635
			70.379		

(*) Controlada diretamente pela Transminas Holding S.A.



13. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

Abaixo seguem os quadros comparativos com exemplos de algumas das taxas de depreciação segundo a Resolução nº 367 e a nº 474:

Geração hidráulica	Resolução nº 367 (%)	Resolução nº 474 (%)
Barramento	2,50	2,50
Disjuntor	3,00	3,03
Edificações	4,00	3,33
Equipamentos da tomada d'água	3,70	3,70
Estrutura da tomada d'água	4,00	2,86
Gerador	3,30	3,33
Reserv., barragens e adutoras	2,00	2,00
Sistema de comunicação local	6,70	6,67
Turbina hidráulica	2,50	2,50
Taxa média depreciação geração	3,52	3,32

Transmissão	Resolução nº 367 (%)	Resolução nº 474 (%)
Condutor	2,50	2,70
Equipamento geral	10,00	6,25
Estrutura do sistema	2,50	2,70
Religadores	4,30	4,00
Taxa média depreciação transmissão	4,83	3,91



Alupar

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado, é a seguinte:

Consolidado								
Taxa média anual de depreciação	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Imobilizado adquirido em transação de capital	31/12/2013
Em serviço	Reapresentado							
Custo histórico								
Terrenos	39.187	540	-	-	-	-	-	39.727
Reservatórios, Barragens e Adutoras	586.251	23	-	-	-	-	-	586.274
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	169.766	10	(84)	314	-	2	419	170.427
Máquinas e Equipamentos	539.060	214	(16)	126	-	5	29	539.418
Veículos	1.320	246	(216)	14	-	-	-	1.364
Móveis e Utensílios	1.830	36	-	204	-	6	51	2.127
Total	1.337.414	1.069	(316)	658	-	13	499	1.339.337
Depreciação								
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3%	(22.119)	(12.711)	-	-	-	-	(34.830)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	(7.700)	(3.625)	-	-	-	-	(11.325)
Máquinas e Equipamentos	4%	(27.656)	(16.605)	7	-	(53)	(5)	(44.312)
Veículos	10%	(305)	(228)	74	-	-	-	(459)
Móveis e Utensílios	9%	(713)	(187)	-	-	33	(13)	(880)
Total depreciação		(58.493)	(33.356)	81	-	(20)	(18)	(91.806)
Total em serviço		1.278.921	(32.287)	(235)	658	(7)	481	1.247.531
Em curso		726.009	482.448	(977)	(658)	45.374	21	5.534
Total Imobilizado		2.004.930	450.161	(1.212)	-	45.374	14	2.505.282

Consolidado								
Taxa média anual de depreciação	01/01/2012	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Outros	Imobilizado adquirido em transação de capital	31/12/2012
Em serviço	Reapresentado							
Custo histórico								Reapresentado
Terrenos	38.793	-	-	393	-	1	-	39.187
Reservatórios, Barragens e Adutoras	599.434	-	(13.183)	-	-	-	-	586.251
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	170.121	152	(542)	35	-	-	-	169.766
Máquinas e Equipamentos	466.570	1.039	(24)	71.353	-	51	71	539.060
Veículos	771	45	-	504	-	-	-	1.320
Móveis e Utensílios	1.443	191	(31)	56	-	62	109	1.830
Total	1.277.132	1.427	(13.780)	72.341	-	114	180	1.337.414
Depreciação								
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3%	(9.651)	(13.671)	1.203	-	-	-	(22.119)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4%	(3.875)	(3.825)	-	-	-	-	(7.700)
Máquinas e Equipamentos	4%	(11.924)	(15.892)	135	-	86	(61)	(27.656)
Veículos	18%	(226)	(334)	255	-	-	-	(305)
Móveis e Utensílios	10%	(474)	(236)	74	-	(77)	-	(713)
Total depreciação		(26.150)	(33.958)	1.667	-	9	(61)	(58.493)
Total em serviço		1.250.982	(32.531)	(12.113)	72.341	-	123	1.278.921
Em curso		380.088	390.164	(5)	(72.227)	31.522	(3.533)	726.009
Arrendamento Financeiro, líquido de depreciação		114	-	-	(114)	-	-	-
Total Imobilizado		1.631.184	357.633	(12.118)	-	31.522	(3.410)	2.004.930

a) Imobilizado em curso

Em 31 de dezembro de 2013 a principal obra em curso no Grupo Alupar, refere-se a construção da UHE Ferreira Gomes, cujo saldo é R\$ 1.219.838 (R\$ 703.807 em 31 de dezembro de 2012 e R\$289.809 em 1º de janeiro de 2012). Os compromissos contratuais com ativos imobilizados estão divulgados na nota explicativa 36.



b) Capitalização de Encargos

A Companhia capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 45.978 (R\$ 35.862 em 31 de dezembro de 2012), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 604 (R\$ 4.340 em 31 de dezembro de 2012). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$ 45.374 (R\$ 31.522 em 31 de dezembro de 2012). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, vide nota explicativa nº 22 e 23.

c) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

Em 31 de dezembro de 2013 não existem indicativos, através de fontes internas ou externas, de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

14.Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Controladora:

Controladora				
Taxa média anual de amortização	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Custo				
Outros intangíveis de concessão	556	7	-	563
Intangível gerado na aquisição de ações	8.157	-	-	8.157
	8.713	7	-	8.720
Amortização				
Outros intangíveis de concessão	20% (277)	(91)	-	(368)
Intangível gerado na aquisição de ações	5% (220)	(360)	-	(580)
	(497)	(451)	-	(948)
Projeto em desenvolvimento	77.899	6.749	(13.143)	71.505
Total intangível	86.115	6.305	(13.143)	79.277



Controladora				
Taxa média anual de amortização	01/01/2012	Adições	Baixas	31/12/2012

Custo

Outros intangíveis de concessão
Intangível gerado na aquisição de ações

495	61	-	556
8.157	-	-	8.157
8.652	61	-	8.713

Amortização

Outros intangíveis de concessão
Intangível gerado na aquisição de ações

10%	(178)	(99)	-	(277)
3%	-	(220)	-	(220)
	(178)	(319)	-	(497)

Projeto em desenvolvimento

Total intangível

74.488	13.743	(10.332)	77.899
82.962	13.485	(10.332)	86.115

Consolidado:

Consolidado					
Taxa média anual de amortização	31/12/2012	Adições	Baixas	Intangível adquirido em transação de capital	31/12/2013

Custo

Outros intangíveis de concessão
Uso do bem público
Intangível gerado na aquisição de ações

Reapresentado	12.200	4.126	-	9	16.335
	13.077	1.467	-	-	14.544
	26.865	10.972	-	6.164	44.001
	52.142	16.565	-	6.173	74.880

Amortização

Outros intangíveis de concessão
Uso do bem público
Intangível gerado na aquisição de ações

20%	(883)	(341)	-	(6)	(1.230)
3%	(1.005)	(537)	-	-	(1.542)
4%	(3.238)	(1.158)	-	-	(4.396)
	(5.126)	(2.036)	-	(6)	(7.168)

Projeto em desenvolvimento

Total intangível

80.774	8.313	(13.145)	92	76.034
127.790	22.842	(13.145)	6.259	143.746

Consolidado					
Taxa média anual de amortização	01/01/2012	Adições	Baixas	Intangível adquirido em transação de capital	31/12/2012

Custo

Outros intangíveis de concessão
Uso do bem público
Intangível gerado na aquisição de ações

Reapresentado	3.490	2.318	(1.153)	7.545	Reapresentado
	11.584	1.493	-	-	13.077
	26.865	-	-	-	26.865
	41.939	3.811	(1.153)	7.545	52.142

Amortização

Outros intangíveis de concessão
Uso do bem público
Intangível gerado na aquisição de ações

10%	(1.313)	(61)	491	-	(883)
10%	(540)	(465)	-	-	(1.005)
3%	(2.308)	(930)	-	-	(3.238)
	(4.161)	(1.456)	491	-	(5.126)

Projeto em desenvolvimento

Total intangível

75.451	15.655	(10.332)	-	80.774
113.229	18.010	(10.994)	7.545	127.790



a) **Ágio decorrente da concessão**

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

Taxa média anual de amortização	Prazo da Concessão/ Autorização		Controladora			Consolidado		
	Início	Fim	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Composição do intangível gerado na aquisição de ações								
							Reapresentado	
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4,58%	06/04/04	06/04/34	2.665	2.665	2.665	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	4,55%	06/04/04	06/04/34	5.245	5.245	5.245	5.245	5.245
La Virgen S.A.C.	N/A	N/A	N/A	-	-	-	6.164	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (*)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	-	9.766	9.766
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (*)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	-	8.942	8.942
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (*)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	-	3.814	-
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	-	2.767	-
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé (*)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	-	4.391	-
Outros	N/A	N/A	N/A	247	247	247	247	247
				8.157	8.157	8.157	44.001	26.865
Amortização								
Ágio decorrente da concessão - PCH Queluz				(183)	(61)	-	(183)	(61)
Ágio decorrente da concessão - PCH Lavrinhas				(397)	(159)	-	(397)	(159)
Ágio decorrente da concessão - STC (*)				-	-	-	(1.627)	(1.317)
Ágio decorrente da concessão - Lumitrans (*)				-	-	-	(2.101)	(1.701)
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (*)				-	-	-	(31)	-
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste (*)				-	-	-	(23)	-
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé (*)				-	-	-	(34)	-
				(580)	(220)	-	(4.396)	(3.238)
Total líquido				7.577	7.937	8.157	39.605	23.627

(*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste, Transudeste e Transirapé por parte da controlada EATE.

b) **Projeto em desenvolvimento**

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração.

c) **Perdas pela não recuperabilidade do intangível (impairment)**

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) **Garantias ou penhoras**

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.



15.Fornecedores

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
	Reapresentado		
Encargos de uso do serviço de transmissão	476	547	523
Suprimento de energia elétrica	309	-	3.639
Materiais e serviços	68.177	103.554	47.377
Outros	30	31	108
	68.992	104.132	51.647
Circulante	68.742	103.632	51.147
Não circulante	250	500	500
	68.992	104.132	51.647

16.Tributos e contribuições sociais a recolher

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
	Reapresentado					
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	-	39.173	28.965	36.233
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	-	34.565	31.283	36.411
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	33	55	75	1.912	309	1.586
Programa de Integração Social - PIS	113	286	270	1.212	1.249	1.420
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	521	1.316	1.244	4.161	4.487	5.293
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	2	2	3	2.639	2.562	2.431
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	39	-	-	619	682	481
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	-	6.362	4.285	4.321
Imposto sobre Serviços - ISS	16	15	13	1.659	2.150	1.512
Parcelamento - IRRF E CSLL	-	-	-	42	-	-
Outros	2	-	-	307	3.516	2.058
	726	1.674	1.605	92.651	79.488	91.746
Circulante	726	1.674	1.605	92.609	79.488	91.746
Não circulante	-	-	-	42	-	-
	726	1.674	1.605	92.651	79.488	91.746

17.Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

- a) A composição do imposto de renda e da contribuição social, diferidos registrados no ativo e passivo é como segue:

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda diferido - ativo
Contribuição social diferida - ativo

Imposto de renda diferido - passivo
Contribuição social diferida - passivo

Consolidado		
31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Reapresentado		
812	324	160
457	137	68
1.269	461	228
(257.336)	(236.746)	(208.630)
(159.295)	(145.008)	(139.827)
(416.631)	(381.754)	(348.457)



Prejuízo fiscal e base negativa
 Contrato de concessão (ICPC 01)
 Diferimento de receita para órgãos públicos
 IR/CS diferidos adquiridos em transação de capital
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos
Passivo fiscal diferido, líquido

Consolidado				
Balanco Patrimonial			Resultado	
31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado			Reapresentado
1.269	461	228	388	239
(404.332)	(377.260)	(344.249)	(27.090)	(35.505)
(9.138)	(4.494)	(4.208)	(4.662)	2.063
(3.161)	-	-	-	-
			(31.364)	(33.203)
(415.362)	(381.293)	(348.229)		

b) Créditos fiscais a compensar

Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo na demonstração contábil e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido. A Companhia pretende reconhecer o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis, respectivamente, somente quando atender essas exigências, de forma que, em 31 de dezembro de 2013, nenhum crédito tributário diferido ativo foi reconhecido.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e em 1º de janeiro de 2012, a Companhia acumula prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentaram base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Créditos fiscais não reconhecidos

Prejuízo fiscal
 Base negativa de contribuição social

Controladora		
31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
212.753	131.669	79.147
217.489	134.066	79.147



18. Provisões para gastos ambientais

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
		Reapresentado	
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	30	30	471
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	-	-	21
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	7.571	7.175	6.655
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	543	515	369
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	25	25	25
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	45	45	2.531
Foz do Rio Claro Energia S.A.	2.157	3.229	-
Ijuí Energia S.A.	4.423	4.918	-
Ferreira Gomes Energia S.A	24.728	26.467	-
	39.522	42.404	10.072
Circulante	25.872	35.522	10.072
Não circulante	13.650	6.882	-
	39.522	42.404	10.072

O montante provisionado é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço.

A movimentação das provisões para gastos ambientais é como segue:

	Consolidado				
	Saldo inicial 31/12/2012	Adições	Baixas	Realização	Atualização monetária Saldo final 31/12/2013
Controladas					
Reapresentado					
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	30	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	7.175	-	-	-	396
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	515	-	-	-	28
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	25	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	45	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	3.229	820	(1.892)	-	-
Ijuí Energia S.A.	4.918	948	(100)	(1.343)	-
Ferreira Gomes Energia S.A	26.467	15.816	(17.555)	-	-
	42.404	17.584	(19.547)	(1.343)	424
					39.522

	Consolidado			
	Saldo inicial 01/01/2012	Adições	Baixas	Atualização monetária Saldo final 31/12/2012
Controladas				
Reapresentado				
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	471	-	(450)	9
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	21	-	(21)	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	6.655	-	-	520
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	369	-	-	146
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	25	-	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	2.531	-	(2.486)	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	3.229	-	-
Ijuí Energia S.A.	-	4.918	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A	-	26.467	-	-
	10.072	34.614	(2.957)	675
				42.404



19. Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos referem-se a custos de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma de conclusão destas obras. Entre as principais obrigações destacam-se custos com equipamentos para medição de pluviometria e sedimentação, instrumentação, fornecimento de bens, materiais e serviços de supervisão, montagem, comissionamento e operação assistida.

a) A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
	Reapresentado		
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	1.499	1.499	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	24.361	26.384	42.012
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	8.118	12.132	19.425
Foz do Rio Claro Energia S.A.	494	494	7.365
Ijuí Energia S.A.	-	-	11.258
	<u>34.472</u>	<u>40.509</u>	<u>80.060</u>
Circulante	22.504	27.165	53.379
Não circulante	11.968	13.344	26.681
	<u>34.472</u>	<u>40.509</u>	<u>80.060</u>

b) A movimentação das provisões de constituição dos ativos é como segue:

Controladas

Companhia Transleste de Transmissão - Transleste
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
Foz do Rio Claro Energia S.A.

Consolidado		
Saldo inicial	Utilização	Saldo final
31/12/2012		31/12/2013
Reapresentado		
1.499	-	1.499
26.384	(2.023)	24.361
12.132	(4.014)	8.118
494	-	494
40.509	(6.037)	34.472

Controladas

Companhia Transleste de Transmissão - Transleste
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.
Foz do Rio Claro Energia S.A.
Ijuí Energia S.A.

Consolidado				
Saldo inicial	Adições	Baixas	Utilização	Saldo final
01/01/2012				31/12/2012
Reapresentado			Reapresentado	
-	1.499	-	-	1.499
42.012	-	-	(15.628)	26.384
19.425	-	-	(7.293)	12.132
7.365	-	(6.871)	-	494
11.258	-	(11.258)	-	-
80.060	1.499	(18.129)	(22.921)	40.509



20. Taxas regulamentares e setoriais

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
		Reapresentado	
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	2.726	2.667	2.094
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	4.207	3.425	2.051
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	261	-	1.053
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	28.817	24.047	20.942
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	689	568	694
Ministério de minas e energia - MME	343	283	341
	<u>37.043</u>	<u>30.990</u>	<u>27.175</u>
Circulante	36.609	30.653	26.838
Não circulante	434	337	337
	<u>37.043</u>	<u>30.990</u>	<u>27.175</u>

A TFSEE - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. Para o segmento de geração e transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos e sua gestão fica a cargo da ANEEL.

A RGR – Reserva Global de Reversão foi criada com finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e limitado a 3,0% de sua receita anual. De acordo com o artigo 8º da Lei nº12.431, a cota anual da Reserva Global de Reversão – RGR ficará extinta ao final do exercício de 2035.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH foi criada para compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência estabelecida anualmente pela ANEEL (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

P&D – Pesquisa e desenvolvimento: Equivale a 1,0% da receita operacional líquida das concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. Os recursos para pesquisa e desenvolvimento, deverão ser aplicados da seguinte forma: 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento – P&D e 20% para o Ministério de Minas e Energia - MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.



21. Adiantamentos de clientes

Os saldos de adiantamentos de clientes referem-se aos montantes recebidos a título de antecipação de receitas do sistema de transmissão, ao qual se deve em função do superávit de arrecadação do ciclo de tarifas, cuja realização dar-se-á por meio da dedução de valores futuros da Receita Anual Permitida – RAP através do mecanismo denominado de PA – Parcela de ajuste, e que serão autorizados pela ONS a partir do início de cada ciclo, ou seja, a partir de 1º de julho de cada ano. Cabe ressaltar, que esses valores que serão deduzidos da RAP são corrigidos pelo IPCA ou IGP-M dependendo do contrato de concessão.

A movimentação e a composição por controlada dos adiantamentos de clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é assim como segue:

Consolidado							
31/12/2012	Adiantamentos	Parcela de ajuste - PA	Variação monetária	Transferência p/ contas a receber de clientes	Adiantamento de clientes adquirido em transação de capital	31/12/2013	
Controladas diretas:							
Reapresentado							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	12.608	(1.451)	(11.545)	638	4.873	-	5.123
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	780	(90)	(714)	39	302	-	317
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	1.137	(94)	(745)	44	316	-	658
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	2.872	(330)	(2.630)	145	965	-	1.022
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	2.784	(320)	(2.550)	141	1.076	-	1.131
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	6.594	(759)	(6.038)	334	2.550	-	2.681
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	1.165	(337)	(1.020)	59	560	-	427
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	301	(59)	(337)	-	97	-	2
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	240	(88)	(245)	-	143	-	50
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	5.277	(607)	(4.831)	265	2.565	-	2.669
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	-	138	(19)	-	18	-	137
	33.758	(3.997)	(30.674)	1.665	13.465	-	14.217
Controladas indiretas:							
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	1.187	(138)	(1.128)	18	462	-	401
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	-	(278)	(152)	-	287	394	251
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	495	(59)	(467)	7	197	-	173
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE	2.186	(1.893)	(460)	664	508	-	1.005
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE	-	(14)	(4)	-	23	-	5
	3.868	(2.382)	(2.211)	689	1.477	394	1.835
	37.626	(6.379)	(32.885)	2.354	14.942	394	16.052
Circulante	20.104						15.527
Não circulante	17.522						525
	37.626						16.052

Consolidado						
01/01/2012	Adiantamentos	Parcela de ajuste - PA	Variação monetária	Transferência p/ outros ativos	31/12/2012	
Reapresentado			Reapresentado			
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	9.709	10.142	(7.684)	441	-	12.608
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	599	627	(358)	27	(115)	780
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	868	653	(343)	29	(70)	1.137
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	2.213	2.310	(1.753)	102	-	2.872
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	2.146	2.240	(1.966)	364	-	2.784
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	5.062	5.307	(3.029)	231	(977)	6.594
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	895	938	(535)	41	(174)	1.165
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	-	2.676	(2.375)	-	-	301
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	-	331	(91)	-	-	240
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	519	7.778	(3.205)	185	-	5.277
Subtotal	22.011	33.002	(21.339)	1.420	(1.336)	33.758
Controladas indiretas:						
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	148	1.767	(728)	-	-	1.187
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	-	-	-	-	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	49	755	(309)	-	-	495
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE	843	1.014	(1.436)	84	1.681	2.186
Subtotal	1.040	3.536	(2.473)	84	1.681	3.868
Total	23.051	36.538	(23.812)	1.504	345	37.626
Circulante	3.708					20.104
Não circulante	19.343					17.522
	23.051					37.626



22. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado											
		Circulante											
		31/12/2013				31/12/2012				01/01/2012			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total
Moeda estrangeira	Operacionais	Reapresentado											
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	6	903	-	909	3	794	-	794	11	729	-	740
BDMG	Transleste	102	1.118	-	1.220	116	975	-	1.091	128	895	-	1.023
BDMG	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	6	226	-	232
BNDES	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	7	234	-	241
Santander	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	6	226	-	232
		108	2.021	-	2.129	119	1.766	-	1.885	158	2.310	-	2.468
Moeda estrangeira	Pré Operacionais												
Bancolombia	Risaralda	-	32	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	32	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		108	2.053	-	2.161	119	1.766	-	1.885	158	2.310	-	2.468
Moeda nacional	Operacionais												
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e BB)	Alupar	-	134	-	134	-	197	-	197	-	194	-	194
FINPE	Alupar	275	9.369	(86)	9.558	174	5.618	-	5.792	283	4.769	-	5.052
Santander	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-	559	80.000	-	80.559
Itaú - Nota promissória	EATE	328	140.000	(248)	140.080	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	EBTE	381	10.962	-	11.343	411	10.962	-	11.373	538	10.962	-	11.500
BNDES (FINAME)	EBTE	31	2.889	-	2.920	34	2.889	-	2.923	45	2.889	-	2.934
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	25	3.360	-	3.385	37	3.360	-	3.397	60	3.360	-	3.420
BNDES - Contrato nº 12.200.581	ERTE	84	3.204	-	3.288	91	3.110	-	3.201	19	1.098	-	1.117
BNDES	ETEM	124	3.356	-	3.480	133	3.356	-	3.489	-	-	-	-
Itaú BBA	ETEM	-	-	-	-	-	-	-	-	516	45.400	-	45.916
BNDES - Contrato nº 09.201.181	ETES	59	2.030	(4)	2.085	64	2.030	(4)	2.090	85	2.026	-	2.111
BNDES - Subcrédito A	ETES	8	281	-	289	9	281	-	290	85	275	-	360
BNDES - Subcrédito B	ETES	16	1.556	(32)	1.540	18	1.556	(32)	1.542	180	1.508	-	1.688
Itaú	ETSE	22	8.850	-	8.872	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil	ETVG	138	688	(6)	820	122	-	(6)	116	2	-	-	2
Arrendamento mercantil (Itaú)	Foz	-	29	-	29	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	Foz	596	15.027	-	15.623	2.643	12.341	-	14.984	2.578	12.503	-	15.081
Arrendamento mercantil (Itaú)	IJUÍ	-	29	-	29	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	IJUÍ	577	12.798	-	13.375	2.493	10.346	-	12.839	2.345	10.502	-	12.847
BNDES I	Lavrinhas	291	9.179	-	9.470	316	8.827	-	9.143	848	9.544	-	10.392
BNDES II	Lavrinhas	41	1.246	-	1.287	45	1.196	-	1.241	-	-	-	-
FINAME	Lavrinhas	-	34	-	34	4	-	-	4	-	-	-	-
BNDES	Lumitrans	-	-	-	-	-	-	-	-	246	2.995	-	3.241
Unibanco	Lumitrans	-	-	-	-	-	-	-	-	23	1.658	-	1.681
Arrendamento mercantil (Itaú)	Queluz	-	-	-	-	-	20	-	20	-	48	(11)	37
BNDES I	Queluz	289	9.321	-	9.610	314	9.034	-	9.348	501	10.676	-	11.177
BNDES II	Queluz	66	2.041	-	2.107	71	1.976	-	2.047	-	-	-	-
FINAME	Queluz	1	43	-	44	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil	STN	7	630	-	637	8	631	-	639	39	420	-	459
BNB	STN	125	17.474	-	17.599	135	16.537	-	16.672	145	15.446	-	15.591
BNDES I	STC	-	-	-	-	-	-	-	-	140	3.769	-	3.909
BNDES II	STC	-	-	-	-	-	-	-	-	7	755	-	762
Unibanco	STC	-	-	-	-	-	-	-	-	191	5.144	-	5.335
BDMG (FINAME)	Transirapé	2	132	-	134	-	-	-	-	36	1.041	-	1.077
BDMG	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	2	132	-	134
BNDES	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	35	1.084	-	1.119
Santander	Transirapé	-	-	-	-	2	131	-	133	35	1.041	-	1.076
BDMG	Transleste	159	2.552	-	2.711	173	2.552	-	2.725	187	2.552	-	2.739
BNB	Transleste	47	757	-	804	56	779	-	835	58	788	-	846
		3.692	257.971	(376)	261.287	7.353	97.729	(42)	105.040	9.788	232.579	(11)	242.356
Moeda nacional	Pré Operacionais												
BNDES - Subcrédito A	ESDE	14	1.583	-	1.597	5	1.033	-	1.038	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	ESDE	60	1.572	-	1.632	18	829	-	847	-	-	-	-
BNDES	Ferreira Gomes	-	-	-	-	1.554	110.680	(336)	111.898	-	-	-	-
Santander	Ferreira Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	102	40.000	-	40.102
Banco Sumitomo Mitsui B. S.A	Ferreira Gomes	-	-	-	-	366	29.400	-	29.766	270	29.398	-	29.668
		74	3.155	-	3.229	1.943	141.942	(336)	143.549	372	69.398	-	69.770
Subtotal		3.766	261.126	(376)	264.516	9.296	239.671	(378)	248.589	10.160	301.977	(11)	312.126
Total - Empréstimos e financiamentos - Circulante		3.874	263.179	(376)	266.677	9.415	241.437	(378)	250.474	10.318	304.287	(11)	314.594



Financiadores / credores	Empresas	Consolidado											
		Não circulante											
		31/12/2013				31/12/2012				01/01/2012			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total
Moeda estrangeira	Operacionais	Reapresentado											
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	-	753	-	753	-	1.451	-	1.451	-	2.065	-	2.065
BDMG	Transleste	-	2.793	-	2.793	-	3.411	-	3.411	-	4.026	-	4.026
BDMG	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510	-	1.510
BNDES	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.562	-	1.562
Santander	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.505	-	1.505
		-	3.546	-	3.546	-	4.862	-	4.862	-	10.668	-	10.668
Moeda estrangeira	Pré Operacionais												
Bancolombia	Risaralda	-	-	-	-	-	72	-	72	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	72	-	72	-	-	-	-
Subtotal		-	3.546	-	3.546	-	4.934	-	4.934	-	10.668	-	10.668
Moeda nacional	Operacionais												
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e BB)	Alupar	-	36	-	36	-	223	-	223	-	266	-	266
FINEP	Alupar	-	32.010	(298)	31.712	-	45.130	(470)	44.660	-	55.348	(557)	54.791
BNDES	EBTE	-	114.188	-	114.188	-	125.150	-	125.150	-	136.113	-	136.113
BNDES (FINAME)	EBTE	-	14.206	-	14.206	-	17.095	-	17.095	-	19.984	-	19.984
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	-	2.800	-	2.800	-	6.160	-	6.160	-	9.520	-	9.520
BNDES - Contrato nº 12.200.581	ERTE	-	25.840	-	25.840	-	27.841	-	27.841	-	3.111	-	3.111
BNDES	ETEM	-	38.034	-	38.034	-	41.390	-	41.390	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 09.201.181	ETES	-	17.763	-	17.763	-	19.793	-	19.793	-	21.780	-	21.780
BNDES - Subcrédito A	ETES	-	2.457	(35)	2.422	-	2.738	(39)	2.699	-	2.950	-	2.950
BNDES - Subcrédito B	ETES	-	7.521	(134)	7.387	-	9.077	(166)	8.911	-	10.296	-	10.296
Banco do Brasil	ETVG	-	16.902	(58)	16.844	-	15.615	(64)	15.551	-	1.777	-	1.777
BNDES	Foz	-	184.082	-	184.082	35.241	164.549	-	199.790	36.747	178.162	-	214.909
BNDES	IJUL	-	163.166	-	163.166	34.274	142.259	-	176.533	34.598	154.900	-	189.498
BNDES I	Lavrinhas	-	94.850	-	94.850	-	104.382	-	104.382	10.535	118.501	-	129.036
BNDES II	Lavrinhas	-	12.881	-	12.881	-	14.177	-	14.177	-	-	-	-
FINAME	Lavrinhas	-	73	-	73	-	131	-	131	-	-	-	-
BNDES	Lumitrans	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.816	-	36.816
Unibanco	Lumitrans	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.686	-	4.686
Arrendamento mercantil (Itaú)	Queluz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	24
BNDES I	Queluz	-	93.989	-	93.989	-	103.598	-	103.598	6.056	129.004	-	135.060
BNDES II	Queluz	-	20.584	-	20.584	-	22.691	-	22.691	-	-	-	-
FINAME	Queluz	-	149	-	149	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil	STN	-	3.310	-	3.310	-	3.941	-	3.941	-	4.572	-	4.572
BNB	STN	-	178.839	-	178.839	-	196.383	-	196.383	-	212.920	-	212.920
BNDES I	STC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.176	-	35.176
BNDES II	STC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	944	-	944
Unibanco	STC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.013	-	48.013
BDMG (FINAME)	Transirapé	-	737	-	737	-	870	-	870	-	6.940	-	6.940
BDMG	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.001	-	1.001
BNDES	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.228	-	7.228
Santander	Transirapé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.940	-	6.940
BDMG	Transleste	-	25.946	-	25.946	-	28.498	-	28.498	-	31.050	-	31.050
BNB	Transleste	-	8.205	-	8.205	-	9.301	-	9.301	-	10.080	-	10.080
Outros	Genpower	-	168	-	168	-	168	-	168	-	-	-	-
		-	1.058.736	(525)	1.058.211	69.515	1.101.160	(739)	1.169.936	87.936	1.248.102	(557)	1.335.481
Moeda nacional	Pré Operacionais												
BNDES - Subcrédito A	ESDE	-	12.267	-	12.267	-	13.567	-	13.567	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	ESDE	-	19.394	-	19.394	-	16.571	-	16.571	-	-	-	-
BNDES	Ferreira Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(240)	(240)
BNDES - Subcrédito A	Ferreira Gomes	3.133	205.257	(3.069)	205.321	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	Ferreira Gomes	1.240	81.239	-	82.479	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito C	Ferreira Gomes	63	4.131	-	4.194	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito D	Ferreira Gomes	660	161.337	-	161.997	-	-	-	-	-	-	-	-
		5.096	483.625	(3.069)	485.652	-	30.138	-	30.138	-	-	(240)	(240)
Subtotal		5.096	1.542.361	(3.594)	1.543.863	69.515	1.131.298	(739)	1.200.074	87.936	1.248.102	(797)	1.335.241
Total - Empréstimos e financiamentos - Não Circulante		5.096	1.545.907	(3.594)	1.547.409	69.515	1.136.232	(739)	1.205.008	87.936	1.258.770	(797)	1.345.909



b) As principais características dos empréstimos e financiamentos são conforme segue:

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado							
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos							Periodicidade da amortização
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Moeda	Taxa efetiva a.a.		Principal	
						Indexador	Juros (%)		
Moeda nacional									
Operacionais									
Arrendamento mercantil (Safrá, Itaú e BB)	Alupar	dez/09	mai/15	789	R\$	-	8,73	Mensal	Mensal
FINEP	Alupar	dez/09	mai/18	72.841	R\$	-	8,00	Mensal	Mensal
Itaú - Nota promissória	EATE	dez/13	jun/14	140.000	R\$	CDI	0,50	Único no final	Único no final
BNDES	EBTE	dez/09	mai/25	141.652	R\$	TJLP	2,56	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME)	EBTE	dez/09	nov/19	23.498	R\$	-	4,50	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	jun/04	out/15	31.838	R\$	TJLP	5,00	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 12.200.581	ERTE	mar/12	out/26	27.539	R\$	TJLP	1,97	Mensal	Mensal
BNDES	ETEM	jan/12	abr/26	45.000	R\$	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 09.201.181	ETES	mai/09	set/23	27.718	R\$	TJLP	2,37	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A	ETES	dez/09	fev/23	3.357	R\$	TJLP	2,38	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B	ETES	dez/09	out/19	13.195	R\$	-	4,50	Mensal	Mensal
Itaú	ETSE	dez/13	fev/14	8.850	R\$	CDI	1,05	Único no final	Único no final
Banco do Brasil	ETVG	dez/11	dez/26	17.835	R\$	-	10,00	Mensal	Trimestral
Arrendamento mercantil (Itaú)	Foz	abr/13	set/14	48	R\$	-	14,03	Mensal	Mensal
BNDES	Foz	abr/08	mar/27	201.630	R\$	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
Arrendamento mercantil (Itaú)	IJUÍ	abr/13	set/14	48	R\$	-	14,03	Mensal	Mensal
BNDES	IJUÍ	abr/08	set/27	168.200	R\$	TJLP	3,17	Mensal	Mensal
BNDES I	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	R\$	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES II	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	R\$	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
FINAME I	Lavrinhas	fev/12	fev/17	118	R\$	-	10,00	Mensal	Mensal
FINAME II	Lavrinhas	fev/12	fev/17	34	R\$	TJLP	5,00	Mensal	Mensal
BNDES I	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	R\$	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES II	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	R\$	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
FINAME	Queluz	jun/13	jul/18	192	R\$	-	3,00	Mensal	Mensal
Banco do Brasil	STN	ago/10	mar/20	4.992	R\$	-	4,50	Mensal	Mensal
BNB	STN	jun/06	jun/24	300.000	R\$	-	10,00	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME)	Transirapé	jun/10	jul/20	1.188	R\$	-	4,50	Mensal	Mensal
BDMG	Transleste	mar/05	mar/25	47.000	R\$	-	9,50	Mensal	Mensal
BNB	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	R\$	-	9,50	Mensal	Mensal
Outros	Genpower	-	-	168	R\$	-	-	Mensal	Mensal
Pré Operacionais									
BNDES - Subcrédito A	ESDE	nov/12	set/22	14.600	R\$	-	2,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B	ESDE	nov/12	abr/27	17.400	R\$	TJLP	2,08	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	198.420	R\$	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	78.540	R\$	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito C	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	9.500	R\$	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito D	Ferreira Gomes	dez/12	dez/22	181.850	R\$	-	2,50	Mensal	Mensal
Moeda estrangeira									
Operacionais									
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	jun/04	out/15	5.403	Cesta de moedas - USD	-	5,50%	Mensal	Mensal
BDMG	Transleste	jul/05	jan/17	11.644	Cesta de moedas - USD	-	5,00%	Semestral	Semestral
Pré Operacionais									
Bancolombia	Risaralda	set/12	ago/14	82	Pesos Colombianos	DTF (T.A.) (*)	5,00	Mensal	Mensal

(*) Taxa de depósitos a prazo, na Colômbia, certificada pelo Banco de la República



Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de ações que a Companhia detém das mesmas.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e em 1º de janeiro de 2012, estes índices estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e investidas com controle compartilhado.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento. Em 31 de dezembro de 2013, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Em 26 de dezembro de 2012, o BNDES autorizou a apresentação pelas controladas Foz e Ijuí, de Índice de Cobertura de Serviço da Dívida, em 31 de dezembro de 2012 de, no mínimo, 1,0 (um inteiro) e 0,9 (nove décimo), respectivamente, ou seja, a abaixo do índice mínimo 1,2 estabelecido no contrato de financiamento. Desta forma, as controladas Foz e Ijuí atenderam as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento.

Em 10 de fevereiro de 2012, o BNDES autorizou as controladas Queluz e Lavrinhas, a apresentarem os Índice de Cobertura de Serviço da Dívida, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2013..

Em 31 de dezembro de 2013 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 45.562 (R\$ 49.471 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 62.807 em 1º de janeiro de 2012).



c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado							Saldo final 31/12/2013
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Bônus de adiplência	
		31/12/2012							
		Reapresentado							
Moeda estrangeira									
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	2.245	-	173	244	(829)	(171)	-	1.662
Bancolombia	Risaralda	72	-	-	-	-	(40)	-	32
BDMG	Transleste	4.502	-	244	541	(1.017)	(257)	-	4.013
		6.819	-	417	785	(1.846)	(468)	-	5.707
		Moeda nacional							
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e BB)	Alupar	420	(92)	40	-	(161)	(37)	-	170
FINEP	Alupar	50.452	-	3.823	-	(9.369)	(3.636)	-	41.270
Itaú - Nota promissória	EATE	-	140.000	328	-	-	(248)	-	140.080
BNDES	EBTE	136.523	-	9.683	-	(10.962)	(9.713)	-	125.531
BNDES (FINAME)	EBTE	20.018	-	829	-	(2.889)	(832)	-	17.126
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	9.557	-	1.009	468	(3.824)	(1.025)	-	6.185
BNDES - Contrato nº 12.200.581	ERTE	31.042	1.250	1.882	-	(2.692)	(2.354)	-	29.128
BNDES - Subcrédito A	ESDE	14.605	188	359	-	(1.048)	(240)	-	13.864
BNDES - Subcrédito B	ESDE	17.418	4.138	1.149	166	(941)	(904)	-	21.026
BNDES	ETEM	44.879	-	3.138	-	(3.356)	(3.147)	-	41.514
BNDES - Contrato nº 09.201.181	ETES	21.883	-	1.510	-	(2.030)	(1.515)	-	19.848
BNDES - Subcrédito A	ETES	2.989	-	208	-	(281)	(205)	-	2.711
BNDES - Subcrédito B	ETES	10.453	-	472	-	(1.556)	(442)	-	8.927
Itaú	ETSE	-	8.850	22	-	-	-	-	8.872
Banco do Brasil	ETVG	15.667	1.975	1.628	-	-	(1.365)	(241)	17.664
BNDES	Ferreira Gomes	111.898	10.604	2.530	-	(120.948)	(4.084)	-	-
BNDES - Subcrédito A	Ferreira Gomes	-	195.351	9.970	-	-	-	-	205.321
BNDES - Subcrédito B	Ferreira Gomes	-	78.540	3.939	-	-	-	-	82.479
BNDES - Subcrédito C	Ferreira Gomes	-	4.013	181	-	-	-	-	4.194
BNDES - Subcrédito D	Ferreira Gomes	-	159.963	2.034	-	-	-	-	161.997
Sumitomo Mitsui B. S.A	Ferreira Gomes	29.766	-	216	-	(29.400)	(582)	-	-
CCB Itaú	Ferreira Gomes	-	40.000	221	-	(40.000)	(221)	-	-
Arrendamento mercantil (Itaú)	Foz	-	48	4	-	(23)	-	-	29
BNDES	Foz	214.774	-	15.081	-	(15.027)	(15.123)	-	199.705
Outros	Genpower	168	-	-	-	-	-	-	168
Arrendamento mercantil (Itaú)	IJUÍ	-	48	4	-	(23)	-	-	29
BNDES	IJUÍ	189.372	-	14.570	-	(12.797)	(14.604)	-	176.541
BNDES I e II	Lavrinhas	128.943	-	8.446	-	(10.427)	(8.474)	-	118.488
FINAME	Lavrinhas	135	-	19	-	(34)	(13)	-	107
Arrendamento mercantil (Itaú)	Queluz	24	-	3	-	(24)	(3)	-	-
BNDES I e II	Queluz	137.680	-	9.033	-	(11.362)	(9.061)	-	126.290
FINAME	Queluz	-	192	1	-	-	-	-	193
Banco do Brasil	STN	4.580	-	190	-	(630)	(193)	-	3.947
BNB	STN	213.055	-	15.873	-	(16.607)	(15.883)	-	196.438
BDMG (FINAME)	Transirapé	1.003	-	42	-	(132)	(42)	-	871
BDMG	Transleste	31.223	-	2.450	-	(2.552)	(2.464)	-	28.657
BNB	Transleste	10.136	-	409	-	(765)	(771)	-	9.009
		1.448.663	645.068	111.296	634	(299.860)	(97.181)	(241)	1.808.379
		1.455.482	645.068	111.713	1.419	(301.706)	(97.649)	(241)	1.814.086
Circulante		250.474							266.677
Não circulante		1.205.008							1.547.409
		1.455.482							1.814.086

As principais captações e liquidações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram as seguintes:

Controlada Ferreira Gomes- O empréstimo do Banco Sumitomo foi contratado pela controlada Ferreira Gomes no dia 15 de julho de 2011 com encargo de 115,50% do CDI e vencimento em 03 de fevereiro de 2012, no dia 31 de outubro de 2012 foi assinado o último aditamento do contrato nº 06 prorrogando o vencimento e taxa de juros do contrato que está sujeito ao encargo de 118% do CDI e foi quitado no dia 01 de fevereiro de 2013.

Controlada Ferreira Gomes - No dia 22 de março de 2013 a controlada Ferreira Gomes captou junto ao Banco Itaú BBA a quantia de R\$ 40.000 corrigido pelo CDI + 1,33%, no dia 17 de abril de 2013 o mesmo foi integralmente quitado.



Controlada Ferreira Gomes - Em 26 de setembro de 2012, a controlada Ferreira Gomes celebrou o contrato nº 12.2.0908.1, no montante de R\$ 121.724, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES corrigidos à taxa de juros de longo prazo - TJLP + de 2,4% ao a.a. Destes, R\$110.680 foram liberados no dia 26 de outubro de 2012 e R\$ 11.044 em 29 de janeiro de 2013. Em 15 de abril de 2013 o empréstimo foi integralmente quitado.

Controlada Ferreira Gomes - Em 28 de dezembro de 2012 a controlada Ferreira Gomes celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610, sendo que nos dias 15 de abril de 2013, 25 de junho de 2013 e 16 de dezembro de 2013 houve a liberação parcial de R\$ 336.000, R\$ 59.336 e R\$ 45.600, respectivamente, sendo que o restante será liberado futuramente. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo a primeira amortização dar-se á em 15 de maio de 2015 e a última em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cujo a primeira amortização será em 15 de maio de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Os juros apurados serão incorporados trimestralmente ao principal nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de custos de captação era de R\$ 3.069.

As garantias dadas em função do contrato estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela controlada Ferreira Gomes

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à controlada Ferreira Gomes, incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- b) Os direitos creditórios da controlada Ferreira Gomes provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela controlada Ferreira Gomes, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela controlada Ferreira Gomes;
- c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela controlada Ferreira Gomes;
- d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M; Conta Seguradora;
- e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da controlada Ferreira Gomes, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantias prestadas pela Companhia:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da controlada Ferreira Gomes.



Controlada EATE– Em 20 de dezembro de 2013, a controlada EATE realizou a emissão de 140 notas promissórias no valor de R\$ 1.000 cada uma, perfazendo o montante de R\$ 140.000. Essas notas promissórias possuem vencimento para o dia 18 de junho de 2014 e são remuneradas pela variação CDI acrescida de spread de 0,50% a.a.. O pagamento dos encargos remuneratórios e do principal serão realizados uma única vez, na data de vencimento.

Controlada ETSE – Em 20 de dezembro de 2013, a controlada ETSE celebrou junto ao Banco Itaú a contratação de cédulas de crédito bancário, no montante de R\$ 8.850. As cédulas de crédito bancário são remuneradas pela variação do CDI acrescida de spread de 1,05% a.a..O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados no vencimento do contrato.

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado						
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Empréstimos adquiridos em transação de capital
		01/01/2012						31/12/2012
Moeda estrangeira		Reapresentado						Reapresentado
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	2.805	-	215	207	(758)	(224)	-
Bancolombia	Risaralda	-	-	-	-	-	-	72
BDMG	Transirapé	1.742	-	127	187	(1.922)	(134)	-
BNDES	Transirapé	1.803	-	124	193	(1.989)	(131)	-
Santander	Transirapé	1.737	-	127	179	(1.909)	(134)	-
BDMG	Transleste	5.049	-	277	367	(902)	(289)	-
		13.136	-	870	1.133	(7.480)	(912)	72
Moeda nacional								
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e BB)	Alupar	460	178	62	-	(220)	(60)	-
FINEP	Alupar	59.843	64	4.274	-	(9.347)	(4.382)	-
Santander	Alupar	80.559	-	1.140	-	(80.001)	(1.698)	-
BNDES	EBTE	147.613	-	11.537	-	(10.962)	(11.665)	-
BNDES (FINAME)	EBTE	22.917	-	990	-	(2.889)	(1.000)	-
BNDES - Contrato nº 04.212.331	ERTE	12.939	-	1.170	-	(3.360)	(1.192)	-
BNDES - Contrato nº 12.200.581	ERTE	4.229	27.539	1.741	-	(1.433)	(1.034)	-
BNDES - Subcrédito A	ESDE	-	14.600	5	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	ESDE	-	17.400	18	-	-	-	-
BNDES	ETEM	-	46.155	3.404	-	(2.238)	(2.442)	-
Itaú BBA	ETEM	45.916	-	426	-	(45.400)	(942)	-
BNDES - Contrato nº 09.201.181	ETES	23.931	-	1.850	-	(2.030)	(1.868)	-
BNDES - Subcrédito A	ETES	3.271	-	243	-	(280)	(245)	-
BNDES - Subcrédito B	ETES	11.983	-	491	-	(1.557)	(464)	-
Banco do Brasil	ETVG	1.779	13.757	832	-	-	(701)	-
BNDES	Ferreira Gomes	(240)	110.145	1.554	-	-	439	-
BTG Pactual	Ferreira Gomes	-	55.000	605	-	(55.000)	(605)	-
Santander	Ferreira Gomes	40.100	15.000	2.662	-	(55.000)	(2.762)	-
Sumitomo Mitsui B. S.A	Ferreira Gomes	29.670	-	2.805	-	-	(2.709)	-
BNDES	Foz	229.990	-	17.807	-	(15.027)	(17.996)	-
Outros	Genpower	-	168	-	-	-	-	-
BNDES	IJUÍ	202.345	-	16.978	-	(12.798)	(17.153)	-
BNDES I e II	Lavrinhas	139.428	70	10.143	-	(10.276)	(10.422)	-
FINAME	Lavrinhas	-	131	4	-	-	-	-
BNDES	Lumitrans	36.383	-	4.816	-	(36.092)	(5.107)	-
Unibanco	Lumitrans	10.041	-	1.679	-	(9.893)	(1.827)	-
Arrendamento mercantil (Itaú)	Queluz	61	-	-	-	(37)	-	-
BNDES I e II	Queluz	146.237	2.716	10.666	-	(11.100)	(10.839)	-
Banco do Brasil	STN	5.031	-	218	-	(420)	(249)	-
BNB	STN	228.511	-	17.164	-	(15.446)	(17.174)	-
BNDES	STC	39.085	-	2.735	-	(38.945)	(2.875)	-
BNDES	STC	1.706	-	122	-	(1.700)	(128)	-
Unibanco	STC	53.348	-	3.733	-	(53.156)	(3.925)	-
BDMG	Transirapé	8.017	-	683	-	(7.981)	(719)	-
BDMG (FINAME)	Transirapé	1.135	-	48	-	(133)	(47)	-
BNDES	Transirapé	8.347	-	682	-	(8.312)	(717)	-
Santander	Transirapé	8.016	-	687	-	(7.981)	(722)	-
BDMG	Transleste	33.789	-	2.668	-	(2.551)	(2.683)	-
BNB	Transleste	10.926	-	867	-	(789)	(868)	-
		1.647.366	302.923	127.509	-	(502.354)	(126.781)	-
		1.660.502	302.923	128.379	1.133	(509.834)	(127.693)	72
Circulante		314.593						250.474
Não circulante		1.345.909						1.205.008
		1.660.502						1.455.482



As principais captações e liquidações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram as seguintes:

Controlada ETEM - Em janeiro de 2012 a controlada ETEM liquidou um empréstimo com o Banco Itaú no montante de R\$ 45.400. Este empréstimo foi substituído por um empréstimo captado junto ao BNDES no montante de R\$45.000, com as seguintes características: taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., com vencimento mensal, sendo a primeira em 15 de maio de 2012 e a última em 15 de abril de 2026.

Controlada ERTE - Em 15 de outubro de 2012, a Controlada ERTE captou junto ao BNDES, o montante de R\$ 31.042 para investimentos na subestação de Açailândia. Os financiamentos tem seu saldo devedor atualizado pela TJLP e juros de 1,97% ao ano. A quitação ocorre em 168 prestações mensais, com vencimentos finais em 2026.

Controlada ESDE - Em novembro de 2012, a controlada ESDE assinou contrato com o BNDES para liberação de recursos no montante de R\$ 42.797, dividido em subcrédito A (R\$ 26.319) com encargos correspondentes à TJLP mais 2,08% ao ano e subcrédito B (R\$ 16.478) com encargos de 2,5% ao ano. Do total, R\$ 32.000 foram liberados em dezembro de 2012, que foram utilizados também para a quitação dos empréstimos-ponte junto ao Banco Itaú, no montante de R\$ 19.854.

Controlada STC - Em novembro de 2012, a controlada STC recebeu aportes de capital de sua controladora EATE e Alupar, no montante de R\$ 84.000 utilizados para a quitação de empréstimos junto ao BNDES no montante de R\$ 84.181.

Controlada Lumitrans - Em novembro de 2012, a controlada Lumitrans recebeu aportes de capital de sua controladora EATE e Alupar, no montante de R\$ 42.000 utilizados para a quitação de empréstimos junto ao BNDES no montante de R\$ 42.079.

Controlada Transirapé - Em 30 de novembro de 2012, a Controlada Transirapé liquidou antecipadamente os seguintes empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira que tinham vencimento previsto para 2019: FNE, Cesta de Moedas com BNDES, Cesta de Moedas com Santander e Cesta de Moedas com BDMG.

- d) Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

31/12/2013				
Controladora				
Moeda nacional				
Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil	Custo de transação a amortizar	Total	
R\$	R\$	R\$	R\$	
2015	9.369	36	(86)	9.319
2016	9.369	-	(86)	9.283
2017	9.369	-	(86)	9.283
2018	3.903	-	(40)	3.863
2019	-	-	-	-
Após 2019	-	-	-	-
32.010	36	(298)	31.748	



31/12/2013						
Consolidado						
Moeda estrangeira		Moeda nacional				
Empréstimos e financiamentos		Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil	Custo a amortizar	Total - Moeda Nacional e Estrangeira	
US\$ mil	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
2015	798	1.870	142.095	36	(156)	143.845
2016	477	1.117	149.920	-	(320)	150.717
2017	239	559	150.625	-	(320)	150.864
2018	-	-	146.081	-	(274)	145.807
2019	-	-	143.045	-	(207)	142.838
Após 2019	-	-	815.655	-	(2.317)	813.338
	1.514	3.546	1.547.421	36	(3.594)	1.547.409

e) A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2013							
	Consolidado							
	R\$							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Moeda estrangeira								
Dólar norte-americano	2.129	1.870	1.117	559	-	-	-	5.675
Pesos colombianos	32	-	-	-	-	-	-	32
	2.161	1.870	1.117	559	-	-	-	5.707
Moeda nacional								
CDI	149.200	-	-	-	-	-	-	149.200
TJLP	77.072	88.568	88.200	88.172	88.146	88.367	643.844	1.162.369
Taxa fixa	38.620	53.395	61.720	62.453	57.935	54.678	171.811	500.612
Outros	-	168	-	-	-	-	-	168
(-) Custos a amortizar	(376)	(156)	(320)	(320)	(274)	(207)	(2.317)	(3.970)
	264.516	141.975	149.600	150.305	145.807	142.838	813.338	1.808.379
	266.677	143.845	150.717	150.864	145.807	142.838	813.338	1.814.086

23. Debêntures

a) O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado													
		Circulante													
		31/12/2013				31/12/2012				01/01/2012					
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total		
Operacionais												Reapresentado			
2ª Emissão - Série I	Alupar	26	-	-	26	236	78.268	-	78.504	936	75.945	-	76.881		
2ª Emissão - Série II	Alupar	1.590	6.035	(683)	6.942	96	5.858	-	5.954	-	5.858	-	5.858		
3ª Emissão	Alupar	332	75.000	(301)	75.031	202	-	-	202	435	-	-	435		
4ª Emissão	Alupar	6.387	-	(159)	6.228	5.443	-	-	5.443	-	-	-	-		
5ª Emissão	Alupar	29.129	-	(13)	29.116	11.086	-	-	11.086	-	-	-	-		
1ª Emissão	EATE	746	78.542	(214)	79.074	725	78.541	(492)	78.774	1.542	78.540	(476)	79.606		
2ª Emissão	EATE	2.818	7.500	(135)	10.183	2.239	7.500	-	9.739	-	-	-	-		
1ª Emissão	ECTE	156	16.363	(60)	16.459	151	16.363	(103)	16.411	320	16.365	(127)	16.558		
2ª Emissão	ECTE	1.389	-	-	1.389	1.042	-	-	1.042	-	-	-	-		
1ª Emissão	ENTE	394	41.453	(129)	41.718	383	41.452	(201)	41.634	814	41.452	(273)	41.993		
1ª Emissão	ETEP	18	14.482	(88)	14.412	-	14.482	(123)	14.359	714	13.276	(145)	13.845		
1ª Emissão	Transirapé	506	2.299	-	2.805	407	2.299	-	2.706	-	-	-	-		
1ª Emissão	Transudeste	569	2.332	-	2.901	-	-	-	-	-	-	-	-		
		44.060	244.006	(1.782)	286.284	22.010	244.763	(919)	265.854	4.761	231.436	(1.021)	235.176		
Pré Operacional															
1ª Emissão	Ferreira Gomes	-	-	-	-	16.482	150.000	(257)	166.225	-	-	(513)	(513)		
2ª Emissão	Ferreira Gomes	19.312	147.000	(418)	165.894	-	-	(412)	(412)	-	-	-	-		
		19.312	147.000	(418)	165.894	16.482	150.000	(669)	165.813	-	-	(513)	(513)		
Total - Debêntures - Circulante		63.372	391.006	(2.200)	452.178	38.492	394.763	(1.588)	431.667	4.761	231.436	(1.534)	234.663		



Alupar

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado											
		Não circulante											
		31/12/2013				31/12/2012				01/01/2012			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total
Operacionais						Reapresentado							
2ª Emissão - Série I	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78.966	(2.073)	76.893
2ª Emissão - Série II	Alupar	-	-	-	-	2.246	6.035	(1.378)	6.903	2.298	11.892	-	14.190
3ª Emissão	Alupar	-	75.000	(301)	74.699	-	150.000	(902)	149.098	-	150.000	(1.203)	148.797
4ª Emissão	Alupar	-	150.000	(465)	149.535	-	150.000	(784)	149.216	-	-	(23)	(23)
5ª Emissão	Alupar	-	300.000	(161)	299.839	-	300.000	(59)	299.941	-	-	-	-
1ª Emissão	EATE	-	98.196	(92)	98.104	-	176.739	(724)	176.015	-	255.279	(681)	254.598
2ª Emissão	EATE	-	135.000	(242)	134.758	-	142.500	-	142.500	-	-	-	-
1ª Emissão	ECTE	-	20.457	(28)	20.429	-	36.821	(88)	36.733	-	53.183	(181)	53.002
2ª Emissão	ECTE	-	80.000	(244)	79.756	-	80.000	(331)	79.669	-	-	-	-
1ª Emissão	ENTE	-	51.826	(60)	51.766	-	93.278	(188)	93.090	-	134.731	(390)	134.341
1ª Emissão	ETEP	-	27.759	(68)	27.691	-	42.242	(156)	42.086	-	56.724	(293)	56.431
1ª Emissão	Transirapé	-	37.713	-	37.713	-	40.011	-	40.011	-	-	-	-
1ª Emissão	Transudeste	-	42.626	-	42.626	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	1.018.577	(1.661)	1.016.916	2.246	1.217.626	(4.610)	1.215.262	2.298	740.775	(4.844)	738.229
Pré Operacional													
1ª Emissão	Ferreira Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	1.785	150.000	(245)	151.540
2ª Emissão	Ferreira Gomes	-	-	(100)	(100)	13.538	200.000	(848)	212.690	-	-	-	-
		-	-	(100)	(100)	13.538	200.000	(848)	212.690	1.785	150.000	(245)	151.540
Total - Debêntures - Não Circulante		-	1.018.577	(1.761)	1.016.816	15.784	1.417.626	(5.458)	1.427.952	4.083	890.775	(5.089)	889.769

b) As principais características das debêntures são conforme segue:

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Operacionais								
2ª Emissão - Série I	Alupar	dez/09	dez/13	232.250	CDI	1,90	Anual	Semestral
2ª Emissão - Série II	Alupar	dez/09	dez/14	17.750	IPCA	8,95	Anual	Anual
3ª Emissão	Alupar	dez/10	dez/15	150.000	CDI	1,85	Anual	Semestral
4ª Emissão	Alupar	fev/12	fev/18	150.000	CDI	1,45	Semestral	Semestral
5ª Emissão	Alupar	mai/12	mai/27	300.000	IPCA	7,80	Anual	Semestral
1ª Emissão	EATE	mar/11	mar/16	360.000	CDI	1,30	Mensal	Mensal
2ª Emissão	EATE	out/12	out/17	150.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
1ª Emissão	ECTE	mar/11	mar/16	75.000	CDI	1,30	Mensal	Mensal
2ª Emissão	ECTE	out/12	out/17	80.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
1ª Emissão	ENTE	mar/11	mar/16	190.000	CDI	1,30	Mensal	Mensal
1ª Emissão	ETEP	nov/11	nov/16	70.000	CDI	112,5% CDI	Mensal	Mensal
1ª Emissão	Transirapé	nov/12	nov/17	42.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral
1ª Emissão	Transudeste	nov/12	nov/17	47.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral
Pré Operacional								
2ª Emissão	Ferreira Gomes	mai/12	mai/14	200.000	IPCA	5,95	Único no final	Único no final

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e investidas com controle compartilhado.



Dentre as cláusulas restritivas da Companhia destacamos abaixo as seguintes:

Controladora:

Dívida Líquida / (Dividendos + JCP + LAJIDA (*)): Menor ou igual a 2,50

(Dividendos + JCP + LAJIDA (*)) / Despesa Financeira Líquida: Maior ou igual a 3,50

Consolidado:

Dívida Líquida / LAJIDA Ajustado (**): Menor ou igual a 3,50

LAJIDA Ajustado (**) / Despesa Financeira Líquida: Maior ou igual a 2,50

Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL + Participação de Não Controladores): Menor ou igual a 70%

(*) Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

(**) Lucro ou prejuízo líquido da emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 últimos meses, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização e da participação de acionistas não controladores

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis e possuem características de dívida e não patrimonial.

c) A movimentação das debêntures é conforme segue:

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado							Saldo final
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Debêntures adquiridas em transação de capital	
		31/12/2012							
Reapresentado									
2ª Emissão - Série I e II	Alupar	91.361	-	9.403	789	(84.126)	(10.459)	-	6.968
3ª Emissão	Alupar	149.300	-	15.027	-	-	(14.597)	-	149.730
4ª Emissão	Alupar	154.659	-	13.992	-	-	(12.888)	-	155.763
5ª Emissão	Alupar	311.027	(129)	25.018	17.821	-	(24.782)	-	328.955
1ª Emissão	EATE	254.789	-	20.033	-	(78.174)	(19.470)	-	177.178
2ª Emissão	EATE	152.239	-	13.049	-	(7.479)	(12.868)	-	144.941
1ª Emissão	ECTE	53.144	-	4.168	-	(16.363)	(4.061)	-	36.888
2ª Emissão	ECTE	80.711	-	7.263	-	-	(6.829)	-	81.145
1ª Emissão	ENTE	134.724	-	10.502	-	(41.251)	(10.491)	-	93.484
1ª Emissão	ETEP	56.445	-	4.482	-	(14.080)	(4.744)	-	42.103
1ª Emissão	Ferreira Gomes	166.225	(3)	3.777	-	(149.740)	(20.259)	-	-
2ª Emissão	Ferreira Gomes	212.278	(167)	23.109	-	(52.090)	(17.336)	-	165.794
1ª Emissão	Transirapé	42.717	-	3.743	-	(2.338)	(3.604)	-	40.518
1ª Emissão	Transudeste	-	-	1.196	-	(1.187)	(2.217)	47.735	45.527
		1.859.619	(299)	154.762	18.610	(446.828)	(164.605)	47.735	1.468.994
Circulante		431.667							452.178
Não circulante		1.427.952							1.016.816
		1.859.619							1.468.994

A principal movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi a seguinte:

Debêntures - Ferreira Gomes : 1ª emissão - Em novembro de 2011 foi efetuada a emissão de R\$ 150.000 em debêntures simples não conversíveis em ações da controlada Ferreira Gomes com valor nominal unitário de R\$ 1.000. A remuneração das debêntures contemplava juros remuneratórios de 115% de variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia. As mesmas foram quitadas no dia 16 de abril de 2013.



Alupar

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado						Saldo final 31/12/2012
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	
		01/01/2012						
		Reapresentado						Reapresentado
2ª Emissão - Série I e II	Alupar	173.822	-	18.171	1.054	(82.500)	(19.186)	91.361
3ª Emissão	Alupar	149.232	-	15.545	-	-	(15.477)	149.300
4ª Emissão	Alupar	(23)	149.228	13.108	-	-	(7.654)	154.659
5ª Emissão	Alupar	-	300.000	13.648	9.237	-	(11.858)	311.027
1ª Emissão	EATE	334.204	-	28.427	-	(79.045)	(28.797)	254.789
2ª Emissão	EATE	-	150.000	2.239	-	-	-	152.239
1ª Emissão	ECTE	69.560	-	5.829	-	(16.246)	(5.999)	53.144
2ª Emissão	ECTE	-	80.000	1.042	-	(331)	-	80.711
1ª Emissão	ENTE	176.334	-	14.767	-	(41.452)	(14.925)	134.724
1ª Emissão	ETEP	70.276	-	-	5.951	(12.837)	(6.945)	56.445
1ª Emissão	Ferreira Gomes	151.027	(31)	14.699	-	530	-	166.225
2ª Emissão	Ferreira Gomes	-	198.418	13.537	-	323	-	212.278
1ª Emissão	Transirapé	-	42.310	407	-	-	-	42.717
		1.124.432	919.925	141.419	16.242	(231.558)	(110.841)	1.859.619
Circulante		234.663						431.667
Não circulante		889.769						1.427.952
		1.124.432						1.859.619

As principais movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram as seguintes:

Debêntures –Alupar – 4ª Emissão – em 03 de fevereiro de 2012 a Companhia emitiu debêntures, no valor de R\$ 150.000. As debêntures serão amortizadas em parcelas semestrais, a partir do 5º ano. As debêntures serão remuneradas pela variação do CDI + 1,45% ao ano, com pagamentos semestrais a partir da data de emissão.

Debêntures –Alupar – 5ª Emissão – emissão em maio de 2012 de R\$ 300.000, na qual foram subscritas e integralizadas em sua totalidade pelo acionista FI-FGTS. Estas debêntures não são conversíveis em ações, com taxa de juros de 7,8% ao ano, calculados pro rata temporis por dias úteis, com base em um ano de 252 dias úteis, com valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão, pela variação do IPCA. O valor nominal unitário das debêntures será pago em 12 parcelas anuais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento realizado em 30 de junho de 2016. O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas definidas na Escritura da 5ª Emissão, com vencimento final em 2027.

Debêntures – EATE - 2ª Emissão – Em 02 de outubro de 2012 efetuou a segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 150.000 no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos, serão amortizadas em parcelas semestrais e consecutivas e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 0,9875% ao ano, com vencimento final em outubro de 2017. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

Debêntures –ECTE – 2ª Emissão – em 29 de outubro de 2012 a controlada ECTE emitiu debêntures, conforme Instrução Normativa CVM nº 476, no valor de R\$ 80.000, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 6 parcelas semestrais, a partir de abril de 2015, com vencimento final em outubro de 2017. A remuneração, calculada pela variação do CDI + 0,9875% ao ano, será paga em 10 parcelas semestrais, a partir de abril de 2013. Não foram oferecidas garantias na emissão das debêntures.



Debêntures – Transirapé - 1ª Emissão – a controlada Transirapé acordou em novembro de 2012 nova modalidade de empréstimos para fins de aprimoramento financeiro substituindo o financiamento com BNDES, BDMG e Santander Banespa (TLPL e Cesta de Moedas) pela emissão de Debêntures. Os recursos contratados foram de R\$ 42.500, emitidas em 14 de novembro de 2012 em espécie quirografárias, sem garantias. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14 de novembro de 2017 (05 anos), as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14 de maio de 2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

Debêntures - Ferreira Gomes - 2ª emissão - em 30 de maio de 2012, a controlada Ferreira Gomes emitiu 20.000 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 200.000. A remuneração das debêntures contemplará juros correspondentes a IPCA+5,95%, incidentes sobre o valor unitário atualizado, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura, com pagamento anual da remuneração, sendo o primeiro pagamento em maio de 2013 e o último 30 de maio de 2014.

- d) Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas as debêntures, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	31/12/2013			31/12/2013		
	Controladora			Consolidado		
	Debêntures	Custo a amortizar	Total	Debêntures	Custo a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2015	75.000	(474)	74.526	276.962	(929)	276.033
2016	15.000	(173)	14.827	171.994	(427)	171.567
2017	114.990	(159)	114.831	249.611	(284)	249.327
2018	65.010	(13)	64.997	65.010	(13)	64.997
2019	15.000	(108)	14.892	15.000	(108)	14.892
Após 2019	240.000	-	240.000	240.000	-	240.000
	<u>525.000</u>	<u>(927)</u>	<u>524.073</u>	<u>1.018.577</u>	<u>(1.761)</u>	<u>1.016.816</u>

- e) A amortização das debêntures por indexador é como segue:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2013							
	Consolidado							
	R\$							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
CDI	251.312	276.962	156.994	234.611	50.010	-	-	969.889
IPCA	203.066	-	15.000	15.000	15.000	15.000	240.000	503.066
(-) Custos a amortizar	(2.200)	(929)	(427)	(284)	(13)	(108)	-	(3.961)
	<u>452.178</u>	<u>276.033</u>	<u>171.567</u>	<u>249.327</u>	<u>64.997</u>	<u>14.892</u>	<u>240.000</u>	<u>1.468.994</u>



24. Provisões para contingências

- a) As provisões constituídas para contingências e respectivo saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, por natureza, estão abaixo demonstrados:

	Consolidado					
	Passivo			Ativo		
	Provisões			Depósitos judiciais		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Processos judiciais						
		Reapresentado			Reapresentado	
Tributário	1.800	2.451	2.345	6.265	6.776	3.141
Cível	4	11	14	3.515	3.092	3.000
Trabalhista	510	1.126	529	282	375	489
	<u>2.314</u>	<u>3.588</u>	<u>2.888</u>	<u>10.062</u>	<u>10.243</u>	<u>6.630</u>
Circulante	90	89	48	-	-	-
Não circulante	2.224	3.499	2.840	10.062	10.243	6.630
	<u>2.314</u>	<u>3.588</u>	<u>2.888</u>	<u>10.062</u>	<u>10.243</u>	<u>6.630</u>

- b) A movimentação da provisão para contingências para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	Consolidado				
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Reversão	Saldo final
	31/12/2012				31/12/2013
Processos judiciais					
	Reapresentado				
Tributário	2.451	-	95	(746)	1.800
Cível	11	-	-	(7)	4
Trabalhista	1.126	235	-	(851)	510
	<u>3.588</u>	<u>235</u>	<u>95</u>	<u>(1.604)</u>	<u>2.314</u>

	Consolidado				
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Reversão	Saldo final
	01/01/2012				31/12/2012
Processos judiciais					
	Reapresentado				
Tributário	2.345	-	106	-	2.451
Cível	14	11	-	(14)	11
Trabalhista	529	1.117	-	(520)	1.126
	<u>2.888</u>	<u>1.128</u>	<u>106</u>	<u>(534)</u>	<u>3.588</u>

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos ser de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas que sejam relevantes e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor envolvido.



(A) PERDA PROVÁVEL: a Companhia e/ou suas controladas figuram como parte das respectivas demandas abaixo indicadas, com provável chance de perda:

- (i) Demandas de Natureza Fiscal:** Referem-se a impugnações de cobranças e autos de infração de tributos e contribuições. Os processos de natureza fiscal são pulverizados, e não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.
- (ii) Demandas de Natureza Cível:** Referem-se às ações de natureza cível, ambiental, comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, tais como ações de interdito proibitório, ações civis públicas e ações de cobrança, sendo que, não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.
- (iii) Demandas de Natureza Trabalhista:** Referem-se de maneira geral sobre questões advindas de relações de trabalho, incluindo pagamento de horas extras, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, insalubridade, reajuste salarial e cobrança de parcelas indenizatórias movidas por nossos ex-empregados e ex-empregados das empresas subcontratadas pelas quais somos responsáveis subsidiariamente e/ou solidariamente. Não existem demandas judiciais ou administrativas com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação da nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.
- (iv) Demandas Arbitrais:** Referem-se a demandas jurídicas em geral decorrentes de acordos firmados com cláusula arbitral. Não existem procedimentos arbitrais com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.
- (v) Demandas Ambientais:** Existe uma ação civil pública de natureza ambiental com risco provável de perda, na qual a Companhia figura na qualidade de ré, que se encontra mencionada no item “A”, parte “ii” acima.

(B) PERDA POSSÍVEL: Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e/ou suas controladas, merecem destaques as seguintes demandas, com chance possível de perda:

(i) Demandas Fiscais:

- Processo Administrativo nº 19515722963201238, em face da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de auto de infração referente a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no período de 2007 a 2010, cujo valor atualizado é de aproximadamente R\$ 2.365. Referido Auto de Infração foi impugnado na esfera administrativa, o qual está pendente de julgamento;



- Mandado de Segurança nº 00065552420098140028 impetrado pela Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (ENTE, tendo por objeto a anulação de Auto de Infração referente ao diferencial de alíquota de ICMS no valor atualizado aproximado de R\$ 5.597 (R\$ 5.185 em 31 de dezembro de 2012 e R\$4.709 em 1º de janeiro de 2012);
- Execução Fiscal nº 00075575820098140028 proposta pela Fazenda Pública do Estado do Pará em face de Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (ENTE), oriunda de Auto de Infração referente a ICMS (Compensação), no valor atualizado aproximado de R\$ 8.772 (R\$ 8.126 em 31 de dezembro de 2012 e R\$6.062 em 1º de janeiro de 2012).
- Processo administrativo nº 10480902369201037 proposto por Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em face da Receita Federal do Brasil. A empresa interpôs PERCOMP, por meio dos quais declarou a compensação de débitos de PIS, COFINS e IRPJ. Aguardando julgamento. O valor atualizado aproximado é de R\$ 1.698.

(ii) Demandas Cíveis:

- Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor atualizado aproximado é de R\$ 1.668 (R\$ 1.411 em 31 de dezembro de 2012 e R\$988 em 1º de janeiro de 2012);
- Ação Civil Pública nº 00335301320054047100 proposta pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil em face da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler/RS – FEPAM, União Federal, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, e a controlada Ijuí Energia S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. figuram como assistentes no processo. O valor atualizado aproximado é de R\$ 1 (um real) (R\$ 1 (um real) em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 1 (um real) em 1º de janeiro de 2012);
- .
- Ação Civil Pública nº 201201963790 proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás, com pedido de liminar, com objetivo de declarar a nulidade da licença prévia emitida para o empreendimento PCH Verde 08. O valor atualizado aproximado é de R\$ 10 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2012).



- Ação Civil Pública nº 2005810001777641 proposta pelo Ministério Público Federal em face de Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN) e outros, acerca dos financiamentos obtidos pela STN junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, para construção de linha de transmissão de energia elétrica, visando à aplicação das penas previstas na Lei nº 8.429/92 Apresentada apelação e contrarrazões recursais, tanto pela STN, quanto pelo MPF, estando os autos aguardando remessa para o TRF da 5ª região. O valor atualizado aproximado é de R\$ 300 a título de multa civil.
- Ação Revisional nº 00818741920118190001 proposta pela empresa Naturasul em face de Ijuí Energia S.A.. O valor atualizado aproximado é de R\$ 3.845 (R\$ 3.252 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 2.674 em 1º de janeiro de 2012);
- Ação de Execução nº 0168714942012 proposta por Sulconsult Consultoria e Engenharia Ltda., em face de Ferreira Gomes Energia. O valor atualizado aproximado é de R\$ 2.431;
- Processo Administrativo nº 48513010824201300 proposta por Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A., em face da ANEEL / Brasília-DF. Trata-se de aplicação de PV (Parcela Variável por Indisponibilidade) na ocorrência da queda de cabos. O valor atualizado aproximado é de R\$ 4.224.
- Ação Civil Pública nº 24121359202 proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais em face da Companhia e do Estado de Minas Gerais. Trata-se de ação pela qual o Ministério Público alega que as Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH emitidas para os projetos de aproveitamento hidrelétrico denominados Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs Cruz Velha e Cutia Alta, teriam violado as regras procedimentais previstas na legislação estadual. O valor estimado da causa atualizado é de aproximadamente de de R\$ 120 (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2012).

(iii) Demandas Trabalhistas: Não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza trabalhista com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

(iv) Demandas Arbitrais: Existem três procedimentos arbitrais com risco de perda possível, a saber:

- Procedimento Arbitral nº 230, instaurado pelo Consórcio Fornecedor Foz do Rio Claro (Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. e Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – responsáveis pelo fornecimento e montagem eletromecânica da UHE Eng. José Luiz Müller de Godoy Pereira) em face da controlada Foz do Rio Claro Energia S.A. O valor atualizado aproximado é de R\$ 81.519 (R\$ 57.223 em 31 de dezembro de 2012).
- Procedimento Arbitral nº 170, instaurado pela CONPASUL – Construção e Serviços (empresa responsável pelas obras civis da UHE São José) em face da controlada Ijuí Energia S.A. O valor atualizado aproximado é de R\$ 46.542 (R\$ 39.358 em 31 de dezembro de 2012 e R\$27.381 em 1º de janeiro de 2012).
- Procedimento Arbitral nº 297, instaurado pela Obptigera e L&S Par Ltda., em face da Alupar. Trata-se de procedimento de arbitragem para discutir contrato de compra e venda de direitos e obrigações do PCH Verde 3.. O valor atualizado aproximado é de R\$ 15.504.



- (v) **Demandas Ambientais:** Existem quatro ações civis públicas de natureza ambiental, na qual a Companhia figura na qualidade de réu, com risco possível de perda, que se encontram mencionadas no item “B”, parte “ii”.

25. Patrimônio Líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

b) Capital social

Em 09 de novembro de 2012, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária à reforma do Estatuto Social que resultou na conversão de 24.959.000 ações ordinárias em preferenciais. Dessas 24.959.000 ações convertidas, 5.463.668 ações foram convertidas a pedido da Acionista Guarupart Participações Ltda. e 19.495.332 ações foram convertidas a pedido da Acionista FI-FGTS. Em 28 de março de 2013, foram realizadas a Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais e a Assembleia Geral Extraordinária, nas quais foram deliberados, respectivamente, os desdobramentos das totalidades das ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de três novas ações preferenciais para cada ação preferencial existente (razão 3:1) e na proporção de três novas ações ordinárias para cada ação ordinária existente (razão 3:1), sem modificação do capital social, com o fim de reduzir o preço unitário das ações preferenciais e ordinárias da Companhia.



Em 22 de abril de 2013, mediante reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 740.000 mediante a emissão de 40.000.000 ações ordinárias e 80.000.000 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, representadas por certificados de depósito de ações ("Units"), sendo que cada Unit representa 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais, e a quantidade de Units a serem emitidas, para distribuição pública, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), emitidas dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas foi acrescida em 10,98%, ou seja, em 4.390.600 Units correspondente a 4.390.600 ações preferenciais e 8.781.200 ações ordinárias, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas ("Units Suplementares"). O Preço por Unit e o aumento de capital da Companhia, decorrente do exercício parcial pelo Agente Estabilizador da Opção de Units Suplementares, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de maio de 2013.

O aumento total ocorrido no capital social da Companhia foi no montante de R\$ 821.226. Adicionalmente a esse aumento, a Companhia incorreu em um custo na emissão de ações no montante de R\$ 33.636.

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.625.227, está representado por 461.243.600 (138.951.000 em 31 de dezembro de 2012 e 163.910.000 em 1º de janeiro de 2012) ações ordinárias e 163.658.200 (24.959.000 em 31 de dezembro de 2012) e 0 em 1º de janeiro de 2012) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionistas

Guarupart Participações Ltda
FI - FGTS
Ações em circulação
Total das ações

31/12/2013			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
387.609.996	84,04	16.391.004	10,02
29.243.004	6,34	58.485.996	35,74
44.390.600	9,62	88.781.200	54,25
461.243.600	100,00	163.658.200	100,00

Acionistas

Guarupart Participações Ltda
FI - FGTS
Total das ações

31/12/2012			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
129.203.332	92,98	5.463.668	21,89
9.747.668	7,02	19.495.332	78,11
138.951.000	100,00	24.959.000	100,00

Acionistas

Guarupart Participações Ltda
FI - FGTS
Membros do Conselho de Administração
Total das ações

01/01/2012			
Ordinárias		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
134.666.992	82,16	-	-
29.242.996	17,84	-	-
12	0,00	-	-
163.910.000	100,00	-	-



c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c.2) Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

d) Reserva de capital

Aquisição ECTE

Em 11 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu 1.053.429 ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$ 4.872, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R\$ 1.875. Esta perda de capital foi registrada no resultado, uma vez que a Companhia ainda não possuía o controle sobre este controlada.

Em 06 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu 1.053.427 ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$ 4.923, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R\$ 1.616. Esta perda de capital foi registrada no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital, tendo em vista que a Companhia possui o controle integral da controlada ECTE.

Com as aquisições de ações ordinárias mencionadas acima, a Companhia passou a deter o controle sobre a controlada ECTE. Como consequência, houve a variação do saldo na participação de acionistas não controladores no montante R\$ 54.783.

Em 14 de agosto de 2013, a Companhia adquiriu 1.053.427 ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$ 4.430, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R\$ 1.373. Similarmente à aquisição ocorrida em 6 de agosto de 2012, esta perda de capital foi registrada no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital.

Aquisição Transchile

A Transchile opera uma linha de transmissão de 200 Km Temuco-Charrua, localizada no Chile.

Com o objetivo de financiar a construção do Projeto, a Transchile e o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), celebraram um contrato de empréstimo até o montante de US\$ 51.014.000,00.



Em 28 de dezembro de 2007 a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Cia. Técnica de Engenharia Elétrica ("Cia. Técnica"), tendo por objetivo a aquisição da totalidade de ações detidas pela Cia. Técnica e de emissão da Transchile, equivalente a 51% da participação acionária desta empresa. O referido contrato foi celebrado em caráter irrevogável e irretratável, estando sua implementação condicionada única e exclusivamente à: (i) anuência prévia dos agentes financiadores do Projeto; (ii) estar a linha de transmissão em operação comercial; e (iii) anuência prévia da SEC "Superintendencia de Electricidad y Combustibles", se necessário. O preço de compra das ações detidas pela Cia. Técnica, a ser pago pela Companhia, seria o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital pela Cia. Técnica, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Em 31 de dezembro de 2008, a Cia. Técnica foi incorporada pela Guarupart, passando esta empresa a ser a titular de todos os direitos e obrigações que correspondiam à Cia. Técnica no contrato de compra e venda de ações mencionadas anteriormente.

Considerando que a Linha de Transmissão já se encontra em operação, as partes passaram a aguardar a anuência da transação de compra e venda das ações perante o BID.

A Transchile é uma sociedade anônima constituída e vigente de acordo com a legislação da República do Chile, tendo por atividade a transmissão de energia elétrica. Em 30 de junho de 2012, a participação acionária da Transchile estava disposta da seguinte forma: (i) Guarupart Participações Ltda. com 51% de participação acionária; (ii) Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, com 49% de participação acionária. Cabe ressaltar que atualmente a Guarupart é controladora da Companhia.

Em 3 de setembro de 2012, o BID deu anuência para que a transação de compra e venda de ações da Transchile Charrúa Transmisión S.A. ("Transchile") fosse efetuado. Desta forma, a Companhia adquiriu 51% de participação acionária na Transchile, e que eram de titularidade da Guarupart Participações Ltda. ("Guarupart"), atual controladora da Companhia. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$ 69.750, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R\$ 11.454.

Aquisição Queluz e Lavrinhas

Em 08 de outubro de 2012 a Companhia exerceu a Opção de Compra das ações preferenciais pertencentes ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS nas controladas Usina Paulista Queluz de Energia S/A ("Queluz") e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A ("Lavrinhas"), mediante Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Ações Preferenciais de Emissão celebrados entre as partes, na qual a Companhia adquiriu 4.517.310 ações na Queluz, no montante de R\$ 6.528, e 4.380.836 ações na Lavrinhas, no montante de R\$ 7.168, gerando uma perda na transação de capital de R\$ 1.630 e R\$ 1.890, respectivamente.



Em 28 de outubro de 2013 a Companhia exerceu a Opção de Compra das ações preferenciais pertencentes ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS nas controladas Usina Paulista Queluz de Energia S/A (“Queluz”) e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A (“Lavrinhas”), mediante Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Ações Preferenciais de Emissão celebrados entre as partes. Em 28 de outubro de 2013, a Companhia realizou a liquidação financeira e consequente aquisição das seguintes quantidades de ações preferenciais:

- (i) 3.285.627 ações preferenciais de emissão de Lavrinhas, detidas pelo FI-FGTS, correspondentes a 15% (quinze por cento) da totalidade das ações preferenciais emitidas, pelo valor de R\$ 6.175; e
- (ii) 3.387.982 ações preferenciais de emissão de Queluz, detidas pelo FI-FGTS, correspondentes a 15% (quinze por cento) da totalidade das ações preferenciais emitidas, pelo valor de R\$ 5.376.

Esta aquisição de participação das controladas Lavrinhas e Queluz gerou uma perda na transação de capital no montante de R\$ 1.234 e R\$ 844, respectivamente.

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações financeiras das controladas domiciliadas no exterior.



f) Destinação do resultado

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Destinação do resultado	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício antes da participação dos não controladores	654.968	538.938
Atribuíveis aos:		
Acionistas não controladores	(365.117)	(318.530)
Acionistas controladores	289.851	220.408
Constituição de reserva legal	(14.493)	(11.020)
Subtotal	275.358	209.388
Dividendo mínimo obrigatório	(137.680)	(104.694)
Dividendo adicional proposto	(56.040)	-
Reserva de lucros	(81.638)	(104.694)
Saldo de lucros acumulados	-	-

Ação	31/12/2013	31/12/2012
Tipo	R\$ p/ ação	R\$ p/ ação

Dividendo mínimo obrigatório	ON	0,22032	0,63873
Dividendo mínimo obrigatório	PN	0,22032	0,63873
Dividendo adicional proposto	ON	0,08968	-
Dividendo adicional proposto	PN	0,08968	-
Reserva de lucros	ON	0,13064	0,63873
Reserva de lucros	PN	0,13064	0,63873

g) Participação de acionistas não controladores

Os proventos pagos a título de dividendos e juros sobre capital próprio referem-se aos dividendos e juros sobre capital próprio declarados a acionistas não controladores das controladas.



26. Resultado por ação

Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2013	31/12/2012
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	289.851	220.408
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	443.690	159.905
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	134.787	3.556
Lucro por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,50106	1,34838
Resultado básico e diluído por ação preferenciais	0,50106	1,34838

(*) Em 28 de março de 2013, a Companhia efetuou o desdobramento das totalidades de suas ações preferenciais e ordinárias, na proporção de três novas ações preferenciais para cada ação preferencial existente (razão 3:1) e na proporção de três novas ações ordinárias para cada ação ordinária existente (razão 3:1). No cálculo da média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais demonstrado acima, considerou-se o cenário de que o desdobramento das ações ordinárias e preferenciais da Companhia ocorreu a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.



Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado
118.994	107.380
84.473	111.850
977.415	889.487
1.180.882	1.108.717
200.697	175.044
200.697	175.044
-	81
-	81
1.381.579	1.283.842
(8.887)	(8.659)
(40.473)	(39.950)
(5.927)	(1.183)
(177)	(4)
(55.464)	(49.796)
(24.976)	(23.334)
(4.124)	(5.025)
(4.021)	(2.974)
(2.163)	(1.489)
(35.284)	(32.822)
(90.748)	(82.618)
1.290.831	1.201.224



28. Suprimento de energia e energia comprada para revenda

	Consolidado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	MWh (*)	Preço Médio	Valor	MWh (*)	Preço Médio	Valor
Suprimento de energia						Reapresentado
Contrato bilateral - ambiente livre	368.928	207,82	76.669	368.928	196,95	72.660
Contrato bilateral - ambiente livre - comercialização	69.872	164,34	11.483	224.244	46,11	10.339
Contrato bilateral - ambiente regulado	604.359	157,91	95.437	606.095	149,21	90.433
Gross-up ICMS	-	-	6.195	-	-	741
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	10.913	-	-	871
Total - Receita operacional bruta	1.043.159	192,39	200.697	1.199.267	145,96	175.044
Energia comprada para revenda						
Contrato bilateral - ambiente livre	(115.196)	187,88	(21.643)	(317.115)	73,53	(23.316)
MRE / Spot e outros ajustes	-	-	(8.755)	-	-	-
(-) Crédito de Pis/Cofins Energia	-	-	2.114	-	-	-
	(115.196)	245,53	(28.284)	(317.115)	73,53	(23.316)

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Em 06 de março de 2013, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fez publicar a Resolução nº 03/2013, que (i) estabelece diretrizes para a internalização de mecanismo de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço e (ii) permite ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE despachar Usinas Termelétricas – UTEs fora da ordem de mérito econômico. De acordo com esta Resolução CNPE 03/13, parte significativa do custeio das UTEs recairá sobre as geradores hidrelétricas, seja no período transitório (até a homologação dos novos programas computacionais) ou no período permanente. Atualmente o rateio dos custos de despacho das UTEs previsto na Resolução do CNPE 03/13 está suspenso para as controladas de geração da Companhia e para alguns agentes, em função dos mesmos estarem amparados pela liminar obtida em 22 de agosto de 2013 pela associação que os representam. Caso a decisão judicial seja desfavorável, as controladas de geração da Companhia, terão que registrar a título de Encargos de Serviços do Sistema o montante de R\$ 2.425.

29. Custos e despesas operacionais

	Controladora					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Despesas operacionais			Despesas operacionais		
	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total
Material	(311)	-	(311)	(254)	-	(254)
Serviços de terceiros	(13.389)	-	(13.389)	(10.180)	-	(10.180)
Depreciação e amortização	(876)	-	(876)	(802)	-	(802)
Provisão (reversão) para contingências	-	-	-	-	-	-
Aluguéis	(1.810)	-	(1.810)	(1.879)	-	(1.879)
Seguros	(123)	-	(123)	(88)	-	(88)
Doações, contribuições e subvenções	(128)	-	(128)	(122)	-	(122)
Perdas de capital	-	-	-	-	(1.874)	(1.874)
PIS sobre outras receitas	-	(450)	(450)	-	(481)	(481)
COFINS sobre outras receitas	-	(2.070)	(2.070)	-	(2.217)	(2.217)
Outros tributos e taxas	(521)	-	(521)	(697)	-	(697)
Outras	(185)	-	(185)	(254)	-	(254)
Total	(17.343)	(2.520)	(19.863)	(14.276)	(4.572)	(18.848)



Alupar

Consolidado									
31/12/2013					31/12/2012				
Custos operacionais		Despesas operacionais		Total	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total
Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras		Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	
Reapresentado									
(30.236)	(1.835)	-	-	(32.071)	(25.056)	(8.161)	-	-	(33.217)
(18.805)	(43.601)	(684)	-	(63.090)	(4.308)	(8.829)	(741)	-	(13.878)
(42.280)	(18.451)	(30.701)	-	(91.432)	(48.707)	(18.603)	(24.955)	-	(92.265)
-	(1.391)	-	-	(1.391)	-	-	-	-	-
-	-	(877)	-	(877)	-	-	(802)	-	(802)
236	-	(25)	-	211	(1.040)	-	-	-	(1.040)
(4.294)	(39)	(2.814)	-	(7.147)	(4.122)	(161)	(3.210)	-	(7.493)
(2.512)	(33)	(230)	-	(2.775)	(2.795)	(100)	(298)	-	(3.193)
(248)	-	(5.401)	-	(5.649)	(264)	-	(4.550)	-	(4.814)
-	-	-	-	-	2.486	-	-	-	2.486
-	-	-	-	-	-	-	-	(1.874)	(1.874)
-	-	-	(450)	(450)	-	-	-	(481)	(481)
-	-	-	(2.070)	(2.070)	-	-	-	(2.217)	(2.217)
(363)	(17)	(114)	-	(494)	(290)	(248)	(949)	-	(1.487)
-	(1.593)	-	-	(1.593)	-	(580)	-	-	(580)
-	(154)	-	-	(154)	-	(8.081)	-	-	(8.081)
-	(13.453)	-	-	(13.453)	-	(60.665)	-	-	(60.665)
-	(3.157)	-	-	(3.157)	-	(2.385)	-	-	(2.385)
(80)	(749)	(338)	(25)	(1.192)	(90)	(4.037)	(415)	(20)	(4.562)
(98.582)	(84.473)	(41.184)	(2.545)	(226.784)	(84.186)	(111.850)	(35.920)	(4.592)	(236.548)

30.Receitas e despesas financeiras

Controladora		Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
			Reapresentado
47.372	26.935	63.772	42.466
95	106	576	215
1.323	1.046	1.327	1.046
20	61	1.398	450
48.810	28.148	67.073	44.177
(3.863)	(5.476)	(91.698)	(118.676)
-	-	(1.419)	(2.559)
(63.440)	(60.327)	(127.876)	(118.541)
(18.610)	(10.436)	(18.610)	(10.436)
1	499	1	498
-	-	(688)	(119)
(95)	-	(95)	(2.257)
-	-	(4.122)	(7.674)
(4)	(11)	(1.624)	(1.048)
(1.056)	(1.336)	(1.879)	(1.510)
(157)	(332)	(1.293)	(5.648)
(87.224)	(77.419)	(249.303)	(267.970)
(38.414)	(49.271)	(182.230)	(223.793)



31. Imposto de renda e contribuição social

- a) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	(97.098)	(74.949)
Diferidos	(31.364)	(33.203)
Total	(128.462)	(108.152)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos	783.430	647.090
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(266.366)	(220.011)
Ajustes para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos:		
Benefício fiscal (*)	70.345	72.979
Reversão do efeito da tributação - lucro real	74.235	51.414
Tributação pelo regime do lucro presumido	(3.864)	(11.442)
Juros sobre capital próprio	9.590	10.198
Créditos fiscais – IR e CS não constituídos no período	(16.224)	(19.035)
Equivalência patrimonial	6.930	5.503
Reversão do efeito da tributação - controladas no exterior	(772)	(941)
Amortização do intangível gerado na aquisição de ações	(394)	(316)
Outros	(1.942)	3.499
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(128.462)	(108.152)
c) Alíquota efetiva	16,4%	16,7%

(*) benefícios fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).



b) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2013		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transminas Holding S.A.	-	-	Lucro Real
Boa Vista Participações S.A.	-	-	Lucro Real
Foz do Rio Claro Energia S.A.	9,25%	-	Lucro Real
Ijuí Energia S.A.	9,25%	-	Lucro Real
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	3,65%	-	Lucro Presumido
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	3,65%	-	Lucro Presumido
Ferreira Gomes Energia S.A.	-	Em solicitação	Lucro Real
Genpower termoeletricas e participações S.A.	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Forquilha IV Energia S.A.	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	-	-	-
Agua Limpa S.A.	-	-	-
La Virgen S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (*)	3,65%	2013	Lucro Real
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN (*)	3,65%	2016	Lucro Real
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	3,65%	2019	Lucro Presumido
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (*)	3,65%	Término - 2012	Lucro Real
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (*)	3,65%	2015	Lucro Real
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (*)	3,65%	2013	Lucro Presumido
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE (*)	3,65%	-	Lucro Real
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	3,65%	-	Lucro Presumido
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	3,65%	-	Lucro Presumido
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	3,65%	-	Lucro Presumido
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	3,65%	-	Lucro Presumido
ACE Comercializadora Ltda	9,25%	-	Lucro Real
AF Energia S.A.	3,65%	-	Lucro Presumido
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	3,65%	-	Lucro Presumido
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	3,65%	-	Lucro Presumido
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	3,65%	-	Lucro Presumido
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	3,65%	-	Lucro Presumido
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE	3,65%	-	Lucro Presumido
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE	3,65%	-	Lucro Presumido
Controladas diretas em conjunto:			
Energia dos Ventos I S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos II S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos III S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos IV S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos V S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos VI S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos VII S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos IX S.A.	-	-	Lucro Presumido
Energia dos Ventos X S.A.	-	-	Lucro Presumido
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	3,65%	-	Lucro Presumido
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transnorte Energia S.A. - TNE	9,25%	Em solicitação	Lucro Real

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidas à dedução de 3,65% Pis /Cofins.



32.Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda.. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, que possui participação em diversos ativos de transmissão e geração de energia elétrica. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto deter participação em empresas de geração e transmissão de energia elétrica, dentre outros. A Alupar também participa em 3 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A., os detalhes destas controladas estão descritas na nota explicativa 2.



Alupar

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora									
	ATIVO			PASSIVO			RECEITA		DESPESA	
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa										
Caixa Econômica Federal (*)	238.333	-	-	-	-	-	45.256	-	-	-
	238.333	-	-	-	-	-	45.256	-	-	-
Investimento de curto-prazo										
Caixa Econômica Federal (*)	279.923	292.190	196	-	-	-	-	21.368	-	-
	279.923	292.190	196	-	-	-	-	21.368	-	-
Títulos e valores mobiliários										
Caixa Econômica Federal (*)	-	-	170.535	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	170.535	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures										
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	-	29.116	11.086	-	-	-	42.839	22.885
	-	-	-	29.116	11.086	-	-	-	42.839	22.885
Contas a receber - Reembolso de despesas										
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	152	-	-	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4	568	-	-	-	-	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	29	720	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber										
Transminas Holding S.A.	3.650	2.983	3.480	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	6.229	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE	9.369	8.249	11.109	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	684	982	1.036	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	2.078	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	1.132	1.043	889	-	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	1.336	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	1.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	1.635	-	1.197	-	-	-	-	-	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	2.818	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	1.158	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	93	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AF Energia S.A.	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	31.397	13.257	17.711	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio										
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	1.344	-	630	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	-	-	4.732	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	-	1.259	1.259	-	-	-	-	-	-	-
	1.344	1.259	6.621	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante										
Adiantamento para futuro aumento de capital										
Foz do Rio Claro Energia S.A.	5.400	-	49.420	-	-	-	-	-	-	-
Ijuí Energia S.A.	6.400	1.500	146.176	-	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	2.500	-	28.436	-	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	3.600	1.000	46.783	-	-	-	-	-	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A.	262.000	16.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Alupar Inversiones Peru	279	191	1.219	-	-	-	-	-	-	-
ACE Comercializadora Ltda	1.270	160	-	-	-	-	-	-	-	-
AF Energia S.A.	-	-	39	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos I S.A.	420	122	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	265	76	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	375	107	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	619	173	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos V S.A.	398	112	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VI S.A.	574	163	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VII S.A.	619	174	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	398	112	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IX S.A.	420	123	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	331	92	-	-	-	-	-	-	-	-
Boa Vista Participações S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	3.736	1.942	6.426	-	-	-	-	-	-	-
	289.606	22.048	278.499	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber - Reembolso de despesas										
Ferreira Gomes Energia S.A.	3.379	3.379	-	-	-	-	-	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	1.154	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.533	3.379	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures										
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	-	299.839	299.941	-	-	-	-	-
	-	-	-	299.839	299.941	-	-	-	-	-



Parte relacionada / transação	Consolidado								
	ATIVO			PASSIVO			RECEITA		DESPESA
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa									
Caixa Econômica Federal (*)	238.333	-	-	-	-	-	45.256	-	-
	238.333	-	-	-	-	-	45.256	-	-
Investimento de curto-prazo									
Caixa Econômica Federal (*)	279.923	292.190	196	-	-	-	21.368	-	-
	279.923	292.190	196	-	-	-	21.368	-	-
Títulos e valores mobiliários									
Caixa Econômica Federal (*)	-	-	170.535	-	-	-	-	-	-
	-	-	170.535	-	-	-	-	-	-
Debêntures									
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	-	29.116	11.086	-	-	-	42.839
	-	-	-	29.116	11.086	-	-	-	42.839
Não circulante									
Adiantamento para futuro aumento de capital									
Energia dos Ventos I S.A.	420	122	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	265	76	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	375	107	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	619	173	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos V S.A.	398	112	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VI S.A.	574	163	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VII S.A.	619	174	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	398	112	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IX S.A.	420	123	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	331	92	-	-	-	-	-	-	-
	4.419	1.254	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures									
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	-	299.839	299.941	-	-	-	-
	-	-	-	299.839	299.941	-	-	-	-

(*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.



b) Garantias

As transações de garantias entre as empresas do grupo estão relacionadas abaixo:

Contrato		Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Garantia
1	Financiamento - FINEP	01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Fiança
2	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações
3	Financiamento - BNDES	16/03/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações
4	Financiamento - BNDES	22/12/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações
5	Nota de Crédito nº 40/00039-7	07/11/11	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	Prestação de aval e de penhor de ações
6	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.
7	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Prestação de Garantias (Fiança)
8	Debêntures - 2a Emissão	26/08/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Prestação de Garantias (Aval)
9	Financiamento - BNDES	11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança irrestrita
10	Fiança	14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.
11	Fiança	14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.
12	Fiança	14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.
13	Fiança	14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.
14	Fiança	03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181386812 - ONS
15	Fiança	03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Prestação de Aval na Fiança nº 181500012 com a finalidade de garantir a operação de financiamento com o BNDES.
16	Financiamento - BNDES	11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Fiança irrestrita
17	Financiamento - BNDES	01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações
18	Financiamento - BNDES	14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações
19	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações
20	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	03/09/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações
21	Financiamento - BNB	15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007
22	Contrato de abertura de crédito fixo	19/03/10	Diretoria	STN	Alupar	Crédito para aquisição de reatores, com utilização de recursos do FINAME
23	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5	06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Prestação de aval e de penhor de ações
24	Financiamento - BNDES - 20.00487-7	16/11/10	Conselho de Administração	TME	Alupar	Prestação de aval e de penhor de ações
25	Cédula de Crédito Bancário	13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME
26	Financiamento - BNDES - contrato - 09.2.1409.1	17/12/09	Conselho de Administração	EBTE	Alupar	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações
27	Financiamento - BNDES - contrato 04.2.123.3.1	14/04/04	Conselho de Administração	ERTE	Alupar	Penhor de Ações - garantia compartilhada
28	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.0058.1	16/02/12	Conselho de Administração	ERTE	Alupar	Penhor de Ações - garantia compartilhada + Fiança
29	Financiamento BNDES - Contrato 12.2.1001.1	29/10/12	Conselho de Administração	ESDE	Alupar e Cemig	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ETEP) + Fiança
30	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1413.1	27/12/13	Conselho de Administração	ETSE	Alupar e Celesc	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ECTE) + Fiança
31	Financiamento - BDMG - Contrato 127.314	08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Penhor de Ações
32	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Penhor de Ações
33	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Penhor de Ações
34	Financiamento - BDMG	10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Penhor de Ações
35	Contrato Financeiro - Ações	12/12/11	Conselho de Administração	Transchile	Alupar	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações
36	Debentures 5 emissão	12/03/12	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Fiança



Contrato		Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2013
1	Financiamento - FINEP	72.841	17/12/09	15/05/18	41.270
2	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	46.800	21/12/11	15/04/26	41.514
3	Financiamento - BNDES	27.714	04/05/09	15/09/23	22.559
4	Financiamento - BNDES	17.338	29/12/09	15/10/19	8.927
5	Nota de Crédito nº 40/00039-7	17.835	23/12/11	01/12/26	17.664
6	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	470.610	28/12/12	15/04/31	457.060
7	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	161.000	05/05/11	09/10/14	10.659
8	Debêntures - 2a Emissão	200.000	30/05/12	30/05/14	166.312
9	Financiamento - BNDES	201.630	09/04/08	15/03/27	199.705
10	Fiança	1.299	10/02/11	Indeterminado	1.299
11	Fiança	847	10/02/11	Indeterminado	847
12	Fiança	542	10/02/11	Indeterminado	542
13	Fiança	663	04/03/11	Indeterminado	783
14	Fiança	800	03/12/12	03/12/14	800
15	Fiança	29.017	28/12/12	30/12/14	29.017
16	Financiamento - BNDES	168.200	09/04/08	15/09/27	176.541
17	Financiamento - BNDES	111.185	11/03/09	15/04/25	104.320
18	Financiamento - BNDES	16.875	08/09/10	15/04/25	14.168
19	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	114.647	11/03/09	15/01/25	103.599
20	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	27.716	03/08/10	15/01/25	22.691
21	Financiamento - BNB	299.995	25/06/04	25/06/24	196.438
22	Contrato de abertura de crédito fixo	4.992	19/03/10	15/03/20	3.947
23	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5	80.000	07/02/11	01/02/29	81.263
24	Financiamento - BNDES - 20.00487-7	87.300	27/02/12	15/06/26	77.066
25	Cédula de Crédito Bancário	1.187	30/06/10	15/07/20	CCB celebrada em 30/06/10, mas aval da ALUPAR foi previsto através de aditivo contratual datado de 13/07/10, dada a impossibilidade de oferecimento dos ativos como garantia.
26	Financiamento - BNDES - contrato - 09.2.1409.1	165.150	28/12/09	15/05/25	142.657
27	Financiamento - BNDES - contrato 04.2.123.3.1	54.393	10/05/04	15/10/15	6.185
28	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.0058.1	30.129	29/03/12	15/10/26	29.128
29	Financiamento BNDES - Contrato 12.2.1001.1	42.797	13/11/12	15/04/27	34.890
30	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1413.1	78.413	27/12/13	15/12/28	-
31	Financiamento - BDMG - Contrato 127.314	12.971	10/03/05	31/01/17	4.013
32	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	47.000	10/04/08	10/02/25	28.657
33	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	15.000	10/03/05	11/03/25	9.009
34	Financiamento - BDMG	19.761	27/12/13	15/01/24	-
35	Contrato Financeiro - Ações	US\$ 51.014	18/07/07	15/11/26	83.238
36	Debentures 5 emissão	300.000	15/05/12	30/05/27	328.955

c) Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Cabendo ao Conselho de Administração a definição da distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos dois exercícios sociais.



Alupar

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram o valor de até R\$ 9.400 referente a remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a remuneração foi conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Reapresentado
Benefícios (i)	9.094	6.979	16.733	14.130
Remuneração do conselho	1.315	1.071	2.162	1.805
Total	10.409	8.050	18.895	15.935

Empresas pré-operacionais

Benefícios (i)

Total

Consolidado	
31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado
1.238	1.426
1.238	1.426

- i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, odontológica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), outros benefícios de aposentadoria, participação nos lucros e gratificações.

d) Saldo e transações com outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado possuem os seguintes saldos envolvendo outras partes relacionadas:

Outras partes relacionadas	Consolidado					
	ATIVO			PASSIVO		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante						
Adiantamento a fornecedores						
Alusa Engenharia S.A.						
Ferreira Gomes Energia S.A. (ii)	-	2.096	20.837	-	-	-
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE (iii)	4.491	-	-	-	-	-
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.						
Ferreira Gomes Energia S.A. (iv)	102	-	-	-	-	-
	4.593	2.096	20.837	-	-	-
Fornecedores						
Alusa Engenharia S.A.						
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (i)	-	-	-	-	-	388
Mavi Engenharia e Construções Ltda.						
Transmissora Matogrossense de Energia S.A - TME (vi)	-	-	-	3.191	6.989	-
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.						
Transmissora Matogrossense de Energia S.A - TME (viii)	-	-	-	-	-	5.703
	-	-	-	3.191	6.989	6.091
Provisão para constituição de ativos						
Alusa Engenharia S.A.						
Foz do Rio Claro Energia S.A. (vii)	-	-	-	-	-	203
Ijuí Energia S.A. (vii)	-	-	-	-	-	3.682
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (i)	-	-	-	10	2.702	9.344
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (i)	-	-	-	398	1.003	10.523
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste (v)	-	-	-	80	-	-
	-	-	-	488	3.705	23.752



- i) Contrato de Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado celebrado com a coligada Alusa (Lavrinhas no valor de R\$ 133.809 e Queluz no valor de R\$ 137.900). Este contrato teve como finalidade contratar a Alusa para execução de projetos, obras civis, serviços de engenharia, montagem eletromecânica e fornecimento de materiais e equipamentos necessários para a implantação da pequena Central Hidrelétrica.
- ii) Contrato de Empreitada Total e Prazo Determinado celebrado com a coligada Alusa visando a administração e execução de obras civis compreendendo a execução das estruturas de concreto vertedouro, tomada d'água, casa de força e área de montagem. Até 31 de dezembro de 2013 o montante pago totalizava R\$ 332.883, sendo R\$ 178.825 no ano de 2013 (R\$ 154.058 pago até 31 de dezembro de 2012, sendo R\$ 129.547 no ano de 2012).
- iii) Contrato de Serviços de Obras Civis e Montagem Eletromecânica / Elétrica com Fornecimento de Materiais em Regime Parcial celebrado com a coligada Alusa no valor de R\$ 52.838. Constitui como objeto desse contrato a execução pela Alusa, da empreitada parcial para a realização, das obras civis, terraplanagem, instalação dos sistemas de aterramento, montagem eletromecânica e elétrica, serviços, fornecimentos, movimentação e armazenamento de materiais e insumos necessários a realização do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2013 o montante total desembolsado a título de adiantamento foi de R\$ 6.188, sendo que R\$ 1.696 deste desembolso já foi realizado.
- iv) No dia 14 de janeiro de 2013 foi celebrado o Contrato de fornecimento de torres metálicas para a Linha de Transmissão com a coligada Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.. Em 31 de dezembro de 2013 o montante pago desse contrato totalizava R\$3.467.
- v) Contrato de Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado celebrado com o consórcio Alusa-Orteng no valor de R\$ 98.729. Este contrato teve como finalidade contratar o consórcio Alusa-Orteng para fornecimento de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, para a implantação das instalações de transmissão.
- vi) Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento, Obras Civil, Montagem Eletromecânica com Fornecimento de Materiais celebrado entre a controlada Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A., a Mavi Engenharia e Construções Ltda. e a Global Energia Elétrica S.A.. Constitui objeto do presente instrumento, a obrigação pela Mavi Engenharia e Construções Ltda. e a Global Energia Elétrica S.A. em prestar os serviços de gerenciamento, obras civis, montagem eletromecânica, com fornecimento de materiais para a realização da construção, implantação e colocação em operação comercial: (i) das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica LT em 50 kV Jauru – Cuiabá, com aproximadamente 354 km de circuito simples, situadas entre os municípios de Jauru e Cuiabá, no estado do Mato Grosso; e (ii) da Subestação SE Jauru Pátio 500 kV/750MVA, e Bay de Linha na Subestação Cuiabá 500kV.



- vii) Contrato de Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado celebrado com a coligada Alusa. Este contrato teve como finalidade contratar a Alusa para a prestação de serviço e gerenciamento de materiais e equipamentos para a execução das obras civis.
- viii) Contrato de industrialização por encomenda e fornecimento estruturas metálicas, ferragens e acessórios para linha de transmissão com realização de serviços, celebrado entre a controlada Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A e a Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. no valor de R\$62.092. O contrato tem por objeto o fornecimento de estruturas metálicas, ferragens e acessórios na quantidade suficiente para a interligação entre o pórtico da Subestação SE Jauru até o pórtico da Subestação SE Cuiabá.

33. Instrumentos financeiros

33.1 Considerações Gerais

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado limitam os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

33.2 Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	Consolidado						Critério de avaliação	Classificação
	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo financeiros	Reapresentado							
Caixa e equivalentes de caixa	520.054	520.054	40.723	40.723	26.295	26.295	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	279.923	279.923	490.143	490.143	151.298	151.298	Valor justo	Disponíveis para venda
Títulos e valores mobiliários	77.235	77.235	79.121	79.121	264.902	264.902	Valor justo	Disponíveis para venda
Contas a receber de clientes	149.985	149.985	128.309	128.309	123.801	123.801	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	4.316.884	4.316.884	4.037.874	4.037.874	3.860.039	3.860.039	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos judiciais	10.062	10.062	10.243	10.243	6.630	6.630	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	5.354.143	5.354.143	4.786.413	4.786.413	4.432.965	4.432.965		
Passivos financeiros								
Fornecedores	68.992	68.992	104.132	104.132	51.647	51.647	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.814.086	1.814.086	1.455.482	1.455.482	1.660.503	1.660.503	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures - principal e encargos	1.468.994	1.468.994	1.859.619	1.859.619	1.124.432	1.124.432	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	3.352.072	3.352.072	3.419.233	3.419.233	2.836.582	2.836.582		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.



Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Em 31 de dezembro de 2013, ao percentual mínimo e máximo do preço unitário para as debêntures com mercado ativo foi a seguinte:

31/12/2013			
	Código do Ativo	% PU Mínimo	% PU Máximo
Alupar Investimento S.A.	APAR12	100,00	100,66
Alupar Investimento S.A.	APAR13	100,70	100,70
Alupar Investimento S.A.	ALPA14	98,55	101,39
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE	ENTE11	100,00	100,00

As debêntures das controladas ETEP, ECTE, Ferreira Gomes e Transirapé que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base nas debêntures do Grupo com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

33.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e



Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativo financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Investimentos de curto prazo
Títulos e valores mobiliários
Ativo financeiro da concessão

Consolidado			
31/12/2013	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	
Caixa e equivalentes de caixa	520.054	520.054	-
Investimentos de curto prazo	279.923	279.923	-
Títulos e valores mobiliários	77.235	77.235	-
Ativo financeiro da concessão	4.316.884	-	4.316.884
	5.194.096	877.212	4.316.884

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Investimentos de curto prazo
Títulos e valores mobiliários
Ativo financeiro da concessão

Consolidado			
31/12/2012	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	
Reapresentado			
Caixa e equivalentes de caixa	40.723	40.723	-
Investimentos de curto prazo	490.143	490.143	-
Títulos e valores mobiliários	79.121	79.121	-
Ativo financeiro da concessão	4.037.874	-	4.037.874
	4.647.861	609.987	4.037.874

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Investimentos de curto prazo
Títulos e valores mobiliários
Ativo financeiro da concessão

Consolidado			
01/01/2012	Mensuração do valor justo		
	Nível I	Nível II	
Reapresentado			
Caixa e equivalentes de caixa	26.295	26.295	-
Investimentos de curto prazo	151.298	151.298	-
Títulos e valores mobiliários	264.902	264.902	-
Ativo financeiro da concessão	3.860.039	-	3.860.039
	4.302.534	442.495	3.860.039

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

33.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.



O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 3.283.080, sendo que 21,9 % desse valor (ou R\$ 718.855) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia, suas controladas e das investidas com controle compartilhado, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos a dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia, suas controladas e das investidas com controle compartilhado de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia, suas controladas e suas investidas com controle compartilhado e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia, suas controladas e suas investidas com controle compartilhado poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2013, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 56% de recursos próprios em contrapartida a 44% de capital de terceiros (48% de recursos próprios e 52% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2012 e 51% de recursos próprios e 49% de capital de terceiros em 1º de janeiro de 2012).

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 80% em 31 de dezembro de 2013 e 108% em 31 de dezembro de 2012) e 97% em 1º de janeiro de 2012.

33.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e as suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2013, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.



Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2013	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			10,47%	5,24%	7,85%	13,09%	15,71%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	493.738	51.694	25.847	38.771	64.618	77.542
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	279.923	29.308	14.654	21.981	36.635	43.962
Aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários)	CDI	77.235	8.087	4.043	6.065	10.108	12.130

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos através do relatório Focus do Banco Central de 27 de dezembro de 2013; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.



Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos e financiamentos - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2013 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
TJLP			5,00%	2,50%	3,75%	6,25%	7,50%	
	TJLP +	1,93%	207.339	14.569	9.285	11.927	17.210	19.852
	TJLP +	1,97%	29.044	2.053	1.313	1.683	2.423	2.793
	TJLP +	2,08%	20.966	1.506	971	1.239	1.774	2.041
	TJLP +	2,22%	36.752	2.694	1.755	2.225	3.164	3.633
	TJLP +	2,34%	287.558	21.443	14.086	17.765	25.122	28.800
	TJLP +	2,37%	19.789	1.482	975	1.229	1.735	1.988
	TJLP +	2,38%	2.703	203	134	168	237	272
	TJLP +	2,44%	240.499	18.187	12.027	15.107	21.266	24.346
	TJLP +	2,56%	125.150	9.622	6.413	8.017	11.226	12.830
	TJLP +	3,17%	175.964	14.655	10.117	12.386	16.924	19.194
	TJLP +	5,00%	6.267	642	478	560	725	807
Total			1.152.031	87.056	57.553	72.304	101.807	116.558

Debêntures - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2013 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			10,47%	5,24%	7,85%	13,09%	15,71%	
CDI	CDI +	0,50%	139.752	15.404	8.051	11.728	19.080	22.757
	CDI +	0,99%	306.849	35.483	19.260	27.372	43.594	51.706
	CDI +	1,05%	8.850	1.029	561	795	1.263	1.497
	CDI +	1,30%	306.254	36.463	20.222	28.343	44.583	52.704
	CDI +	1,45%	149.376	18.032	10.099	14.066	21.999	25.966
	CDI +	1,85%	149.398	18.695	10.730	14.712	22.678	26.661
	CDI +	1,90%	-	-	-	-	-	-
	CDI +	0,00%	42.085	4.406	2.203	3.305	5.508	6.609
	IPCA			5,98%	2,99%	4,49%	7,48%	8,97%
IPCA +		5,95%	146.482	17.997	13.356	15.676	20.317	22.637
IPCA +		7,80%	299.826	42.715	33.050	37.883	47.547	52.379
IPCA +		8,95%	5.352	828	653	741	915	1.002
Total			1.554.224	191.052	118.187	154.619	227.484	263.917

(*) refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os empréstimos e financiamentos que são remunerados com taxa fixa.



Análise de sensibilidade ao risco da moeda - consolidada

Com a objetivo de verificar a sensibilidade das dívidas em moeda estrangeira aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi utilizada a projeção do dólar norte-americano para um ano com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2013, e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa de juros	Posição em 31.12.2013	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD				2,40	1,20	1,80	3,00	3,60
	Var. do US\$ +	5,00%	3.911	101	(2.003)	(951)	1.152	2.204
	Var. do US\$ +	5,50%	1.656	43	(852)	(405)	490	938
	Total		5.567	143	(2.855)	(1.356)	1.643	3.142

33.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado podem ser assim descritos:

33.6.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes do contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.



33.6.2 Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 803.313 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	43.822	17.369	2.586	5.215	-	68.992
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	36.427	228.032	219.770	469.079	860.778	1.814.086
Debêntures	40.989	421.443	381.423	370.247	254.892	1.468.994
Total	121.238	666.844	603.779	844.541	1.115.670	3.352.072

Outro ponto importante é que 79,2% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas (77,2% em 31 de dezembro de 2012), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES e outras instituições de fomento. Cerca de 19,4% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (16,7% em 31 de dezembro de 2012).

33.6.3 Riscos de mercado

As controladas Foz do Rio Claro, Ijuí, Lavrinhas e Queluz possuem risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, existe a figura do MRE que é um mecanismo de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas, o que se configuraria num estado de racionamento nacional declarado pelo poder público.



As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

33.6.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado representa apenas 0,2% do total da dívida consolidada (0,2% em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia, suas controladas e suas investidas com controle compartilhado, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

33.6.5 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

33.6.6 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.



33.6.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia, suas controladas e suas investidas com controle compartilhado possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. (vide notas explicativas 22 e 23)

33.6.8 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e suas investidas com controle compartilhado fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia, suas controladas e suas investidas com controle compartilhado monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer a captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia, suas controladas e suas investidas com controle compartilhado julgarem necessário.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia, suas controladas e suas investidas com controle compartilhado incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
	Reapresentado					
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)						
Circulante	(9.692)	(5.989)	(85.805)	(266.677)	(250.474)	(314.594)
Não circulante	(31.748)	(44.883)	(55.057)	(1.547.409)	(1.205.008)	(1.345.909)
Debêntures (Líquidos dos custos a amortizar)						
Circulante	(117.343)	(101.189)	(83.174)	(452.178)	(431.667)	(234.663)
Não circulante	(524.073)	(605.158)	(239.858)	(1.016.816)	(1.427.952)	(889.769)
Dívida total	(682.856)	(757.219)	(463.894)	(3.283.080)	(3.315.101)	(2.784.935)
Caixa e equivalentes de caixa	364.664	21.479	729	520.054	40.723	26.295
Investimentos de curto prazo	279.923	306.404	19.958	279.923	490.143	151.298
Títulos e valores mobiliários (Circulante e não circulante)	-	-	170.535	77.235	79.121	264.902
Dívida líquida	(38.269)	(429.336)	(272.672)	(2.405.868)	(2.705.114)	(2.342.440)
Patrimônio líquido	2.566.242	1.634.131	1.533.133	4.102.146	3.074.264	2.879.367
Índice de endividamento líquido	0,01	0,26	0,18	0,59	0,88	0,81



34. Informações por segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	31/12/2013				Subtotal	Eliminações - Controle com partilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	Transmissão	Geração	Holding	Outros				
Receita operacional bruta	1.293.812	200.697	-	5.189	1.499.698	(112.930)	(5.189)	1.381.579
Receita de transmissão de energia	144.825	-	-	-	144.825	(25.831)	-	118.994
Receita de infraestrutura	118.927	-	-	-	118.927	(34.454)	-	84.473
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.030.060	-	-	-	1.030.060	(52.645)	-	977.415
Suprimento de energia	-	200.697	-	-	200.697	-	-	200.697
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	117	117	-	(117)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	5.072	5.072	-	(5.072)	-
Deduções da receita operacional bruta	(77.273)	(19.408)	-	(373)	(97.054)	6.306	-	(90.748)
Receita operacional líquida	1.216.539	181.289	-	4.816	1.402.644	(106.624)	(5.189)	1.290.831
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(28.284)	-	-	(28.284)	-	-	(28.284)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(4.601)	-	-	(4.601)	-	-	(4.601)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(3.675)	-	-	(3.675)	-	-	(3.675)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(4.416)	(390)	-	-	(4.806)	237	-	(4.569)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(86.911)	(18.767)	-	(3.966)	(109.644)	5.873	5.189	(98.582)
Custo de infraestrutura	(118.927)	-	-	-	(118.927)	34.454	-	(84.473)
Depreciação / Amortização	(5.816)	(33.417)	-	(1)	(39.234)	4.719	-	(34.515)
	(216.070)	(89.134)	-	(3.967)	(309.171)	45.283	5.189	(258.699)
Lucro bruto	1.000.469	92.155	-	849	1.093.473	(61.341)	-	1.032.132
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(19.843)	(7.631)	(17.580)	(97)	(45.151)	3.967	-	(41.184)
Pessoal e administradores	(19.348)	(5.228)	(19.827)	(1.261)	(45.664)	2.412	-	(43.252)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	389.033	-	389.033	-	(368.651)	20.382
Outras receitas	38	24	242	-	304	-	(177)	127
Outras despesas	(1)	(24)	(2.520)	-	(2.545)	-	-	(2.545)
	(39.154)	(12.859)	349.348	(1.358)	295.977	6.379	(368.828)	(66.472)
LAJIR	961.315	79.296	349.348	(509)	1.389.450	(54.962)	(368.828)	965.660
Depreciação / Amortização	5.816	33.417	877	1	40.111	(4.719)	-	35.392
LAJIDA	967.131	112.713	350.225	(508)	1.429.561	(59.681)	(368.828)	1.001.052
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(136.442)	(48.953)	(87.232)	(4)	(272.631)	23.328	-	(249.303)
Encargos de dívidas	(127.416)	(47.161)	(85.913)	-	(260.490)	22.270	-	(238.220)
Variações cambiais	(618)	(731)	1	-	(1.348)	377	-	(971)
Outras	(8.408)	(1.061)	(1.320)	(4)	(10.793)	681	-	(10.112)
Receitas financeiras	17.093	3.399	49.756	13	70.261	(3.188)	-	67.073
Receitas de aplicações financeiras	13.727	2.976	48.305	13	65.021	(1.250)	-	63.771
Outras	3.366	423	1.451	-	5.240	(1.938)	-	3.302
	(119.349)	(45.554)	(37.476)	9	(202.370)	20.140	-	(182.230)
LAIR	841.966	33.742	311.872	(500)	1.187.080	(34.822)	(368.828)	783.430
IR e CSLL correntes	(93.900)	(5.290)	(164)	(535)	(99.889)	2.791	-	(97.098)
IR e CSLL diferidos	(35.775)	498	-	-	(35.277)	3.913	-	(31.364)
	(129.675)	(4.792)	(164)	(535)	(135.166)	6.704	-	(128.462)
Lucro líquido Consolidado	712.291	28.950	311.708	(1.035)	1.051.914	(28.118)	(368.828)	654.968
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(365.117)	(365.117)
Lucro líquido Alupar	712.291	28.950	311.708	(1.035)	1.051.914	(28.118)	(733.945)	289.851
Ativos operacionais	5.008.764	2.557.783	1.304	786	7.568.637	(562.421)	(795)	7.005.421
Passivos operacionais	122.006	104.900	9.437	210	236.553	(11.670)	(795)	224.088



Alupar

A conciliação da demonstração do resultado segregada por atividade com a demonstração do resultado consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é conforme segue:

	31/12/2013					Total eliminações	Total consolidado
	Subtotal	Eliminações					
		Transmissão	Geração	Holding	Outros		
Receita operacional bruta	1.499.698	(112.930)	-	-	(5.189)	(118.119)	1.381.579
Receita de transmissão de energia	144.825	(25.831)	-	-	-	(25.831)	118.994
Receita de infraestrutura	118.927	(34.454)	-	-	-	(34.454)	84.473
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.030.060	(52.645)	-	-	-	(52.645)	977.415
Suprimento de energia	200.697	-	-	-	-	-	200.697
Consultoria e assessoramento na área regulatória	117	-	-	-	(117)	(117)	-
Serviços de operação e manutenção	5.072	-	-	-	(5.072)	(5.072)	-
Deduções da receita operacional bruta	(97.054)	6.306	-	-	-	6.306	(90.748)
Receita operacional líquida	1.402.644	(106.624)	-	-	(5.189)	(111.813)	1.290.831
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(28.284)	-	-	-	-	-	(28.284)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(4.601)	-	-	-	-	-	(4.601)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(3.675)	-	-	-	-	-	(3.675)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(4.806)	237	-	-	-	237	(4.569)
Custo de operação							
Custo dos serviços prestados	(109.644)	5.873	-	-	5.189	11.062	(98.582)
Custo de infraestrutura	(118.927)	34.454	-	-	-	34.454	(84.473)
Depreciação / Amortização	(39.234)	4.719	-	-	-	4.719	(34.515)
	(309.171)	45.283	-	-	5.189	50.472	(258.699)
Lucro bruto	1.093.473	(61.341)	-	-	-	(61.341)	1.032.132
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(45.151)	3.633	334	-	-	3.967	(41.184)
Pessoal e administradores	(45.664)	2.411	1	-	-	2.412	(43.252)
Resultado de equivalência patrimonial	389.033	-	-	(368.651)	-	(368.651)	20.382
Outras receitas	304	-	-	(177)	-	(177)	127
Outras despesas	(2.545)	-	-	-	-	-	(2.545)
	295.977	6.044	335	(368.828)	-	(362.449)	(66.472)
LAJIR	1.389.450	(55.297)	335	(368.828)	-	(423.790)	965.660
Depreciação / Amortização	40.111	(4.719)	-	-	-	(4.719)	35.392
LAJIDA	1.429.561	(60.016)	335	(368.828)	-	(428.509)	1.001.052
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(272.631)	23.324	4	-	-	23.328	(249.303)
Encargos de dívidas	(260.490)	22.270	-	-	-	22.270	(238.220)
Variações cambiais	(1.348)	377	-	-	-	377	(971)
Outras	(10.793)	677	4	-	-	681	(10.112)
Receitas financeiras	70.261	(3.188)	-	-	-	(3.188)	67.073
Receitas de aplicações financeiras	65.021	(1.250)	-	-	-	(1.250)	63.771
Outras	5.240	(1.938)	-	-	-	(1.938)	3.302
	(202.370)	20.136	4	-	-	20.140	(182.230)
LAIR	1.187.080	(35.161)	339	(368.828)	-	(403.650)	783.430
IR e CSLL correntes	(99.889)	2.791	-	-	-	2.791	(97.098)
IR e CSLL diferidos	(35.277)	3.913	-	-	-	3.913	(31.364)
	(135.166)	6.704	-	-	-	6.704	(128.462)
Lucro líquido Consolidado	1.051.914	(28.457)	339	(368.828)	-	(396.946)	654.968
Participação de não controladores	-	(347.382)	(11.032)	(6.703)	-	(365.117)	(365.117)
Lucro líquido Alupar	1.051.914	(375.839)	(10.693)	(375.531)	-	(762.063)	289.851
Ativos operacionais	7.568.637	(527.039)	(35.382)	(29)	(766)	(563.216)	7.005.421
Passivos operacionais	236.553	(11.171)	(499)	(29)	(766)	(12.465)	224.088

Os ativos dos segmentos em 31 de dezembro de 2013 incluem “contas a receber de clientes” no montante de R\$ 149.985, “ativo financeiro da concessão” no montante de R\$ 4.316.884, “estoques” no montante de R\$ 32.270, e “imobilizado” no montante de R\$ 2.505.282.



Os passivos dos segmentos em 31 de dezembro de 2013, os quais são administrados no âmbito do Grupo, não incluem “empréstimos e financiamentos” no montante de R\$ 1.814.086, “debêntures” no montante de R\$ 1.468.994 “tributos e contribuições sociais a recolher” no montante de R\$ 92.651, “dividendos a pagar” no montante de R\$ 165.434, “provisões para litígios” no montante de R\$ 2.314, “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 39.066, e “imposto de renda e contribuição social diferidos” no montante de R\$ 416.631.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	31/12/2012				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	Transmissão	Geração	Holding	Outros				
Receita operacional bruta	1.236.079	175.044	-	81	1.411.204	(127.362)	-	1.283.842
Receita de transmissão de energia	131.742	-	-	-	131.742	(24.362)	-	107.380
Receita de infraestrutura	157.608	-	-	-	157.608	(45.758)	-	111.850
Remuneração do ativo financeiro da concessão	946.729	-	-	-	946.729	(57.242)	-	889.487
Suprimento de energia	-	175.044	-	-	175.044	-	-	175.044
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	81	81	-	-	81
Deduções da receita operacional bruta	(74.532)	(14.340)	-	(11)	(88.883)	6.265	-	(82.618)
Receita operacional líquida	1.161.547	160.704	-	70	1.322.321	(121.097)	-	1.201.224
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(23.316)	-	-	(23.316)	-	-	(23.316)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(7.611)	-	-	(7.611)	-	-	(7.611)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(1.744)	-	-	(1.744)	-	-	(1.744)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(4.924)	(312)	-	-	(5.236)	255	-	(4.981)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(66.163)	(24.047)	-	-	(90.210)	6.024	-	(84.186)
Custo de infraestrutura	(157.608)	-	-	-	(157.608)	45.758	-	(111.850)
Depreciação / Amortização	(5.577)	(32.370)	(4)	-	(37.951)	4.426	-	(33.525)
	(234.272)	(89.400)	(4)	-	(323.676)	56.463	-	(267.213)
Lucro bruto	927.275	71.304	(4)	70	998.645	(64.634)	-	934.011
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(18.142)	(6.364)	(14.599)	(14)	(39.119)	3.199	-	(35.920)
Pessoal e administradores	(18.408)	(5.134)	(18.189)	(172)	(41.903)	2.921	-	(38.982)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	324.458	-	324.458	-	(308.272)	16.186
Outras receitas	23	-	157	-	180	-	-	180
Outras despesas	-	-	(4.592)	-	(4.592)	-	-	(4.592)
	(36.527)	(11.498)	287.235	(186)	239.024	6.120	(308.272)	(63.128)
LAJIR	890.748	59.806	287.231	(116)	1.237.669	(58.514)	(308.272)	870.883
Depreciação / Amortização	5.577	32.370	806	-	38.753	(4.426)	-	34.327
LAJIDA	896.325	92.176	288.037	(116)	1.276.422	(62.940)	(308.272)	905.210
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(157.728)	(56.706)	(77.427)	-	(291.861)	26.567	(2.676)	(267.970)
Encargos de dívidas	(141.627)	(55.605)	(76.239)	-	(273.471)	23.413	-	(250.058)
Variações cambiais	(1.389)	(707)	498	-	(1.598)	774	-	(824)
Outras	(14.712)	(394)	(1.686)	-	(16.792)	2.380	(2.676)	(17.088)
Receitas financeiras	16.203	2.009	28.365	1	46.578	(2.401)	-	44.177
Receitas de aplicações financeiras	15.301	1.979	27.114	1	44.395	(1.825)	-	42.570
Outras	902	30	1.251	-	2.183	(576)	-	1.607
	(141.525)	(54.697)	(49.062)	1	(245.283)	24.166	(2.676)	(223.793)
LAIR	749.223	5.109	238.169	(115)	992.386	(34.348)	(310.948)	647.090
IR e CSLL correntes	(74.193)	(2.811)	-	-	(77.004)	2.055	-	(74.949)
IR e CSLL diferidos	(34.269)	239	-	-	(34.030)	827	-	(33.203)
	(108.462)	(2.572)	-	-	(111.034)	2.882	-	(108.152)
Lucro líquido Consolidado	640.761	2.537	238.169	(115)	881.352	(31.466)	(310.948)	538.938
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(318.530)	-	(318.530)
Lucro líquido Alupar	640.761	2.537	238.169	(115)	881.352	(349.996)	(310.948)	220.408
Ativos operacionais	4.759.510	2.020.256	1.754	14	6.781.534	(579.281)	-	6.202.253
Passivos operacionais	208.487	102.202	3.870	47	314.606	(20.799)	-	293.807



Alupar

A conciliação da demonstração do resultado segregada por atividade com a demonstração do resultado consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é conforme segue:

	31/12/2012				Total eliminações	Total consolidado	
	Subtotal	Eliminações					
		Transmissão	Geração	Holding	Outros		
Receita operacional bruta	1.411.204	(127.362)	-	-	-	(127.362)	1.283.842
Receita de transmissão de energia	131.742	(24.362)	-	-	-	(24.362)	107.380
Receita de infraestrutura	157.608	(45.758)	-	-	-	(45.758)	111.850
Remuneração do ativo financeiro da concessão	946.729	(57.242)	-	-	-	(57.242)	889.487
Suprimento de energia	175.044	-	-	-	-	-	175.044
Consultoria e assessoramento na área regulatória	81	-	-	-	-	-	81
Deduções da receita operacional bruta	(88.883)	6.265	-	-	-	6.265	(82.618)
Receita operacional líquida	1.322.321	(121.097)	-	-	-	(121.097)	1.201.224
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(23.316)	-	-	-	-	-	(23.316)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(7.611)	-	-	-	-	-	(7.611)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(1.744)	-	-	-	-	-	(1.744)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(5.236)	255	-	-	-	255	(4.981)
Custo de operação							
Custo dos serviços prestados	(90.210)	6.024	-	-	-	6.024	(84.186)
Custo de infraestrutura	(157.608)	45.758	-	-	-	45.758	(111.850)
Depreciação / Amortização	(37.951)	4.426	-	-	-	4.426	(33.525)
	(323.676)	56.463	-	-	-	56.463	(267.213)
Lucro bruto	998.645	(64.634)	-	-	-	(64.634)	934.011
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(39.119)	3.199	-	-	-	3.199	(35.920)
Pessoal e administradores	(41.903)	2.921	-	-	-	2.921	(38.982)
Resultado de equivalência patrimonial	324.458	-	-	(308.272)	-	(308.272)	16.186
Outras receitas	180	-	-	-	-	-	180
Outras despesas	(4.592)	-	-	-	-	-	(4.592)
	239.024	6.120	-	(308.272)	-	(302.152)	(63.128)
LAJIR	1.237.669	(58.514)	-	(308.272)	-	(366.786)	870.883
Depreciação / Amortização	38.753	(4.426)	-	-	-	(4.426)	34.327
LAJIDA	1.276.422	(62.940)	-	(308.272)	-	(371.212)	905.210
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(291.861)	26.567	-	(2.676)	-	23.891	(267.970)
Encargos de dívidas	(273.471)	23.413	-	-	-	23.413	(250.058)
Variações cambiais	(1.598)	774	-	-	-	774	(824)
Outras	(16.792)	2.380	-	(2.676)	-	(296)	(17.088)
Receitas financeiras	46.578	(2.401)	-	-	-	(2.401)	44.177
Receitas de aplicações financeiras	44.395	(1.825)	-	-	-	(1.825)	42.570
Outras	2.183	(576)	-	-	-	(576)	1.607
	(245.283)	24.166	-	(2.676)	-	21.490	(223.793)
LAIR	992.386	(34.348)	-	(310.948)	-	(345.296)	647.090
IR e CSLL correntes	(77.004)	2.055	-	-	-	2.055	(74.949)
IR e CSLL diferidos	(34.030)	827	-	-	-	827	(33.203)
	(111.034)	2.882	-	-	-	2.882	(108.152)
Lucro líquido Consolidado	881.352	(31.466)	-	(310.948)	-	(342.414)	538.938
Participação de não controladores	-	(305.888)	(4.297)	(8.345)	-	(318.530)	(318.530)
Lucro líquido Alupar	881.352	(337.354)	(4.297)	(319.293)	-	(660.944)	220.408
Ativos operacionais	6.781.534	(577.528)	(1.753)	-	-	(579.281)	6.202.253
Passivos operacionais	314.606	(20.546)	(253)	-	-	(20.799)	293.807

Os ativos dos segmentos em 31 de dezembro de 2012 incluem “contas a receber de clientes” no montante de R\$ 128.309, “ativo financeiro da concessão” no montante de R\$ 4.037.874, “estoques” no montante de R\$ 31.140, e “imobilizado” no montante de R\$ 2.004.930.



Os passivos dos segmentos em 31 de dezembro de 2012, os quais são administrados no âmbito do Grupo, não incluem “empréstimos e financiamentos” no montante de R\$ 1.455.482, “debêntures” no montante de R\$ 1.859.619, “tributos e contribuições sociais a recolher” no montante de R\$ 79.488, “dividendos a pagar” no montante de R\$ 118.787, “provisões para litígios” no montante de R\$ 3.588, “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 24.406, e “imposto de renda e contribuição social diferidos” no montante de R\$ 381.754.

35. Benefícios a empregados

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado.

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Assistência médica e vale transporte	2.885	2.414
Previdência privada (*)	1.276	986
Educação	135	217
Auxílio alimentação	1.995	1.776
Outros	1.161	2.451
Total	7.452	7.844

(*) A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia, suas controladas, investidas com controle compartilhado e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.



36. Compromissos

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 meses, juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.

O primeiro lote de ações foi adquirido pela Companhia na data de 11 de novembro de 2011, o segundo em 06 de agosto de 2012 e o terceiro em 14 de agosto de 2013. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui registrado na rubrica de outras obrigações do passivo circulante o montante de R\$ 6.211 que corresponde a aquisição do quarto lote de ações, cuja liquidação está prevista para ocorrer em 06 de agosto de 2014.

Fornecedores de Materiais e Serviços

Em 31 de dezembro de 2013 a controlada Ferreira Gomes possui o montante de R\$ 84.672 (R\$ 159.029 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 341.968 em 1º de janeiro de 2012) de compromissos assumidos, que referem-se basicamente a contratação de fornecedores de materiais e serviços para construção e implantação da UHE Ferreira Gomes, que prevê realizar-se conforme cronograma do empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada ETSE havia contratado fornecimentos de equipamentos, materiais e serviços no montante aproximado de R\$ 136.600 mil, ou seja, 98% do empreendimento (R\$ 118.800 em 31 de dezembro de 2012). Com relação ao status da obra vale destacar os seguintes pontos, para a SE Abdon Batista: Finalizadas as fundações dos pórticos e equipamentos dos setores de 230 kV 525 kV, em execução as canaletas no setor de 525kV, o acabamento da casa de comando da ETSE, concretada a laje da casa de comando da ELETROSUL, concluída a montagem das estruturas metálicas dos equipamentos do setor de 525 kV, em andamento a drenagem do setor de 525 kV, concluída a malha de aterramento no setor de 230 kV, iniciada a execução dos barramentos dos pátios de 230 kV e 525 kV, e dos 7 Trafos 2 já estão na obra. Da SE Gaspar: iniciada a construção da casa de comando da ETSE, Em bom andamento a cravação de estacas, entregue na obra os chumbadores que possibilitam o início das fundações. Conclusão antecipada da fabricação e inspeção dos autotrafos. E da LT: as faixas estão totalmente desimpedidas, a LI emitida, 95% de estruturas metálicas entregues, 100% dos cabos condutores entregues, em andamento a execução das fundações e a instalação do sistema de aterramento, em andamento a pré-montagem de estruturas, iniciada a montagem de estruturas. O investimento realizado totaliza aproximadamente R\$ 62.505 mil (R\$ 11.000 em 31 de dezembro de 2012).



37.Seguros

A Companhia, suas controladas e investidas com controle compartilhado mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre os seus ativos e/ou responsabilidades.

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2013 estão assim distribuídos:

Responsabilidade civil				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Foz	31/08/2013	31/08/2014	100.000 (*)	49
Ijuí	31/08/2013	31/08/2014	100.000 (*)	61
Queluz	31/08/2013	31/08/2014	100.000 (*)	58
Lavrinhas	31/08/2013	31/08/2014	100.000 (*)	59
Ferreira Gomes	06/12/2011	30/04/2015	80.000	330
ETES	12/08/2013	04/07/2014	2.500	7
ETEM	04/06/2013	04/07/2014	2.500	6
TME	04/06/2013	04/07/2014	2.500	17
ETVG	04/06/2013	04/07/2014	2.500	6
Transchile	29/01/2013	29/01/2014	1.000	4

(*) A importância assegurada no montante de R\$ 100.000 é compartilhada entre as controladas Foz, Ijuí, Queluz e Lavrinhas.

Riscos de engenharia				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Ferreira Gomes	22/12/2011	20/03/2015	907.000	3.570



Alupar

Riscos nomeados / operacionais				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Alupar	01/02/2013	01/02/2014	170	14
Foz	31/08/2013	31/08/2014	234.000	600
Ijuí	31/08/2013	31/08/2014	270.000	Cosegurada (**)
Queluz	31/08/2013	31/08/2014	163.538	Cosegurada (**)
Lavrinhas	31/08/2013	31/08/2014	141.938	Cosegurada (**)
Transleste	17/12/2013	17/12/2014	7.850	18
Transirapé	24/05/2013	24/05/2014	4.000	21
Transudeste	24/05/2013	24/05/2014	2.000	7
ETES	14/05/2013	14/05/2014	5.405	14
ETEM	04/07/2013	04/07/2014	47.000	27
TME (I)	04/07/2013	04/07/2014	47.000	81
TME (II)	04/07/2013	04/07/2014	56.361	59
ETVG	04/07/2013	04/07/2014	47.000	27
STN (I)	01/03/2013	01/03/2014	1 veículo	3
STN (II)	15/03/2013	15/03/2014	Subestações da empresa	60
STN (III)	27/04/2013	27/04/2014	8 veículos	23
STN (IV)	29/06/2013	29/06/2014	Patrimônio da empresa - sede	1
STN (V)	07/03/2013	07/03/2014	1 veículo	1
Grupo TBE (***)	21/04/2013	21/04/2014	284.365	238

(**) As controladas Ijuí, Queluz e Lavrinhas são coseguradas no seguro contratado em nome da controlada Foz do Rio Claro sob apólice de nº 1-96-4003929-0.

Riscos diversos				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Lavrinhas	10/09/2013	10/09/2014	190	3

Compreensivo empresarial				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (***)	16/05/2013	16/05/2014	1.350	4

Veículos				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Queluz (I)	11/10/2013	19/06/2014	148	3
Queluz (II)	19/06/2013	19/06/2014	82	1
Lavrinhas (I)	06/09/2013	19/06/2014	34	1
Lavrinhas (II)	06/09/2013	19/06/2014	114	1
Foz	24/07/2013	19/06/2014	65	2
Ijuí	24/07/2013	19/06/2014	65	3
Grupo TBE (***)	15/03/2013	15/03/2014	RCF - V (Limite determinado na apólice)	Apólice coletiva



Fraude corporativa				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (***)	31/03/2013	31/03/2014	50.000	22

(***) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

38.Eventos subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Companhia após o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são conforme segue:

Controlada	Data	Valor
Energia dos Ventos I S.A.	6-jan-14	4.843
Energia dos Ventos II S.A.	6-jan-14	2.907
Energia dos Ventos III S.A.	6-jan-14	4.361
Energia dos Ventos IV S.A.	6-jan-14	6.296
Energia dos Ventos V S.A.	6-jan-14	5.165
Energia dos Ventos VI S.A.	6-jan-14	7.156
Energia dos Ventos VII S.A.	6-jan-14	7.152
Energia dos Ventos VIII S.A.	6-jan-14	5.165
Energia dos Ventos IX S.A.	6-jan-14	5.245
Energia dos Ventos X S.A.	6-jan-14	3.875
Água Limpa S.A.	14-jan-14	10
ACE Comercializadora Ltda.	15-jan-14	150
Ferreira Gomes Energia S.A	10-fev-14	10.000
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	14-fev-14	3.614
Ferreira Gomes Energia S.A	18-fev-14	10.000
Alupar Inversiones Perú S.A.C	21-fev-14	12
ACE Comercializadora Ltda.	27-fev-14	300
Total		76.251

Reunião do Conselho Administração

Em 27 de fevereiro foi realizada a Reunião do Conselho de Administração para a apreciação e aprovação da distribuição dos dividendos extraordinários do saldo remanescente da reserva de lucros referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 156.225, nos termos do artigo 37 do Estatuto Social.